

**Dinâmicas do Emprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo:  
Uma análise da última década**

**Pedro Afonso Ferreira Henriques**

Relatório de estágio orientado  
Pela Prof. Doutora Eduarda Marques da Costa e pelo Prof. Doutor Mário Vale

**Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo**

Fevereiro 2022

## **Dinâmicas do Emprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo: Uma análise da última década**

**Pedro Afonso Ferreira Henriques**

Relatório de estágio orientado

Pela Prof. Doutora Eduarda Marques da Costa e pelo Prof. Doutor Mário Vale

**Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo**

Júri

Presidente: Professor Doutor João Rafael Marques Santos da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Vogais: Professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes do Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra

Professora Doutora Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Fevereiro 2022

## Agradecimentos

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os que contribuíram para a conclusão deste capítulo no meu percurso académico.

À minha família, em particular aos meus pais e à minha irmã, que sempre me apoiaram e me motivaram para continuar e alcançar este objetivo.

A todos os meus amigos, em particular à Daniela, que sempre me acompanharam ao longo deste processo. Também aos que tive o prazer de conhecer durante a licenciatura e mestrado.

A todos os técnicos da CCDR-LVT, em particular ao Arquiteto Nuno Bento e à Técnica Superior Helena Tavares, pela disponibilidade e atenção prestada durante e após o estágio.

Aos meus orientadores académicos, professora Eduarda Marques da Costa e professor Mário Vale, que sempre mostraram disponibilidade e prestaram auxílio ao longo deste projeto.

(Página propositadamente em branco)

## Resumo

O emprego constitui um elemento fundamental do desenvolvimento regional e quanto maior for a qualificação da mão de obra de uma região, maior desenvolvimento da estrutura produtiva é conseguido. A elaboração de uma revisão bibliográfica alusiva à problemática do desenvolvimento regional foi essencial para a contextualização deste tema, bem como a sua relação com as estratégias regionais de especialização inteligente, que acabam por surgir em clara sintonia com as ideias defendidas ao longo da introdução.

Ao longo deste relatório, obtém-se um breve panorama dos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento em vigor no país e na RLVT, assim como as suas visões e estratégias para a região. Teve-se também em conta vários indicadores, de modo a contextualizar o posicionamento da RLVT na Europa e em Portugal.

Através do presente trabalho pretende-se realizar uma análise do emprego da RLVT e identificar as suas dinâmicas ao longo da última década. Para isso, com base nas Estratégias de Especialização Inteligente em vigor na RLVT, elaborou-se uma metodologia de seleção de setores de atividade considerados estratégicos e procedeu-se à análise do seu valor acrescentado bruto, número de estabelecimentos e, de uma forma mais aprofundada, do seu pessoal ao serviço (emprego), reforçados por uma análise da produtividade e do quociente de localização. Por último, estabeleceu-se uma relação entre as várias estratégias recentemente aprovadas e procurou-se dar contributos para a nova geração de instrumentos que se avizinha.

A análise do emprego revela que, de facto, o emprego apresentou dois comportamentos distintos e distribuições desiguais ao longo da última década. Os primeiros anos foram claramente afetados pelos efeitos da crise económica, mas no ano de 2014 iniciou-se uma tendência de crescimento que perdurou até 2019. A abordagem ao nível dos setores de atividade relacionados com as Estratégias de Especialização Inteligente revelou que, embora o período de 2014-2019 tenha ficado marcado pela recuperação económica e conseqüente aumento do emprego, este aumento não foi transversal a todas as atividades económicas, nem a todos os territórios.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, Atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, Estratégias Regionais de Especialização Inteligente.

## Abstract

Employment is a fundamental element for regional development and the higher the qualification of a region's labor force, the greater the development of its productive structure is achieved. The literature review on the context of regional development was crucial for the contextualising of the topic, as well as its connection with the smart specialization strategies emerged in clear harmony with the ideas underpinned throughout the introduction.

Throughout this paper, we get an overview of the planning and development instruments in force in Portugal and in the region, as well as their visions and strategies. Other indicators have also been considered, in order to provide the position of Lisboa e Vale do Tejo region in the European and Portuguese context.

This paper seeks to analyse the labor market of Lisboa e Vale do Tejo region and to identify its dynamics over the last decade. In order to achieve this, based on the Smart Specialization Strategies in force in the region, a methodology was created for the selection of strategic economic activities, which was followed by an analysis of their gross added value, number of establishments and, in more depth, their employment, supported by an analysis of productivity and location quotient. Lastly, a connection was established between the newly approved strategies, followed by some inputs to the new generation of documents to come.

The analysis of employment reveals that there were two different behaviors with different spatial distributions during the last decade. The first years were clearly affected by the consequences of the economic crisis, but in 2014 a growth tendency was initiated which lasted until 2019. The in-depth analysis of economic activities related to the Smart Specialization Strategies revealed that, although the 2014-2019 period was characterized by economic recovery and consequent increase in employment, this increase was not common to all economic activities, nor to all territories.

**Keywords:** Regional development, Technology and knowledge intensive activities, Smart Specialization Strategies

# Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo.....	iii
Abstract .....	iv
Introdução.....	1
Capítulo I   O Papel da Inovação no Desenvolvimento Regional.....	7
Capítulo II   A RLVT no Contexto Europeu e Nacional .....	13
2.1 Metodologia para contextualização da RLVT na Europa e em Portugal .....	13
2.2 A RLVT no contexto europeu.....	14
2.2.1 PIB per capita ajustado a preços correntes na Europa .....	14
2.2.2 Despesas com investigação e desenvolvimento .....	15
2.2.3 Índice de Competitividade Regional Europeu .....	16
2.3 A RLVT no contexto nacional.....	20
2.3.1 PIB per capita ajustado a preços correntes em Portugal .....	20
2.3.2 Despesas em investigação e desenvolvimento .....	20
2.3.3 Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.....	22
Capítulo III   O Papel dos Instrumentos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território no Desenvolvimento Regional.....	27
3.1 Orientações da EU para 2014-2020   As Estratégias Nacionais e Regionais de Especialização Inteligente .....	27
3.1.1 RIS3 Lisboa e o POR Lisboa.....	29
3.1.2 RIS3 Centro e o POR Centro .....	30
3.1.3 RIS3 Alentejo e o POR Alentejo .....	30
3.2 Os instrumentos de Ordenamento do Território.....	32
3.2.1 PN POT .....	32
3.2.2 PROT-AML .....	33
3.2.3 PROT-OVT .....	33
Capítulo IV   A Evolução do Emprego na RLVT na Última Década.....	35
4.1 Metodologia utilizada para seleção dos setores e para análise do emprego.....	35
4.1.1 Seleção dos setores para análise.....	35
4.1.2 Tratamento estatístico .....	37
4.1.3 Mapeamento.....	38
4.2 Dinâmicas gerais da RLVT.....	39
4.3 Análise dos setores de atividade da RLVT .....	47
4.3.1 Setor agroalimentar .....	47

4.3.2 Setor da floresta.....	52
4.3.3 Pesca e aquicultura .....	56
4.3.4 Turismo.....	59
4.3.5 Transportes e mobilidade .....	64
4.3.6 Atividades de saúde humana .....	68
4.3.7 Inovação .....	70
4.3.8 Meios criativos .....	76
Capítulo V   Reflexões Finais.....	83
5.1 Tendências encontradas .....	83
5.2 Limitações .....	86
5.3 Resposta às questões e hipóteses delineadas .....	87
5.4 Notas para o novo período de programação .....	90
Bibliografia .....	93
Anexos.....	97

## Índice de Figuras

Figura 1: PIB per capita ajustado a preços correntes na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria.....	14
Figura 2: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria.....	15
Figura 3: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento, por setor de execução, na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria .....	16
Figura 4: Evolução do RCI das regiões portuguesas entre 2010 e 2019. Fonte: Eurostat. Elaboração própria .....	17
Figura 5: Mapa do RCI das regiões europeias, 2019. Fonte: Comissão Europeia. Elaboração: Comissão Europeia .....	19
Figura 6: PIB per capita ajustado a preços correntes na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria	20
Figura 7: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria .....	21
Figura 8: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento, por setor de execução, na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria .....	22
Figura 9: Índice sintético de desenvolvimento regional (coesão) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria .....	23
Figura 10:Índice sintético de desenvolvimento regional (competitividade) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria .....	24
Figura 11: Índice sintético de desenvolvimento regional (índice global) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria .....	25
Figura 12: Cartografia do número de estabelecimentos e variação do número de estabelecimentos na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	39
Figura 13: Cartografia da distribuição do emprego e variação do emprego na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	40
Figura 14: Evolução do emprego no setor agroalimentar na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	47
Figura 15: Evolução do emprego na agricultura (...) (CAE 1) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	48
Figura 16: Evolução do emprego nas indústrias alimentares (CAE 10) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	49
Figura 17: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Agricultura e atividades relacionadas (CAE 1) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	50
Figura 18: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Indústrias alimentares (CAE 10) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	51
Figura 19: Evolução do emprego na silvicultura (...) (CAE 2) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	52
Figura 20: Evolução do emprego nas indústrias da madeira e da cortiça (CAE 16) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	53
Figura 21: Evolução do emprego na fabricação de pasta, papel, (...) (CAE 17) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	54

Figura 22: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Indústrias da Madeira e da Cortiça (CAE 16) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	55
Figura 23: Evolução do emprego na pesca e aquicultura (CAE 3) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	57
Figura 24: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Pesca e aquicultura (CAE 3) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	58
Figura 25: Evolução do emprego no alojamento (CAE 55) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	59
Figura 26: Evolução do emprego na restauração e similares (CAE 56) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	60
Figura 27: Evolução do emprego em agências de viagem (...) (CAE 79) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	61
Figura 28: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT no Alojamento (CAE 55) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	62
Figura 29: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Restauração e similares (CAE 56) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	63
Figura 30: Evolução do emprego na fabricação de veículos automóveis (...) (CAE 29) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	65
Figura 31: Evolução do emprego na fabricação de outro equipamento de transporte (CAE 30) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	66
Figura 32: Evolução do emprego na reparação, manutenção e instalação (...) (CAE 33) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	67
Figura 33: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de automóveis e seus componentes (CAE 29) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	68
Figura 34: Evolução do emprego nas atividades de saúde humana (CAE 86) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	69
Figura 35: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de saúde humana (CAE 86) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	70
Figura 36: Evolução do emprego nas atividades de alta tecnologia na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	71
Figura 37: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de máquinas e equipamentos n.e. (CAE 28) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	73
Figura 38: Evolução do emprego nas indústrias transformadoras de média-alta tecnologia na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	73
Figura 39: Evolução do emprego na consultoria e programação informática (CAE 62) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	74
Figura 40: Evolução do emprego nos serviços de informação (CAE 63) e atividades de investigação (...) (CAE72) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	75
Figura 41: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Consultoria e programação informática (CAE 62) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria.....	76

Figura 42: Evolução do emprego nas atividades de edição (CAE 58) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	77
Figura 43: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Outras atividades de Consultoria (CAE 74) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	78
Figura 44: Evolução do emprego na impressão e reprodução (...) (CAE 18) e outras atividades de consultoria, (...) (CAE 74) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	79
Figura 45: Evolução do emprego nas atividades de teatro, música, dança (...) (CAE 90) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	80
Figura 46: Evolução do emprego nas atividades cinematográficas (...) (CAE 59), atividades de rádio e televisão (CAE 60) e atividades das bibliotecas (...) (CAE 91) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	81
Figura 47: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de teatro, música, (...) (CAE 90) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria .....	82

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Posição das regiões portuguesas no índice de competitividade regional europeu, 2010. Fonte: Eurostat. Elaboração própria .....	17
Tabela 2: Posição das regiões portuguesas no índice de competitividade regional europeu, 2019. Fonte: Eurostat. Elaboração própria .....	18
Tabela 3: Sobreposição dos domínios de especialização das RIS3 Lisboa, Centro e Alentejo. Fonte: RIS3 Lisboa, RIS3 Centro, RIS3 Alentejo. Elaboração própria .....	36
Tabela 4: Identificação das atividades económicas abrangidas nas RIS3 da RLVT e seleção das atividades a considerar para análise. Fonte: INE. Elaboração própria.....	36
Tabela 5: Número de estabelecimentos na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria .....	39
Tabela 6: Pessoal ao serviço na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria.....	40
Tabela 7: Valor acrescentado bruto na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria.....	41
Tabela 8: Distribuição e variação do valor acrescentado bruto por na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria.....	42
Tabela 9: Estabelecimentos por domínio de especialização na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria .....	44
Tabela 10: Valor acrescentado bruto por domínio de especialização na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria .....	46
Tabela 11: SWOT dos setores das RIS3 na RLVT. Fonte: Infodata junho 2021. Elaboração própria.....	85

## Lista de Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CPR – Comissão de Planeamento Regional

CITA/ISIC – Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Atividade Económica

DSDR – Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

EC – Economia Circular

EM – Estado-Membro

ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente

EREI/RIS3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

EU/UE – União Europeia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

I&D – Investigação e Desenvolvimento

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISDR – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

LVT – Lisboa e Vale do Tejo

NACE – statistical classification of economic activities in the European Community

NUTS – Nomenclaturas Unitárias Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OT - Objetivo Temático

OVT – Oeste e Vale do Tejo

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNPOT – Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território

PO – Programa Operacional

POR – Programa Operacional Regional

PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território

QL – Quociente de Localização

RCI – Regional Competitive Index

RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

VAB – Valor Acrescentado Bruto

## Introdução

Ao longo dos últimos anos, o tema das assimetrias regionais tem vindo a ganhar cada vez mais relevo nas agendas políticas europeias e nacionais. Na União Europeia existem, como é conhecido por todos, grandes assimetrias entre os países do centro e os da sua periferia. Este fenómeno das desigualdades assume uma nova dimensão quando nos focamos nos estados-membros mais periféricos, onde as desigualdades entre as regiões capitais e as restantes têm vindo a aumentar continuamente. Tal como é referido no Relatório de Desenvolvimento e Coesão de 2018, “Os dados sugerem por isso que, até 2006, a diminuição das disparidades entre EM se fazia sem impactar grandemente nas desigualdades internas, mas que a partir 2007 os processos de convergência externa surgem associados a um aumento das disparidades internas.” (Ferreira et al, 2018, p.38).

O emprego constitui uma das principais condicionantes ao desenvolvimento regional, na medida em que um território provido de uma força laboral qualificada e produtiva será muito mais desenvolvido do que um território dependente de atividades intensivas em mão de obra pouco qualificada. O maior valor acrescentado bruto das atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, marcado pela sua constante procura por inovação e novas formas de aumentar a produtividade acabam não só por criar economias atrativas ao investimento estrangeiro, mas também economias resilientes, dotadas de uma maior capacidade de adaptação às mudanças dos padrões de consumo.

Assim, competitividade e a inovação têm vindo a ganhar uma enorme importância no contexto europeu e nacional, sendo considerados por vários autores como fatores imprescindíveis ao correto desenvolvimento das regiões e, conseqüentemente, à diminuição das assimetrias regionais existentes na Europa. Neste contexto de conhecimento e inovação, as cidades destacam-se, sendo consideradas como núcleos de elevada concentração de Instituições e setores de atividade que procuram constantemente desenvolver o seu conhecimento, promovendo uma grande interação entre estas entidades. Neste sentido, as cidades têm sido alvo de grandes investimentos nos domínios do conhecimento e inovação. Estes investimentos resultam na emergência de alguns setores, criando emprego e produto em setores estratégicos, promovendo a especialização das potencialidades das regiões.

Com esta mesma ótica de “especialização económica”, surgem as Estratégias de Especialização Inteligente (EREI/RIS3), que identificam setores ligados à competição e inovação, com base nas potencialidades das regiões. Estes setores encontram-se também relacionados com as agendas europeias, existindo por isso, fundos europeus que promovem o seu desenvolvimento.

Posto isto, atualmente encontramos-nos numa fase de transição entre instrumentos de desenvolvimento (RIS3 & PO) e de ordenamento (PROT), que têm por base o novo PNROT (2019), a agenda da circularidade e as orientações para o novo período de programação.

Neste quadro, ganha pertinência a realização de um diagnóstico que permita identificar quais os setores de atividade económica que registaram maior crescimento, assim como os que mais perderam peso na estrutura regional do emprego e do produto. Por outro lado, é igualmente relevante identificar a dinâmica territorial das atividades económicas. A identificação destes padrões evolutivos constitui uma base para uma atualização do diagnóstico da RLVT, coadjuvante do processo de revisão dos PROT e a definição do novo Programa Operacional Regional (POR). Por outro lado, a identificação das referidas dinâmicas é uma base de discussão sobre o alcance da RIS3, no que diz respeito ao seu objetivo de promover os setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento.

Com este projeto, pretende-se elaborar um relatório de estágio cujo tema consiste na análise das dinâmicas territoriais do emprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na última década. O estágio será realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), sob orientação da professora Eduarda Marques da Costa, do professor Mário Vale, do Arquiteto Nuno Bento e da técnica superior Helena Tavares.

Uma das ambições dos PROT em vigor na região, foi o desenvolvimento policêntrico e, simultaneamente, a desconcentração das atividades nos vários territórios para diminuir os desequilíbrios na RLVT. Por outro lado, a estratégia de especialização inteligente de Lisboa 2014-2020 assim como os Programas Operacionais que incidiram na região, procuraram estimular o desenvolvimento de novas atividades económicas, nomeadamente as atividades com maior nível de incorporação de tecnologia e conhecimento.

Posto isto, surgem algumas questões que queremos responder. Uma das questões que surge é se, de facto, a diversidade funcional aumentou nesta última década, ou se existe uma grande concentração de emprego num número restrito de setores de atividade. A existência de diversidade funcional presente na região é uma condição que promove a resiliência da RLVT e permite uma maior capacidade de adaptação aos padrões de consumo, que se vão alterando com o tempo. A dependência de um reduzido número de setores de atividade pode revelar-se problemática para a economia, a longo prazo.

Outra questão que procuraremos responder, é a de que se os setores de atividade que cresceram, foram setores de maior produtividade ou não. Os objetivos dos instrumentos de desenvolvimento e ordenamento davam especial ênfase à importância das atividades associadas a um elevado valor acrescentado bruto, pois são estas atividades que vão permitir aumentar a competitividade da região. Neste sentido, é importante responder a estas questões, de modo a que seja possível identificar o sucesso ou insucesso das estratégias regionais.

De forma a responder às questões anteriores, define-se o como objetivo principal: analisar as dinâmicas do emprego na RLVT, entre 2008 e 2018, identificando a sua expressão territorial e assinalando a importância dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento.

De modo a alcançar este objetivo, surgem como objetivos específicos:

- Discutir o que são setores intensivos em tecnologia e conhecimento, de acordo com a classificação da OCDE e indicar a sua importância no desenvolvimento;
- Analisar os instrumentos de planeamento regional e territorial de LVT, no sentido de identificar as áreas de especialização e a sua expressividade territorial;
- Identificar e compreender as dinâmicas do emprego, segundo os setores de atividade da CAE, nos concelhos da região de Lisboa e Vale do Tejo, efetuando um diagnóstico da última década;
- Discutir a evolução, enquadrando-a nas estratégias recentemente aprovadas (Estratégia 2030 | Nova RIS3 2021-27), de forma a dar contributos para a revisão dos novos PROT e do Programa Operacional Regional.

Tendo por base as questões anteriores e os objetivos estabelecidos para o trabalho, estabelecem-se duas hipóteses que se procurarão responder ao longo do trabalho.

Como primeira hipótese, assume-se que a crise económica motivou uma recessão do emprego e promoveu uma reconcentração dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento na AML, em detrimento dos restantes concelhos da região, contrariando as orientações dos Instrumentos de desenvolvimento e ordenamento territorial.

A segunda hipótese, assenta no fato de se considerar que com a crise, a dinâmica de emprego nos concelhos fora da AML foi regressiva com exceção do setor agrícola e de outras atividades pouco intensivas em tecnologia.

O presente projeto, encontra-se estruturado por cinco capítulos. Em primeiro lugar, com um carácter introdutório, foi realizado um enquadramento teórico alusivo à importância do conhecimento e inovação para o desenvolvimento regional, através do qual se procurou evocar uma contextualização da problemática do desenvolvimento regional, assim como os principais fatores que o condicionam.

Com o segundo capítulo, assumiu-se um carácter mais prático e procedeu-se na contextualização da Região de Lisboa e Vale do Tejo primeiramente num contexto europeu e de seguida, no contexto nacional. Esta contextualização foi elaborada com base numa análise de três indicadores, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita a preços correntes; O índice de competitividade regional (IRC/ISDR); E as despesas com investigação e desenvolvimento.

O capítulo terceiro expressa uma abordagem às políticas europeias e nacionais, onde foram descritos os principais objetivos das mesmas assim como a sua importância para o tema do desenvolvimento regional. Posto isto, transitou-se para o contexto regional, através de uma síntese dos instrumentos de desenvolvimento (RIS3 e POR) e ordenamento (PROT-AML &

PROT-OVT) regionais, promovendo desta forma uma moldura do modelo de gestão territorial atualmente em vigor na RLVT.

Após a contextualização da problemática do desenvolvimento regional, do posicionamento da RLVT no contexto europeu e nacional e da identificação dos principais instrumentos de ordenamento e desenvolvimento regionais em vigor, o quarto capítulo foi caracterizado pela análise do emprego na região ao longo da última década. Ao longo desta análise, foram identificadas as dinâmicas apresentadas pelo emprego entre 2008 e 2019, assim como a sua produtividade, isto é, identificar quais as atividades que mais cresceram, assim como as que mais importância têm vindo a perder e onde é que estes fenómenos têm ocorrido.

Por último, o quinto capítulo consiste na realização de uma reflexão crítica, com visão em dar contributos e lançar possíveis soluções para as estratégias recentemente aprovadas. Através deste capítulo, por um lado procedeu-se à resposta das questões lançadas ao longo desta introdução, assim como de outras que foram surgindo ao longo da elaboração deste relatório. Por outro, foram também lançadas algumas questões para futuros projetos.

A metodologia utilizada ao longo deste relatório variou de capítulo para capítulo. No caso dos capítulos teóricos do presente projeto, o método consistiu essencialmente na leitura de artigos científicos, livros e outras dissertações alusivas à temática do desenvolvimento regional e da importância da inovação no contexto do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa e consequente análise dos documentos de ordenamento e desenvolvimento nacionais e regionais em vigor constituíram outra parte muito importante deste relatório, na medida em que permitiram uma contextualização das abordagens em vigor, abordagens estas que moldaram diretamente o comportamento do emprego ao longo da última década.

A elaboração dos capítulos práticos contou essencialmente com o tratamento estatístico de diversos indicadores, retirados do Eurostat e do Instituto Nacional de Estatística (INE). A metodologia da seleção dos indicadores para análise do emprego encontra-se devidamente aprofundada nos pontos 2.1 e 4.2.

No momento de decisão sobre qual a modalidade de dissertação a seguir, a escolha recaiu sobre a modalidade de relatório de estágio. Esta decisão resultou da ambição de conhecer as metodologias utilizadas no mercado de trabalho na área do ordenamento do território, assim como os vários desafios colocados aos técnicos da área.

O estágio teve uma duração de três meses, mas devido à situação pandémica em que o país se encontrava, ficou estabelecido que a metodologia mais adequada seria a de teletrabalho, com um dia por semana presencial. O departamento no qual fui integrado foi o DSDR (Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional).

Ao longo do estágio, o principal desafio consistiu na elaboração do presente relatório, assumindo que poderá ser um elemento útil para a nova geração de documentos estratégicos que se avizinha. Neste sentido, foi possível aceder a todos os documentos disponíveis na CCDR-LVT que pudessem, de alguma forma, dar contributos no sentido de complementar este projeto.

Surgiu também a oportunidade de contribuir para os projetos da CCDR-LVT, através da recolha e tratamento estatístico que acabou por ser utilizada no seguimento de apresentações no âmbito da nova Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2021-2027.

As CCDR foram instituídas em 1969, sendo denominadas de Comissões de Planeamento Regional (CPR) nessa época. A sua principal função consistia em elaborar estudos e formar decisões alusivas ao planeamento e desenvolvimento das regiões. Após algumas alterações ao longo dos anos, o atual modelo de organizacional das CCDR está definido pelo Decreto-Lei (DL) nº 228/2012, alterado pelos DL 68/2014 e pelo DL 24/2015. Por fim, a sua missão consiste em “assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, ordenamento do território e cidades, de incentivos do Estado à comunicação social e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.” (CCDR-LVT, 2012).

(Página propositadamente em branco)

## Capítulo I | O Papel da Inovação no Desenvolvimento Regional

O emprego, a produção e o conhecimento são fatores essenciais para o desenvolvimento das regiões, sendo descritos por vários autores, como os motores do desenvolvimento regional. No seu livro “Local and Regional Development”, Andy Pike (2006) afirma que os defensores do modelo neoclássico de desenvolvimento proclamam que as disparidades regionais são apenas temporárias e que acabam por se autocorrigir com o passar do tempo, levando à convergência das condições económicas e sociais entre regiões.

A teoria neoclássica é caracterizada por uma abordagem de mercado livre e defende que o crescimento da produção por trabalhador é uma medida de produtividade que revela a eficiência com que os recursos estão a ser utilizados numa determinada economia. Esta medida está relacionada com a competitividade das regiões e permite a comparação entre diferentes regiões. Neste sentido, a produtividade revela o nível de bem-estar social e económico de uma região.

“In the neo-classical model, regional output growth is dependent upon the growth of three factors of production: capital stock, labour force and technology” (Pike, 2006, p.63). Segundo Pike, o progresso tecnológico é visto como um fator chave para o crescimento devido à sua influência na produtividade. A sua difusão pelas várias regiões e a sua adoção nos modelos económicos irá permitir a autocorreção das assimetrias a médio-longo prazo.

O modelo neoclássico foi bastante criticado, sendo considerado “irrealista” por alguns autores. Estes afirmam que as implicações trazidas por um modelo de mercado livre seriam perigosas, pois a inexistência de quaisquer restrições a este modelo económico resultaria na queda dos salários e, conseqüentemente, das condições de vida da população.

Importa também salientar que a inovação não se dispersa geograficamente de uma forma equilibrada, desta forma as disparidades regionais acabariam por aumentar subsequentemente no tempo.

O modelo do desenvolvimento endógeno “(...) pode ser visto como um processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população (...)” (Barquero, 2001, p. 41; in Sarreta & Crescente, 2004). O autor defende que, para que as cidades e regiões se desenvolvam, necessitam de adotar mudanças estruturais no seu modelo económico, que procuram explorar as suas potencialidades e, desta forma, atingirem o desenvolvimento endógeno sustentável. Esta teoria afirma que a acumulação de tecnologia (conhecimento e inovação) é uma condição necessária para o desenvolvimento dos países e regiões, pois é este conhecimento que permite às empresas se desenvolverem e conseqüentemente, competirem no mercado.

Neste sentido, e numa perspetiva mais abrangente, as políticas de desenvolvimento procuram estimular a difusão destas tecnologias através do investimento em investigação e na criação de parques tecnológicos e de centros de inovação, partindo do pressuposto que é o conhecimento e inovação que vão criar novas atividades e formas de explorar os potenciais dessas mesmas regiões. “Essas instituições têm por finalidade contribuir para a difusão das inovações por todo o processo produtivo, fomentar o surgimento de novas empresas e satisfazer as necessidades e procuras de empresas que buscam inovar para crescer, e para se manter competitivas no mercado globalizado.” (Sarreta & Crescente, 2004, p. 508). Na teoria do desenvolvimento endógeno, os territórios assumem um papel fundamental no desenvolvimento regional, sendo considerados os espaços de mudança e de interação entre atores. Nas teorias assentes na inovação as cidades assumem maior importância, incentivando à inovação e conduzindo à criação de externalidades, como se expressa em “knowledge base, firms’ networks and institutions are the starting point to design an adequate and consistent regional innovation strategy and policy” (Vale, 2011, p. 420, in Vale, 2014).

Com o início da decadência da sociedade industrial e conseqüente emergência da sociedade do conhecimento, rapidamente se identificou este conhecimento como fator indispensável para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento económico dos vários Estados-Membros, bem como o das suas regiões. “A evolução dos sistemas económicos tem revelado a centralidade do conhecimento enquanto fator decisivo para o progresso tecnológico e inovação.” (Vale, 2009, p. 2).

De uma forma breve, existem duas teorias que procuram explicar o desenvolvimento regional na economia do conhecimento, os clusters inovadores e as redes de inovação não-locais.

No primeiro caso, o principal fator que justifica a especialização económica é a aglomeração geográfica. Esta aglomeração de atividades intensivas em conhecimento resulta na geração de externalidades positivas que acabam por gerar benefícios para as várias atividades aí localizadas. Assim, “as cidades são vistas como entidades informacionais que permitem uma aceleração dos fluxos de conhecimento, por via da inovação e dos spillovers tecnológicos e das externalidades de capital humano” (Vale, 2009, p. 13). As cidades são polos económicos, caracterizados pela existência de uma grande concentração de atividades. Florida (2002) defende que as cidades possuem um papel estratégico, caracterizadas pela existência de uma grande diversidade, proximidade e criatividade para a geração de dinâmicas de inovação. Neste contexto considera-se que as cidades possuem condições privilegiadas para a geração de modelos económicos inovadores e assumem um papel preponderante no desenvolvimento regional.

No segundo caso, assume-se que os efeitos da globalização da economia, assim como a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), permitiram a criação de redes de inovação transregionais e transnacionais. Como refere Vale (2009), os canais de comunicação são designados de pipelines, estes pipelines permitem o transporte de conhecimento entre

regiões e países, que de outra forma não seria possível, pois este conhecimento transportado, não está disponível ao nível local ou regional. A transferência de conhecimento pode ser efetuada de diferentes formas, entre as quais: eventos internacionais, projetos ou parcerias estratégicas. Esta transferência de conhecimento tem consequências positivas e negativas para as regiões, por um lado permite a introdução de novas estratégias e ideias, por outro pode acabar por destruir empresas menos competitivas localizadas nessas mesmas regiões.

Vale (2009) refere ainda que estas duas abordagens teóricas têm vindo a ser criticadas, pois "(...) nem as aglomerações de atividades inovadoras estão isoladas e são autossustentadas per si, nem as dinâmicas do conhecimento evoluem sem restrições espaciais" (Crevoisier e Vale, in Vale, 2009, p.16). Neste âmbito, nem os clusters de setores inovadores conseguem evoluir e competir por si só, pois necessitam de inputs de outras regiões ou países, nem as redes de inovação não-locais evoluem sem restrições.

Falando da realidade portuguesa, Manuel Mira Godinho (2009) abordou, as dinâmicas regionais de inovação, efetuando uma análise baseada na utilização de patentes, permitindo-lhe desta forma, identificar as regiões e concelhos que mais esforços fazem pela procura de inovação. Neste artigo o autor concluiu que "estas atividades se concentram de forma muito nítida num número muito diminuto de regiões." (Godinho, 2009, p.50), identificando a região da Grande Lisboa como sendo a que mais procuras de registo de patente possui. Godinho salienta também que ocorreu uma evolução ao longo da primeira década deste século, em que o Litoral Norte apresentou um aumento significativo deste indicador. "Esta evolução revela, por conseguinte, uma concentração tendencial da procura de patentes em torno da cidade de Lisboa e no arco que vai de Aveiro a Guimarães." (Godinho, 2009, p.50). Tanto este aumento verificado no número de pedidos de patente, como a sua distribuição regional devem-se à presença de estabelecimentos de ensino superior que, segundo o autor, contribuem para esta evolução positiva através do aumento de licenciados e mestres em áreas da ciência e também através da criação de unidades especializadas nestas áreas. Neste sentido, o facto do indicador ser influenciado pela presença de estabelecimentos de ensino superior, as assimetrias regionais são claramente visíveis e representativas da distribuição desigual desses mesmos estabelecimentos ao longo do território. Por um lado, é relevante salientar o esforço feito pelas universidades, por outro é necessário criticar o menor dinamismo do setor empresarial português.

Embora a aposta no conhecimento seja um fator necessário para um correto desenvolvimento regional, Pessoa e Silva (2009), procuram realçar a importância dos recursos naturais e culturais (recursos ambientais) preexistentes nas regiões para o seu correto desenvolvimento. No seu artigo Environment Based Innovation, é referido que "(...) the process of creating economic value based on the use of environmental resources must also incorporate knowledge and innovation." (Pessoa e Silva, 2009, p. 71). Neste sentido, é notório que, para que as regiões se desenvolvam da melhor forma possível, é imperioso que exista um correto aproveitamento e investimento na exploração dos recursos endógenos das regiões. Este correto aproveitamento é atingido através

do investimento no conhecimento e inovação, que irá permitir a criação de novas formas de exploração. Estas novas formas de exploração vão aumentar a produtividade e a sustentabilidade dos recursos, deste modo permitindo simultaneamente, uma contínua exploração destas atividades a longo prazo, assim como o aumento do seu valor acrescentado bruto, o que vai aumentar a capacidade de competição destas regiões a nível inter-regional e, posteriormente, a nível internacional, mudanças que apareciam como objetivo do PNPOT (2019). Este conhecimento e inovação está presente nas cidades que, como já foi referido acima, são polos de concentração de conhecimento, devido à grande circulação de pessoas com diferentes antecedentes, visões e conhecimentos. A presença de estabelecimentos de ensino superior contribui ainda para o enriquecimento destas cidades, oferecendo uma fonte de mentes com capacidade de inovação e adaptação às exigências de um mercado, em constante evolução. Assim sendo, existe uma necessidade de conectar os vários setores de atividade aos estabelecimentos de ensino superior, de modo a aproveitar o grande potencial destas parcerias da melhor forma possível. Esta ambição está evidenciada na RIS3 (2014-2020), onde já existiram algumas tentativas da sua implementação, mas terá um papel preponderante na nova RIS3 (2021-2027).

Decorrente do explorado surge a necessidade de identificar quais são os setores intensivos em tecnologia e conhecimento.

Setores intensivos em tecnologia e conhecimento, são setores que estão associados a uma mão de obra altamente qualificada e, conseqüentemente, a um elevado valor acrescentado bruto, assim “regions capable of attracting or retaining highly skilled workers are at an advantage in terms of steering the economy toward sectors that intensively use human capital and that provide high value added.” (Afonso, in Domenech, 2015, p. 1302). Existe uma distinção entre setores intensivos em tecnologia e em conhecimento, esta dissemelhança deve-se ao facto de setores intensivos em tecnologia serem setores industriais, pelo que os setores intensivos em conhecimento são serviços.

No seu artigo, Frank Rothaerme afirma que as empresas com maior intensidade tecnológica possuem vantagens competitivas relativamente às outras. Assim, “A firm that enjoys a competitive advantage not only is more profitable than its competitors, but also grows faster because it is able to capture more market share, either directly from competitors or from overall industry growth, due to the firm’s stronger competitiveness.” (Rothaermel, 2016, p. 203). Estas vantagens competitivas são conquistadas pelo maior valor acrescentado bruto dos seus produtos e pela facilidade como estas empresas se adaptam às exigências do mercado ano após ano, adotando estratégias de inovação estratégica.

A EREI é a Estratégia Regional de Especialização Inteligente. Segundo Midtkandal e Sörvik, especialização inteligente ou RIS3 “is a strategic approach to economic development through targeted support for research and innovation.” (Midtkandal & Sörvik, 2012, p. 1). Esta estratégia tem como objetivo desenvolver os vários estados-membros e dissolver as assimetrias entre

regiões, tendo por base a especialização inteligente. A especialização desempenha o papel de potenciar o máximo aproveitamento dos recursos endógenos das regiões, (materiais e imateriais), bem como a sua exploração sustentável, independentemente de estas possuírem atividades mais intensivas em tecnologia ou menos intensivas. Neste sentido, as EREI necessitam de desenvolver mecanismos de governança de modo a articular os vários stakeholders que participam neste processo.

No presente relatório as EREI serão apresentadas e avaliadas, enquadrando-as no contexto económico da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

(Página propositadamente em branco)

## Capítulo II | A RLVT no Contexto Europeu e Nacional

### 2.1 Metodologia para contextualização da RLVT na Europa e em Portugal

A RLVT é a região capital de Portugal, integrando nos seus limites, quatro NUTSIII. A AML, o Médio Tejo, a Lezíria do Tejo e o Oeste. Deste modo, é de notar a peculiaridade da região, que é composta por NUTSIII pertencentes três diferentes NUTSII, Alentejo e Centro, o que se reflete numa complexa organização e concertação dos documentos estratégicos e operacionais estabelecidos no quadro da política de coesão e de solicitação de financiamento.

Tendo em conta que o PNROT (2019) tem como estratégia de desenvolvimento regional, o aumento da competitividade inter-regional e internacional, é importante identificar a posição da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto europeu, assim como a sua evolução na última década.

Para contextualizar a posição da RLVT na Europa e em Portugal, procedeu-se à extração dos mesmos indicadores, mas em âmbitos territoriais distintos. Primeiramente, num âmbito europeu, foram considerados os indicadores do produto interno bruto por capita (PIB per capita) a preços correntes, a proporção de PIB gasto em despesas com a investigação e desenvolvimento e o índice de competitividade regional europeu (RCI). No caso das despesas com a investigação e desenvolvimento e o índice de competitividade regional europeu, a informação não se encontrava disponível ao nível das NUTSIII, nesse sentido teve de se recorrer ao nível das NUTSII. O RCI apenas é publicado de 3 em 3 anos, por isso os períodos selecionados para a análise foram 2010, 2013, 2016 e 2019. Para os restantes indicadores, foram considerados todos os anos de 2008 a 2019, sendo que estes indicadores foram retirados do Eurostat.

O PIB per capita ajustado a preços correntes trata-se do produto interno bruto em relação à população de um país ou, neste caso, da RLVT e serve para dar um panorama da riqueza ou poder de compra dos seus habitantes.

A proporção de despesas com investigação e desenvolvimento foi o segundo indicador selecionado para esta contextualização, na medida em que acaba por estabelecer uma relação entre o PIB e o RCI. Este indicador mede a proporção da riqueza gasta diretamente em inovação. Estas despesas podem ser provenientes do investimento direto do Estado, de empresas, do ensino superior, ou de instituições privadas sem fins lucrativos.

O Índice de Competitividade Regional Europeu (RCI) é um indicador composto, calculado a partir de vários outros indicadores que se dividem em três grandes pilares. O pilar básico, o pilar da eficiência e o pilar da inovação. O pilar básico, contém indicadores “básicos” que medem o nível de coesão territorial, nomeadamente o nível das infraestruturas, saúde, educação básica, entre outros. O pilar de eficiência é onde constam os indicadores que medem os níveis de ensino

superior, a produtividade e outras características económicas dos territórios. E por último, o pilar da inovação, que é composto por indicadores que medem a predisposição destas mesmas regiões para a inovação, através das suas despesas, ou do número de trabalhadores em setores de maior intensidade tecnológica. Estes três grupos resultam no RCI, que visa calcular a competitividade das regiões dos vários Estados Membros, resultante do seu desenvolvimento.

Na contextualização da região em Portugal, os indicadores considerados foram exatamente os mesmos, à exceção do RCI que foi substituído pelo índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR). Segundo o INE, o ISDR é “um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental.” (INE, 04-2014). O período considerado teve início em 2008 e fim no ano de 2019, no entanto a fonte destes dados foi o INE.

## 2.2 A RLVT no contexto europeu

### 2.2.1 PIB per capita ajustado a preços correntes na Europa

O PIB per capita a preços correntes na Europa, tem apresentado uma evolução gradualmente positiva ao longo da última década, apenas tendo apresentado uma quebra no ano de 2009, devido à recessão económica causada pela crise, que atingiu principalmente o setor imobiliário, assim como os setores dele dependentes.

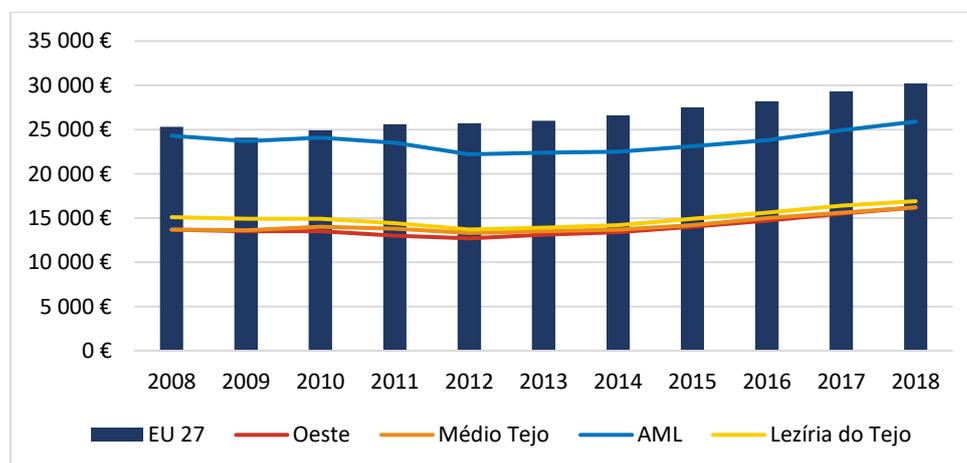


Figura 1: PIB per capita ajustado a preços correntes na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria

Na RLVT, apenas a AML apresentou, ao longo dos últimos 10 anos, um PIB aproximado da média europeia, mas desde 2011 que se assistiu a um distanciamento entre a Europa e a Área Metropolitana da Lisboa. Embora a RLVT tenha registado um aumento do seu PIB, é importante realçar que a média europeia apresentou uma evolução superior às regiões portuguesas, o que evidencia as assimetrias regionais já por todos conhecidas.

### 2.2.2 Despesas com investigação e desenvolvimento

Ao nível das despesas com inovação em 2008, a AML foi a região portuguesa que mais despesas apresentou, 1.438 milhões de euros, o que representava 2,14% do seu PIB, claramente acima da média europeia. Nesse ano, o Alentejo era a NUTII da RLVT que apresentou a menor despesa, cerca de 103 milhões de euros, 0,87% do seu PIB, muito abaixo da média europeia de 1,88%. O Centro, com despesas a rondar os 389 milhões de euros, 1,17% do seu PIB, também abaixo da média europeia. Lisboa já possuía uma grande concentração de atividades, nomeadamente atividades intensivas em tecnologia, assim como serviços intensivos em conhecimento, o que explica estes valores.

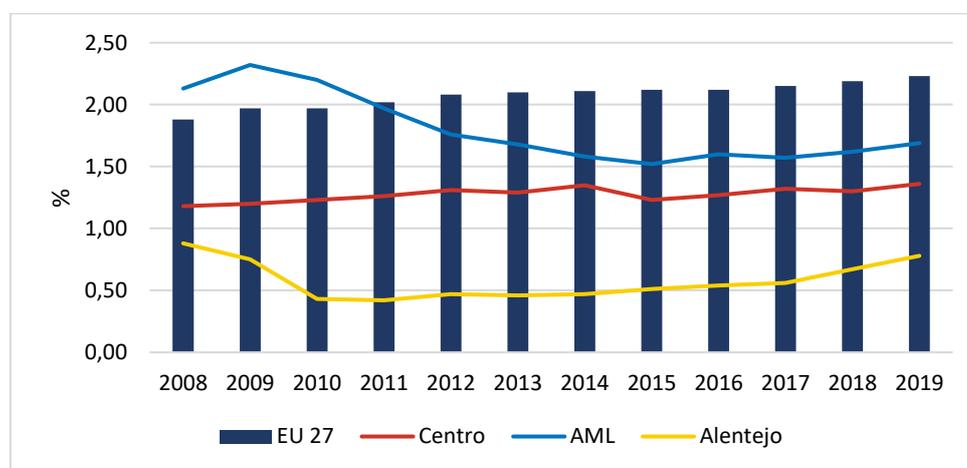


Figura 2: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria

Com a crise, iniciou-se uma tendência para a diminuição deste indicador que apenas se reverteu em 2016, apresentando uma recuperação gradualmente ligeira até 2019, ano em que as despesas da AML com investigação e desenvolvimento somaram 1.293 milhões de euros (1,69% do PIB). Embora a AML tenha vindo a registar um aumento do seu PIB desde 2012, as suas despesas com investigação foram cada vez menores, até 2016, ano a partir do qual, as três NUTSII da RLVT apresentaram valores positivos. Ainda assim, encontravam-se abaixo da média europeia em 2019.

Mesmo com o gradual aumento do investimento no Centro e no Alentejo, estas NUTSII perderam competitividade. Assim sendo, é realçada a importância das EREI que, através da seleção de setores estratégicos para as regiões, e da aplicação estruturada e metodológica de apoios financeiros nestas atividades, é a única forma de criar desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade das regiões portuguesas, tanto a nível local, como internacional.

Identificadas despesas com investigação e desenvolvimento, importa discriminar os setores que mais contribuíram para estes valores.

Tal como é visível na figura 3 a origem das despesas com inovação e desenvolvimento foi diferente entre a Europa e a Área Metropolitana de Lisboa, ao longo da última década. Enquanto no caso da União europeia, em média, o setor empresarial assumiu um peso de 64% quanto às despesas na inovação e desenvolvimento, na AML este número apenas atingiu os 49%, o que sugere um setor empresarial mais competitivo e, conseqüentemente, mais inovador na Europa do que na AML.



Figura 3: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento, por setor de execução, na Europa. Fonte: Eurostat. Elaboração própria

No sentido oposto, o ensino superior assume a segunda posição com um peso superior na AML (35,7%), face à média europeia com apenas 22,6%. Sem dúvida que a concentração de estabelecimentos de ensino superior foi uma mais-valia para a região capital de Portugal.

A União Europeia volta a sobressair quanto ao peso do governo nas despesas com investigação e desenvolvimento, contribuindo na última década com 12,5% dos custos. Os valores mais baixos da AML (8,2%) podem ser justificados pelo facto da mesma ser considerada uma região desenvolvida e, por isso, possuir menos percentagem de comparticipação dos projetos no âmbito das estratégias de especialização inteligente.

As instituições sem fins lucrativos oferecem uma estatística interessante, constituindo a fonte de cerca de 7% das despesas com I&D na AML, um número claramente acima da média europeia de apenas 0,6%.

### 2.2.3 Índice de Competitividade Regional Europeu

Em 2010, a Região de Lisboa (AML) era a região portuguesa com melhor classificação, encontrando-se em 146º lugar de 271 possíveis, com um índice de competitividade de 57 (0,57). Não obstante, a região Centro encontrava-se na posição 188º do ranking e o Alentejo, num lugar um pouco mais desfavorável, em 244º. É importante salientar que, em 2010, as regiões portuguesas tinham valores consideravelmente positivos no que corresponde ao pilar da

eficiência, assim como no pilar básico, à exceção da AML, que apresentava um valor abaixo da média do seu RCI.

**European Regional Competitiveness Index 2010**

País	Região	RCI 2010	Pilar Básico	Pilar da Eficiência	Pilar da Inovação	Posição
Netherlands	Utrecht	100	87	97	99	1º
Denmark	Hovedstaden	96	85	93	97	2º
Netherlands	Noord-Holland	95	86	94	92	3º
United Kingdom	Inner London	94	68	100	89	4º
United Kingdom	Outer London	94	68	100	89	5º
...						
Portugal	Lisboa	57	49	68	48	146º
...						
Portugal	Centro (P)	44	47	56	19	188º
...						
Portugal	Alentejo	33	44	42	15	224º

Tabela 1: Posição das regiões portuguesas no índice de competitividade regional europeu, 2010. Fonte: Eurostat. Elaboração própria

Em 2010, o pilar da inovação era, visivelmente, o grupo de indicadores com piores resultados, claramente abaixo da média do RCI das várias NUTSII. A AML era a região que possuía os valores mais elevados das três regiões, como seria expectável, tendo em conta que é a região do país com maior concentração de atividades e maior atratividade ao investimento estrangeiro.

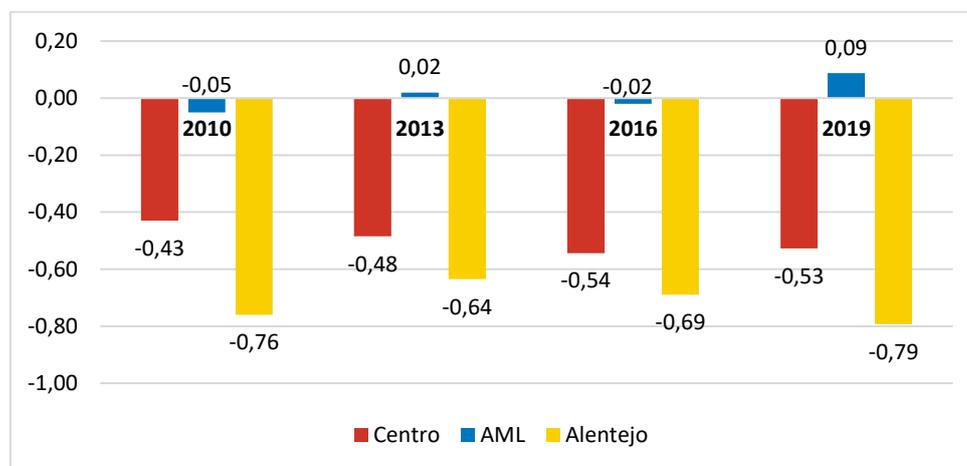


Figura 4: Evolução do RCI das regiões portuguesas entre 2010 e 2019. Fonte: Eurostat. Elaboração própria

Segundo os valores apresentados pelo RCI europeu, a tendência da última década é para que as regiões menos competitivas se tornem cada vez menos competitivas, enquanto as mais competitivas vão aumentando a sua distância relativamente às anteriores. Este fenómeno tem resultado no agravamento das disparidades regionais entre as regiões capitais e as restantes regiões dos estados-membros, afetando principalmente os países localizados na periferia. Embora a competitividade ao nível nacional revele uma aproximação, a realidade a nível inter-regional é completamente diferente.

**European Regional Competitiveness Index 2019**

País	Região	RCI 2019	Pilar Básico	Pilar da Eficiência	Pilar da Inovação	Posição
Sweden	Stockholm	1,17	0,97	1,21	1,08	1º
United Kingdom	London & ...	0,58	1,07	1,35	1,06	2º
Netherlands	Utrecht	1,16	0,96	1,15	1,05	3º
United Kingdom	Berkshire, ...	0,41	1,04	1,47	1,04	4º
United Kingdom	Surrey, ...	0,49	1,05	1,37	1,04	5º
...						
Portugal	AML	0,09	0,00	0,01	0,32	128º
...						
Portugal	Centro	-0,53	-0,27	-0,65	-0,63	198º
...						
Portugal	Alentejo	-0,79	-0,48	-0,92	-0,96	223º

*Tabela 2: Posição das regiões portuguesas no índice de competitividade regional europeu, 2019. Fonte: Eurostat. Elaboração própria*

Em 2019, a AML manteve-se como a NUTII portuguesa com o RCI mais elevado, subindo para o 128º lugar. Com um RCI de 0,09, a AML apresentou uma evolução positiva, comparando com as restantes regiões europeias. No sentido oposto, com um RCI de -0,53, o Centro caiu no ranking de competitividade, sendo este o 198º. Por último, o Alentejo, mesmo apresentando uma diminuição acentuada da sua competitividade (RCI de -0,96), registou uma subida para a posição 223º. Observando estes valores, é possível identificar um desenvolvimento regional assimétrico, o que contribuiu para um alargamento da distância entre a região capital e as restantes NUTSII que compõem a RLVT.

Dos três pilares de Competitividade, onde a AML obteve um grande crescimento foi no pilar da inovação, o que acaba por evidenciar uma concentração de atividades inovadoras na região. No sentido oposto, o Centro, registou um decréscimo em todos os pilares, salientando-se pela negativa os pilares da eficiência e da inovação. A diminuição da competitividade destes indicadores demonstra uma clara concentração de atividades pouco inovadoras e uma fraca capacidade de competição do seu tecido empresarial. Para concluir, o Alentejo apresentou valores ainda menos competitivos, em todos os pilares. Importa realçar a queda, mais uma vez apresentada pelos indicadores de eficiência e inovação, que demonstram uma elevada concentração de atividades de baixa intensidade tecnológica e com dificuldade em se adaptarem às constantes alterações e exigências do mercado internacional.

### EU Regional Competitiveness Index, 2019

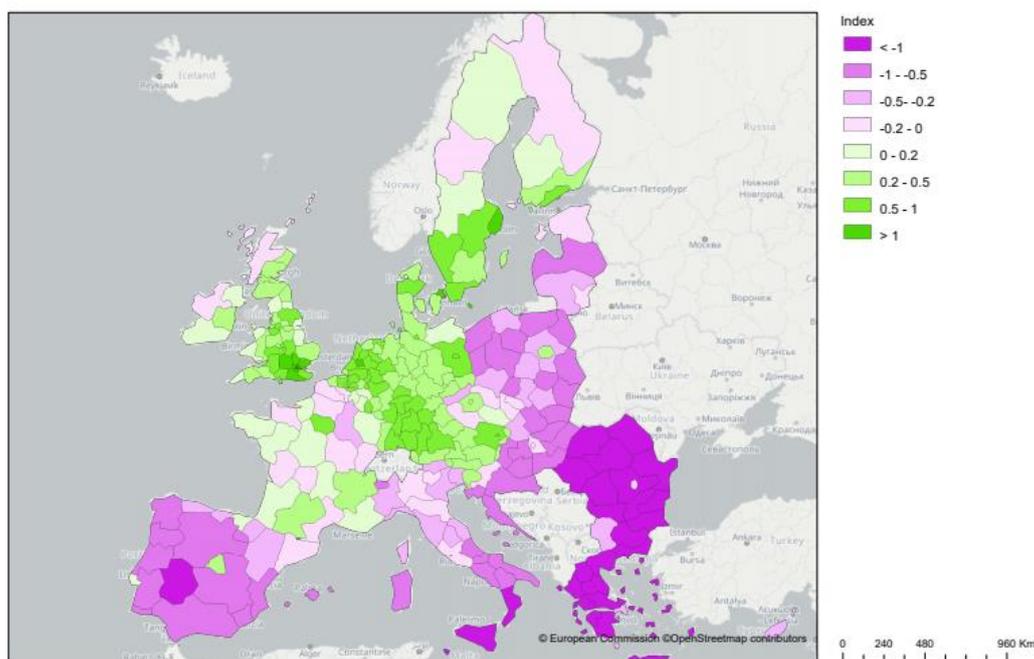


Figura 5: Mapa do RCI das regiões europeias, 2019. Fonte: Comissão Europeia. Elaboração: Comissão Europeia

Com base no “Regional Innovation Scoreboard” de 2021, as regiões do Centro e AML são consideradas como inovadores moderados e o Alentejo, inovador emergente. Estes resultados confirmam o afastamento das regiões portuguesas face às regiões europeias mais desenvolvidas.

O papel da crise económica de 2008, que abalou fortemente Portugal, tem um grande peso na justificação destes valores negativos. No entanto, após a crise, a União Europeia e Portugal assistiram a uma fase de grande recuperação e prosperidade económica que, pelos valores apresentados, possuiu uma distribuição desigual pelos vários territórios da RLVT. O crescimento do Turismo pode justificar esta recuperação da economia portuguesa, bem como as disparidades identificadas, uma vez que a distribuição da procura e oferta turística apresentam claras desigualdades ao longo do território.

## 2.3 A RLVT no contexto nacional

### 2.3.1 PIB per capita ajustado a preços correntes em Portugal

Começando pelo PIB per capita a preços correntes, importa realçar o aumento deste indicador na última década. De facto, o valor aumentou por todo o país, passando dos cerca de 17.000€ per capita, em 2008, para os cerca de 20.700€ em 2019, no entanto as consequências da crise de 2009-2011 são bastante visíveis, especialmente no ano de 2012, ano em que se registaram os valores mais baixos da última década (16.000€).

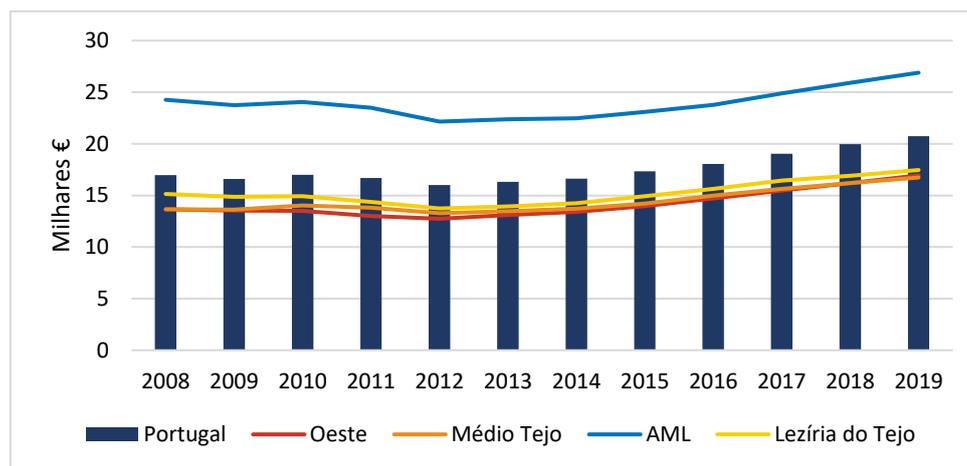


Figura 6: PIB per capita ajustado a preços correntes na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

A partir da figura, é possível identificar duas tendências. Em primeiro lugar, um padrão evolutivo positivo por todo o território da RLVT. E em segundo, uma grande assimetria entre os valores apresentados pela AML, claramente acima da média nacional e as restantes sub-regiões da RLVT, abaixo deste valor. Embora a AML tenha apresentado uma tendência de convergência para com a média nacional até 2016, ano em que se voltou a afastar da média nacional, o Oeste e Vale do Tejo (OVT) assistiram ao fenómeno inverso. Nos últimos anos, a distância entre a média nacional e o PIB per capita do OVT tem vindo a crescer, o que evidencia uma distribuição cada vez mais desigual.

Em 2019, a AML era a região que apresentava os valores de PIB per capita ajustado a preços correntes mais elevados da região (26.891€), seguida da Lezíria do Tejo (17.460€), Oeste (16.944€) e Médio Tejo (16.734€).

### 2.3.2 Despesas em investigação e desenvolvimento

Ao nível das despesas com investigação e desenvolvimento, em 2008, foram gastos cerca de 1.488.491.000€ na RLVT, sendo que 96,6% destas despesas foram utilizadas na AML.

Em Portugal, a percentagem de PIB gasto nas despesas com investigação e desenvolvimento em 2008 era de 1,50%. Em 2015, um ano após a publicação das RIS3, atingiu-se o valor mais baixo da última década, 1,24%. Mesmo com a ligeira recuperação que se verificou desde então, em 2019 as despesas com a investigação e desenvolvimento representaram apenas 1,40%. Embora em 2008, a percentagem de PIB tenha sido mais elevada do que em 2018, é importante ter em conta que o montante foi bastante superior no último ano, devido ao aumento da riqueza do país. No entanto, atendendo a uma análise de proporcionalidade, de facto as despesas que Portugal assumiu com a investigação no fim da última década, representavam um menor peso no PIB, do que as do início da década.

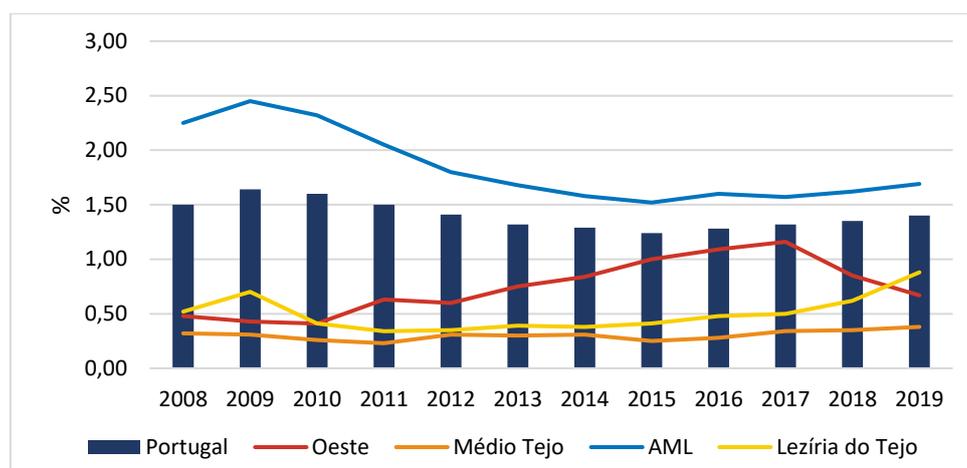


Figura 7: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

À exceção da AML, as restantes sub-regiões da RLVT apresentaram valores bastante pobres, quando comparados com a média nacional. O Oeste foi a sub-região que apresentou a melhor evolução neste indicador, ao longo da última década, registando um aumento da percentagem de despesas de 0,48% em 2008, para 1,16% em 2017, muito perto da média nacional. Infelizmente, em 2019 o indicador desceu para os 0,67% e acabou mesmo por ser ultrapassado pela Lezíria do Tejo que apresentou uma despesa na ordem dos 0,88% do seu PIB.

Através da análise do gráfico das despesas com investigação por setor de execução, é notório que o setor empresarial assumiu, ao longo da última década, uma posição de destaque quanto à sua contribuição para a investigação e desenvolvimento em Portugal, representando em média 50% de todas as despesas. O estado surgiu em segundo lugar, com uma percentagem de participação de 22,3%, seguido do ensino superior, com 18,2%.

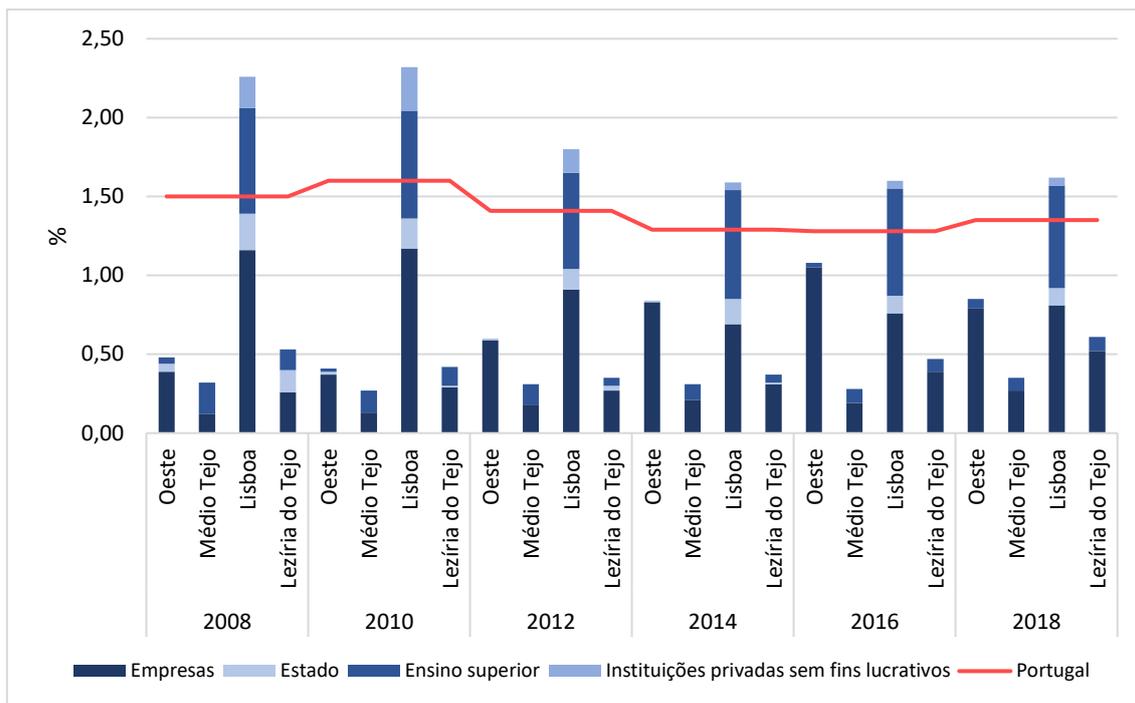


Figura 8: Percentagem de PIB gasto em despesas com investigação e desenvolvimento, por setor de execução, na RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

A importância do ensino superior acaba por justificar algumas das assimetrias, na medida em que existe uma relação muito forte entre o número de estabelecimentos de ensino superior e a percentagem de PIB investido na investigação e desenvolvimento. Comparando a AML com o Oeste (as duas sub-regiões que mais despesas apresentaram com inovação ao longo da última década), o ensino superior, que expressa uma concentração muito superior na AML, contribuiu no ano de 2019, com 39,1% das suas despesas. No Oeste, a percentagem do ensino superior apenas chegou aos 10,4%, o que resultou num setor empresarial a assumir 89,6% das despesas, claramente acima da média nacional.

### 2.3.3 Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Começando a análise pelo Índice de Coesão, este procura representar as assimetrias regionais em Portugal, resultantes de processo de desenvolvimento regional, no âmbito da coesão.

Em 2008, toda a RLVT apresentava índices de coesão acima ou dentro da média nacional, o que projetava um potencial positivo para a região. Entre 2011 e 2012, o Oeste e Vale do Tejo apresentou um desempenho irregular, resultado de uma recuperação desigual face às consequências da resseção económica. Consequentemente, em 2019, a AML era a única sub-região da RLVT com valores acima da média nacional (106,62), seguida pelo Oeste com 99,17.

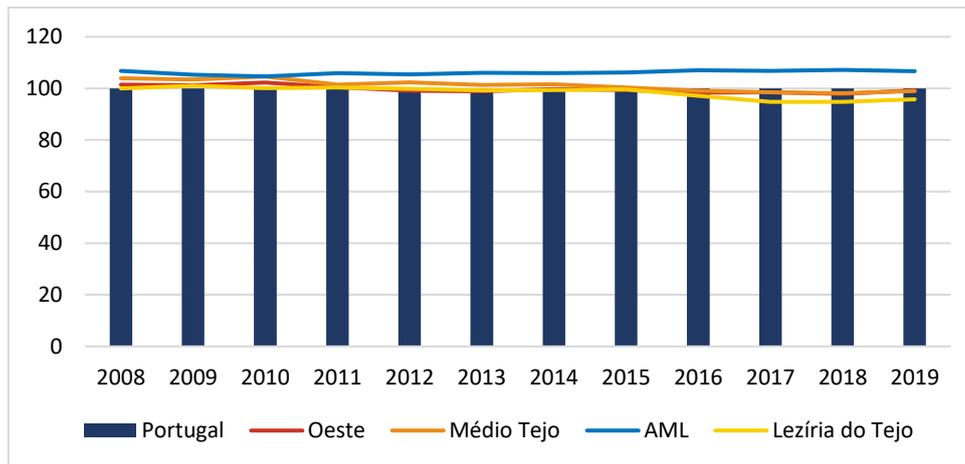


Figura 9: Índice sintético de desenvolvimento regional (coesão) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

Estes valores podem ser justificados pela crise económica que atingiu o país em meados de 2008-2009, provocando uma diminuição das condições de vida da população e proporcionando mais desigualdades no país. A recuperação que tem sido feita desde então tem sido positiva, mas estes dados revelam que não foi equitativa por todo o território.

Embora a evolução não tenha constituído um balanço muito positivo, importa realçar que este indicador possui resultados muito equilibrados por toda a RLVT, podendo-se afirmar que esta região se trata de uma região relativamente coesa, sendo a esfera institucional, um agente importante neste âmbito.

Similarmente ao Índice de Coesão, o Índice de Competitividade ilustra a evolução da competitividade das regiões, com base no processo de desenvolvimento regional.

Quanto ao Índice de Competitividade, em 2008, o Oeste e Vale do Tejo apresentava valores abaixo da média nacional, sendo que o médio Tejo era claramente a sub-região menos competitiva, apresentando um índice de competitividade de 89,13. A AML era a única sub-região da RLVT com valores acima da média (113,29).

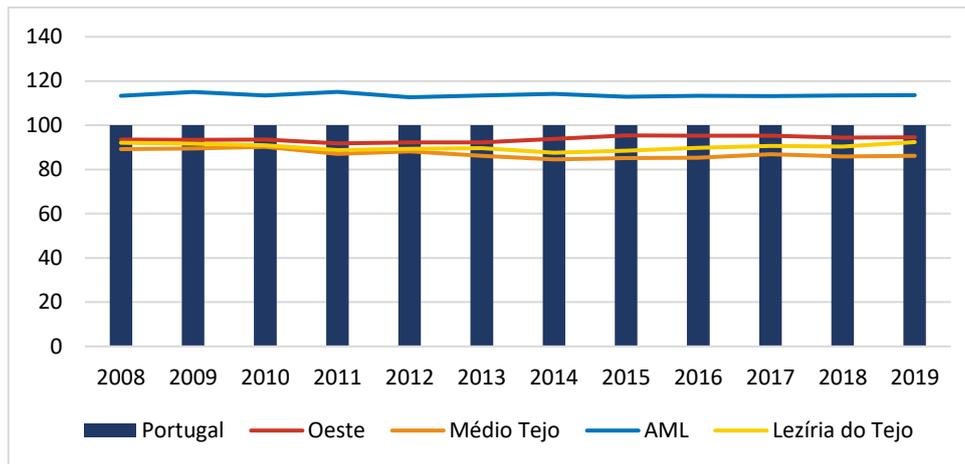


Figura 10: Índice sintético de desenvolvimento regional (competitividade) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

Ao longo dos últimos 10 anos, houve um aumento das assimetrias na RLVT. O OVT registou uma diminuição da sua competitividade entre 2010 e 2011 e apresentou um comportamento irregular no período pós crise. Embora nos últimos anos se tenha assistido a uma ligeira recuperação, a competitividade da RLVT não apresentou grandes melhorias, sendo que o Médio Tejo acabou mesmo por perder competitividade, evidenciando em 2019, um índice de 86,22. A AML preservou a sua posição como sub-região mais competitiva, apresentando um índice de competitividade de 113,66. E o Oeste registou um aumento de 1,05 face a 2008, no entanto continua abaixo da média nacional.

Por último, o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (global) é um indicador que procura descrever as assimetrias regionais, conjugando o desempenho dos âmbitos da competitividade, coesão e qualidade ambiental.

O Índice Global da RLVT revela que, entre 2008 e 2019, apenas a Lezíria do Tejo apresentou um ligeiro aumento do seu índice de desenvolvimento global, transitando dos 95,98 em 2008, para os 96,26 em 2019. No sentido oposto, o Médio Tejo que revelou um início de década bastante promissor, atingindo em 2010 um índice de 98,12, iniciou uma tendência negativa que perdurou até 2019, ano em que assinalou um índice de 93. Por sua vez, a AML e o Oeste apontaram valores relativamente consistentes ao longo da última década, apontando em 2019 106,37 e 96,25, respetivamente. A AML foi, novamente, a única NUT III que apresentou valores acima da média nacional.

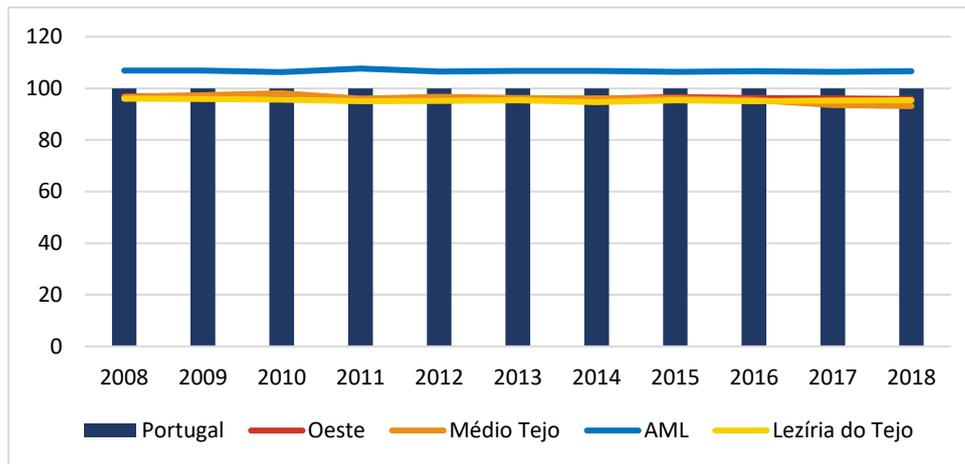


Figura 11: Índice sintético de desenvolvimento regional (índice global) da RLVT. Fonte: INE. Elaboração própria

De facto, a crise económica que se fez sentir no início da década passada, acabou por prejudicar o desenvolvimento de toda a RLVT. A recuperação económica que se fez sentir desde então, embora ofereça uma perspetiva positiva para a economia regional, acabou por revelar alguma desigualdade pelas várias NUTS III, o que contribuiu para um acentuar destas assimetrias.



## Capítulo III | O Papel dos Instrumentos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território no Desenvolvimento Regional

### 3.1 Orientações da EU para 2014-2020 | As Estratégias Nacionais e Regionais de Especialização Inteligente

A adoção de medidas que proporcionem um incentivo à inovação e conhecimento são imprescindíveis ao desenvolvimento de uma região. No entanto, estas medidas devem ter em conta os pontos fortes e oportunidades dos territórios e potencializarem estes benefícios ao máximo, permitindo um correto desenvolvimento, tirando o máximo partido dos territórios, independentemente da intensidade tecnológica das suas economias. Neste sentido, o conhecimento e inovação ganham outra dimensão, tendo como objetivo a criação de novas formas de exploração económica dos territórios, utilizando os recursos endógenos e potenciando as economias regionais, mas simultaneamente, protegendo estes recursos ambientais e permitindo um desenvolvimento sustentável.

A estratégia Europa 2020 surgiu com o objetivo de contribuir para uma UE numa economia mais inteligente, sustentável e inclusiva. Estas três prioridades procuravam ajudar a UE, bem como os seus Estados-Membros a alcançarem elevados níveis de emprego, produtividade e coesão social (Comissão Europeia, 2014).

Neste sentido, a UE estabeleceu cinco metas ambiciosas que tinham como objetivo serem alcançadas até 2020. Estas metas abordavam o emprego, inovação, educação, inclusão social e clima ou energia. Para cada uma destas temáticas, cada Estado-Membro definiu as suas próprias metas ao nível nacional e regional.

Neste contexto do conhecimento como fator chave para o desenvolvimento, surgem as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (RIS3/EREI).

As autoridades nacionais e regionais de todos os Estados-Membros conceberam as suas próprias estratégias de especialização inteligente, de modo a identificar os setores com maior potencial competitivo e inovador e assegurar o seu enquadramento nos Fundos Estruturais de Desenvolvimento Europeu de uma forma mais eficiente, permitindo também o aumento das sinergias entre as restantes políticas europeias, nacionais e regionais em vigor.

A nível nacional surge assim, a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI 2014) que propôs a visão para Portugal 2020. Esta visão teve como objetivo “consolidar ou fazer emergir” a liderança do país na economia verde, na economia digital e na economia azul, procurando utilizar e desenvolver tecnologias de informação e comunicação, utilizando novos materiais e novas formas de exploração sustentável dos seus recursos endógenos, nomeadamente recursos do mar, florestais e minerais. A ENEI tinha também como objetivo

direcionar a estratégia de modo a responder aos principais desafios para o país, nomeadamente as alterações climáticas, mitigação de riscos, biodiversidade, a água e o envelhecimento. A ENEI surge assim como elemento de ligação entre o nível europeu e o nível regional.

A política de desenvolvimento económico, social e territorial implementada pela ENEI é composta por cinco fundos europeus, o FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER e FEAMP, totalizando em cerca de 25.793 M€ disponíveis para todo o território nacional. (CCDR-LVT, 06-2021).

Ao nível regional, surgiram as RIS3 2014-2020. Estas estratégias tinham a função de explorar as capacidades e potencialidades das regiões e promover o aproveitamento de novas oportunidades no quadro das dinâmicas nacionais e internacionais. Neste sentido, deviam direcionar investimentos para as prioridades e desafios regionais, de modo a atingir o desenvolvimento com base na especialização económica. No território correspondente à RLVT, estão em vigor três RIS3 distintas, a RIS3 Lisboa, a RIS3 Centro e a RIS3 Alentejo.

No seguimento destes documentos estratégicos, surgiram os Programas Operacionais Regionais para cada uma destas regiões (POR Lisboa, para a AML; POR Centro, no caso do Oeste e do Médio Tejo; e POR Alentejo, no que respeita à Lezíria do Tejo), que entre as suas funções, titula a de operacionalizar as estratégias para os vários territórios que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Deste modo, “o POR Lisboa visa reforçar a competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação.” (POR Lisboa, 2014, p.14). O objetivo final destes documentos é o de consolidar a posição da RLVT entre as restantes regiões inovadoras da União Europeia.

A estrutura destas estratégias consiste no estabelecimento de grandes eixos prioritários, que por sua vez se dividem em várias prioridades de investimento, sendo estas compostas por objetivos específicos. Cada um destes objetivos específicos está relacionado com um determinado fundo europeu, que por sua vez será utilizado para cofinanciar os projetos aprovados.

No dia 11 de setembro de 2020, teve lugar a aprovação da nova Estratégia de Especialização Inteligente para Lisboa (RIS3 Lisboa 2021-2027), pelo Conselho Regional de LVT. Embora o documento ainda não tenha sido publicado, já é conhecido que o ensino superior foi incluído como um dos setores de investimento prioritário, sendo as universidades consideradas como “centros de acumulação de conhecimento” por Peretz Lavie, no artigo da CCDRLVT (2020).

As universidades passam de um papel complementar ou periférico no período de 2014-2020, para um papel fundamental na estratégia de 2021-2027, consistindo num dos dois domínios transversais da nova estratégia.

A RIS3 Centro 2021-2027 já possui uma primeira versão do documento de revisão, na qual consta uma análise das respostas dos diferentes agentes da região, obtidas nas reuniões anteriormente realizadas.

A RIS3 Alentejo 2021-2027, similarmente à RIS3 Centro, também se encontra em revisão, no entanto não existe qualquer documento relativamente ao estado do documento.

### 3.1.1 RIS3 Lisboa e o POR Lisboa

Na RIS3 da Lisboa, os cinco grandes “grupos temáticos” identificados foram a Investigação, Tecnologias e Serviços de Saúde; Conhecimento, Prospeção e Valorização de Recursos Marinhos; Turismo e Hospitalidade; Mobilidade e Transportes; Meios Criativos e Indústrias Culturais, surgindo os Serviços de Apoio às Empresas como Grupo Temático Transversal.

A RIS3 de Lisboa procurou fomentar a I&D e, conseqüentemente a inovação, reforçando a competitividade do tecido empresarial da região, nomeadamente as PME. O ambiente acabou por ser bastante relevante nesta estratégia, na medida em um dos seus eixos prioritários consistia no apoio à transição da economia da região, para uma com baixas emissões de carbono. Assim como a promoção da utilização eficiente dos recursos.

Sendo características da AML, a grande densidade urbana, assim como os movimentos pendulares, a RIS3 Lisboa procurou apoiar o desenvolvimento urbano sustentável e, em simultâneo, a qualidade do seu emprego e a mobilidade dos seus trabalhadores.

O caráter social da estratégia também possuiu uma grande evidência, através da promoção da inclusão social, combate à pobreza e aposta na formação profissional e educação dos seus habitantes, fomentando a coesão social e difusão do conhecimento, assim como das oportunidades dele resultantes.

A visão para Lisboa 2020 assume que a AML possui um papel estruturante na competitividade e internacionalização do país e reconhece a elevada concentração de recursos científicos, tecnológicos e de qualificação, o que distingue a região pelo seu potencial para dispor de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. A sua localização geográfica que, embora seja periférica na Europa, é central no contexto Euro-Atlântico, constituindo um papel importante no processo de globalização da Europa. Por último, “foram destacados os recursos naturais, ambientais, climáticos e patrimoniais singulares, distintivos no contexto das metrópoles europeias” (CCDR-LVT, 2014, p.48), o que constitui vantagens comparativas em setores emergentes.

Para a implementação desta estratégia, o POR Lisboa contava com uma dotação de mais de 817 milhões de euros, comparando com as restantes estratégias regionais, esta menor dotação

deve-se ao facto da AML ser considerada como uma região desenvolvida, culminando numa taxa de cofinanciamento máxima de 50%.

### 3.1.2 RIS3 Centro e o POR Centro

Na RIS3 do Centro, os oito “domínios diferenciadores” identificados foram a Agricultura; Floresta; Mar; Turismo; a área das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE); Materiais; Biotecnologia; Saúde e bem-estar.

A estrutura da RIS3 Centro é bastante similar à de Lisboa, constituindo-se como eixos prioritários o reforço da investigação, desenvolvimento e inovação, capacitando as entidades regionais e promovendo a competitividade e internacionalização da economia da região.

O ambiente e os seus recursos surgirem novamente como temas estruturantes, constituindo uma prioridade desta estratégia, a promoção da sustentabilidade dos recursos e dos territórios.

A coesão social e territorial ganhou importância na estratégia, cruzando o desenvolvimento do capital humano, a promoção e dinamização do emprego e o reforço da rede urbana regional.

A visão para o Centro 2020 assumiu que o modelo de desenvolvimento regional devia possuir três características estruturantes, ser Responsável, Estruturante e Resiliente. A responsabilidade remete para a sustentabilidade ambiental e social da região, valorização dos recursos e qualificação do capital humano. “Estruturante no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da Região Centro no mundo contemporâneo” (CCDR-Centro, 2014, p.67), através do apoio a atividades de elevado valor acrescentado. Para concluir, a Resiliência consistirá na capacidade da região para de adaptar e resistir a acontecimentos externos, que possam prejudicar ou favorecer o âmbito da estratégia.

Embora o POR Centro contasse com mais de 2.155 milhões de euros, é crucial ter em conta que, a região Centro não só possui uma área de acompanhamento muito superior à AML, como também é uma região menos desenvolvida, beneficiando por isso de maior participação nos seus projetos.

### 3.1.3 RIS3 Alentejo e o POR Alentejo

Por último, os cinco “domínios de especialização” da RIS3 do Alentejo selecionados para 2014-2020 foram a Alimentação e Floresta; Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; Tecnologias Críticas, Energias e Mobilidade Inteligente; Tecnologias e Serviços Especializados na Economia Social.

Na RIS3 Alentejo, a investigação desenvolvimento e inovação são um dos eixos prioritários, à semelhança das restantes RIS3. A este tema, soma-se a promoção da competitividade e internacionalização das PME.

Ao nível do ambiente, a estratégia procurou promover o desenvolvimento urbano sustentável, a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental da região, assim como a valorização dos recursos endógenos. Como nas estratégias enunciadas anteriormente, a RIS3 Alentejo tem como objetivos temáticos a promoção da coesão social, apoio ao ensino e a qualificação do capital humano e a capacitação das instituições regionais.

A Visão do Alentejo 2020 assume que a principal característica diferenciadora da região consiste no conjunto de recursos e potencialidades heterogéneas, “entre a fachada atlântica, os campos da Lezíria do Tejo, os tecidos urbanos e patrimoniais, as margens do Guadiana e demais territórios de fronteira” (CCDR-Alentejo, 2014, p.17), classificando como a sua base de suporte, a relação entre território e valia ambiental. O Alentejo detém uma elevada predisposição para acolher atividades e pessoas inovadoras, valorizando os equipamentos e infraestruturas já existentes e considerando-se como um importante elemento na rede nacional e europeia, devido às suas boas acessibilidades. Desta forma, o modelo de desenvolvimento de especialização regional selecionado, foi um modelo que combinou a vertente económico-produtiva com a sustentabilidade.

Para finalizar, o POR Alentejo contava com uma dotação de mais de 1.082 milhões de euros. Comparativamente aos restantes programas operacionais da RLVT, este orçamento é superior ao da AML pelos mesmos motivos apresentados para o POR Centro. No entanto, é inferior ao orçamento do POR Centro porque o Alentejo acaba por ser uma região menos populosa, beneficiando por isso de um montante mais reduzido.

A sobreposição destes domínios temáticos, ilustra que os princípios das três EREI são bastante similares. Todas abordam, de certa forma, os temas da saúde e do bem-estar, a investigação e tecnologias, o turismo, os meios criativos e culturais e, por último, o mar. Estas estratégias de desenvolvimento territorial têm como objetivo não só o conhecimento e inovação, como também o uso destas características para a criação de melhores condições de vida dos seus habitantes. O património e a cultura apresentam também um papel importante nas RIS3, sendo que este património não só contribui para uma sociedade com mais conhecimento, como também para a oferta de novas oportunidades turísticas, sendo este um tema de grande importância para todo o território nacional, considerando que “a acumulação de capital humano e de competências de I&D, o seu reforço é relevante para alavancar a valorização deste património identitário.” (CCDR-Alentejo, 2014, p. 54).

O mar, é outro dos temas coincidentes às três estratégias, sendo que o continente apresenta uma zona económica exclusiva de 287 521 km<sup>2</sup>, o mar “oferece também consideráveis vantagens biofísicas e recursos naturais que devem ser explorados” (CCDR-LVT, 2014, p. 101),

desde atividades de alta tecnologia, exploração de energias renováveis, o elevado potencial turístico, ou à simples pesca, por exemplo.

O turismo acaba por ser também um dos grupos temáticos repetidos ao longo das várias estratégias sendo que todas estas regiões apresentam um elevado potencial turístico, proporcionando uma oferta bastante completa tendo em conta as várias morfologias de turismo existentes. É neste sentido que, a região Centro se trata do principal destino dos turistas portugueses, possuindo “um conjunto de recursos muito diversificados e com grande potencial, distribuídos geograficamente de forma equilibrada” (CCDR-Centro, 2014, p. 56).

## 3.2 Os instrumentos de Ordenamento do Território

### 3.2.1 PN POT

Embora seja reconhecido que ainda existem assimetrias inter-regionais e intrarregionais, o novo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) afirma que “[...] as políticas não devem ser conduzidas para reduzir as diferenças entre as regiões, mas para alargar a base territorial da competitividade, o que significa estimular a inovação tendo como desafio aumentar a produtividade em todas as regiões” (PNPOT, 2019, p. 102). Deste modo, as políticas devem ter como objetivo fomentar a inovação e o conhecimento que, como já foi mencionado, é uma condição essencial ao aumento da produtividade, produtividade esta que irá permitir uma maior capacidade de competitividade intrarregional, inter-regional e consequentemente, internacional.

No PNPOT de 2019, está presente que o reforço da especialização inteligente é uma necessidade, no entanto, esta deve ser direcionada para os recursos endógenos materiais e imateriais das regiões. Assume-se ainda que um dos desafios territoriais se trata de “reforçar a importância das infraestruturas das comunicações e do conhecimento, do apoio à aprendizagem ao empreendedorismo e à inovação” (PNPOT, 2019, p.102). Admitindo que estes terão um papel na potenciação dos recursos locais.

No novo modelo territorial, considera-se que o “capital natural é um ativo estratégico para promover o desenvolvimento dos territórios” (PNPOT, 2019, p. 110). Neste sentido, é importante valorizar os territórios com potencial de capital natural, nomeadamente áreas protegidas, os territórios de uso florestal e de uso agrícola, pelo seu importante papel no combate às alterações climáticas.

Um grande desafio para o Ordenamento do Território da RLVT é a quantidade de instrumentos de ordenamento e desenvolvimento regional que se encontram em vigor nas suas sub-regiões. A RLVT é composta por dois Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT-AML e PROT-OVT), três RIS3, (RIS3Lisboa, RIS3Centro e RIS3Alentejo) e, consequentemente, três

Programas Operacionais Regionais (POR Lisboa, POR Centro e POR Alentejo). Embora alguns dos seus objetivos sejam similares, como se tratam de diferentes regiões, existem vários objetivos distintos. Este desafio pode ser encarado como uma oportunidade, visto que torna a RLVT numa região heterogénea, composta por territórios com diferentes recursos endógenos e, por isso, diferentes oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Esta diversidade é benéfica não só por potenciar articulações multissetoriais, mas também porque permite à RLVT uma maior capacidade de adaptação às alterações dos padrões de consumo mercado, refletindo-se numa maior resiliência.

### 3.2.2 PROT-AML

O PROT-AML, como a sigla indica, corresponde ao programa de ordenamento para a Área Metropolitana de Lisboa, tendo sido publicado em 2002. Devido à vetustez deste instrumento, em 2008 foi deliberada uma proposta de alteração e consequente atualização do mesmo, tendo sido submetida a discussão pública entre 2010 e 2011 (CCDR-LVT, 28-01-2016). Devido à alteração da situação macroeconómica do país, esta proposta não avançou.

No PROT-AML foram identificadas quatro prioridades essenciais, nomeadamente a sustentabilidade ambiental, a qualificação metropolitana, a coesão socio-territorial e a organização do sistema metropolitano de transportes. Nesse sentido, este documento menciona a importância da AML no contexto de competitividade internacional da região e do país, constituindo um importante núcleo de produção e agregação de pessoas e atividades altamente qualificadas. As políticas regionais devem incidir nos domínios económico, urbano, social, ambiental e cultural, promovendo um desenvolvimento sustentável multidisciplinar.

É também importante identificar a necessidade atribuída à articulação com as regiões vizinhas, nomeadamente o Oeste e Vale de Tejo, não só pelo potencial endógeno das mesmas, mas também pela possibilidade de cooperação, uma vez que o elevado desenvolvimento da AML tem consequências na metodologia da alocação dos fundos comunitários europeus. Isto é, quanto mais desenvolvida é uma região, menor percentagem dos projetos será cofinanciada.

### 3.2.3 PROT-OVT

O PROT-OVT abrange as sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, ocupando uma posição entre o âmbito nacional e o municipal. Este documento constitui “um instrumento privilegiado para promover a reflexão estratégica do desenvolvimento do Oeste e do Vale do Tejo e acolher a tomada de decisão quanto às opções de desenvolvimento territorial” (PROT-OVT, 2009, p. 8).

Os principais objetivos do PROT-OVT consistem na afirmação do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, no contexto da RLVT, enquanto região capital europeia, valorizando o seu potencial endógeno; A defesa dos princípios da coesão, equidade, segurança, competitividade e

sustentabilidade do seu capital natural e paisagístico; reforçar a competitividade e sustentabilidade ecológica da agricultura e exploração florestal. Em 2009, as temáticas da competitividade e sustentabilidade já eram elementos de referência nos documentos regionais, assim como a salvaguarda dos recursos endógenos regionais, considerados um ativo importante para o desenvolvimento das regiões.

O PROT-OVT está assente em quatro eixos estratégicos, assumindo uma estratégia policêntrica, assente nos principais centros urbanos da região e fomentada pelas infraestruturas de transporte existentes, consideradas uma grande vantagem estratégica. As zonas rurais não foram esquecidas, sendo consideradas como um importante elemento a potenciar, sempre numa ótica de sustentabilidade ambiental e procura pela inovação e desenvolvimento de novas atividades a explorar nestes territórios. Posto isto, a aposta na inovação, competitividade e internacionalização do Oeste e Vale do Tejo constituem uma necessidade para firmar o território no grupo das regiões capitais europeias e para atrair investimento, contribuindo para uma desconcentração das atividades na AML.

## Capítulo IV | A Evolução do Emprego na RLVT na Última Década

### 4.1 Metodologia utilizada para seleção dos setores e para análise do emprego

#### 4.1.1 Seleção dos setores para análise

A intensidade tecnológica e de conhecimento presente na classificação da OCDE é calculada a partir da divisão da despesa comercial de I&D pelo seu valor acrescentado bruto. Desta forma, embora os setores de atividade com maior intensidade tecnológica e em conhecimento possuam custos comerciais mais elevados, os seus produtos possuem um valor acrescentado bruto muito superior aos com menos intensidade.

Os setores de atividade presentes no INE estão classificados segundo a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE Rev. 3), que por sua vez, está em harmonia com a classificação das Nações Unidas (CITA) e da União Europeia (NACE).

O primeiro passo para a classificação dos setores a analisar, foi o seu cruzamento com a classificação da intensidade tecnológica da OCDE (Galindo-Rueda e Verger, 2016\_anexo 12 e Masques da Costa, 2008\_anexo 13). Desta forma, 77 dos 81 setores de atividade, considerados na CAE Rev. 3, foram classificados em 5 grupos, com base na sua intensidade tecnológica e em conhecimento (Alta Tec.; Média-Alta Tec.; Média Tec.; Média-Baixa Tec.; e Baixa Tec.). Os 4 restantes setores não possuem uma classificação de intensidade tecnológica, por serem considerados serviços públicos sem fins lucrativos, nomeadamente a educação (CAE 85) e as atividades de saúde humana e apoio social (CAE 86 a 88) e não integram a classificação da OCDE, mas foram aqui consideradas para a análise dos totais de emprego.

Paralelamente à identificação e classificação dos setores segundo o grau de intensidade tecnológica e de conhecimento, considerando-se uma segunda categorização no sentido de responder à dinâmica preconizada nas Estratégias de Especialização Regionais da AML, Centro e Alentejo. Um dos desafios deste projeto foi exatamente este, estabelecer uma ligação entre os grandes grupos das RIS3 que compõem a RLVT e sucessivamente, identificar os setores de atividade que fazem parte das estratégias. Embora existam temas em comum, as relações intersectoriais evidenciadas numa estratégia, nem sempre coincidem com as identificadas noutras. Deste modo, concebeu-se uma tabela com o intuito de simplificar a relação entre as três EREI.

Domínios de especialização	RIS3 Lisboa	RIS3 Centro	RIS3 Alentejo
Turismo	Turismo e Hospitalidade	Turismo	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo
Meios Criativos e Indústrias culturais	Meios criativos e Indústrias culturais		
Saúde e bem estar	Investigação, Tecnologias e Serviços Saúde	Saúde e bem estar	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social
Investigação e tecnologias		TICE	
Mobilidade	Mobilidade e Transportes		Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente
Energia			
Agricultura		Agricultura	Alimentação e Floresta
Floresta		Floresta	
Biotecnologia	Conhecimento, Prospeção e Valorização de Recursos Marinhos	Biotecnologia	
Mar		Mar	Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais
Recursos minerais, naturais e ambientais		Materiais	
Materiais			

Tabela 3: Sobreposição dos domínios de especialização das RIS3 Lisboa, Centro e Alentejo. Fonte: RIS3 Lisboa, RIS3 Centro, RIS3 Alentejo. Elaboração própria

Em linha identificaram-se os 12 grupos temáticos segregados, em coluna distinguiram-se as três EREI e o conteúdo da tabela consistiu na identificação dos domínios temáticos de cada uma destas estratégias. Com base nesta tabela e na leitura dos documentos, foram enumerados os setores da CAE que mais se identificaram com as estratégias regionais, resultando daí a seleção de 38 setores de atividade.

Domínio de especialização	CAE	Designação da CAE
Turismo	CAE: 55	Alojamento
	CAE: 56	Restauração e similares
	CAE: 77	Atividades de aluguer
	CAE: 79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e ...
Meios Criativos e Indústrias culturais	CAE: 18	Impressão e reprodução de suportes gravados
	CAE: 58	Atividades de edição
	CAE: 59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, ...
	CAE: 60	Atividades de rádio e de televisão
	CAE: 74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
	CAE: 90	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias
Saúde e bem estar	CAE: 91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
	CAE: 86	Atividades de saúde humana
Investigação e tecnologias	CAE: 20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, ...
	CAE: 21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
	CAE: 26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e ...
	CAE: 27	Fabricação de equipamento elétrico
	CAE: 28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
	CAE: 62	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas
	CAE: 63	Atividades dos serviços de informação
Mobilidade	CAE: 72	Atividades de investigação científica e de desenvolvimento
	CAE: 85	Educação
	CAE: 29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes ...
	CAE: 30	Fabricação de outro equipamento de transporte
Energia	CAE: 33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
	CAE: 35	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
Agricultura	CAE: 1	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
	CAE: 10	Indústrias alimentares
Floresta	CAE: 2	Silvicultura e exploração florestal
	CAE: 16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; ...
	CAE: 17	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
Biotecnologia	CAE: 1, 2, 3, 10, 21, 35, 72	
Mar	CAE: 3	Pesca e aquicultura
Recursos minerais, naturais e ambientais	CAE: 36	Captação, tratamento e distribuição de água
Materiais	CAE: 13	Fabricação de têxteis
	CAE: 15	Indústria do couro e dos produtos do couro
	CAE: 22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	CAE: 23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	CAE: 24	Indústrias metalúrgicas de base
	CAE: 25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos

Tabela 4: Identificação das atividades económicas abrangidas nas RIS3 da RLVT e seleção das atividades a considerar para análise. Fonte: INE. Elaboração própria

Destes 12 grupos temáticos e 38 setores, apenas foram considerados para análise os que assumiam uma relativa importância no mercado de trabalho da RLVT, considerando que os casos de confidencialidade das atividades com menos peso no mercado de trabalho disparavam. Desta forma, a análise do emprego na RLVT consistiu no estudo dos 28 setores de atividade, distribuídos por 8 grupos temáticos. Assim, foram considerados os setores de atividade “estratégicos” e todas as restantes atividades de alta e média-alta tecnologia.

#### 4.1.2 Tratamento estatístico

A metodologia da análise do emprego na RLVT foi dividida em três fases, uma primeira análise do emprego onde se teve em conta a distribuição deste indicador, assim como a sua variação ao longo dos anos, de seguida uma análise da produtividade desse mesmo emprego, também numa lógica de identificação da sua distribuição e evolução. E por fim, uma referência ao quociente de localização (QL) do emprego, com a finalidade de identificar, tipologias territoriais. Importa salientar que todos os dados utilizados ao longo do presente capítulo foram extraídos do INE.

Para a análise do emprego, utilizou-se a informação alusiva ao pessoal ao serviço por estabelecimento empresarial e por atividade económica entre os anos de 2008 e 2019. Estes 12 anos foram divididos em dois períodos, o primeiro entre 2008 e 2014, permitiu considerar os valores do emprego no pré, durante e pós-crise. O segundo período 2014 a 2019, perspetivou a fase de recuperação económica, assim como a informação desde o ano de publicação das EREI, ao último ano com informação disponível até à data da recolha. Com base nestes respetivos dados, foi possível recriar o comportamento do emprego das atividades económicas, ao longo da última década.

A produtividade foi apenas calculada para os três anos chave deste relatório, 2008, 2014 e 2019. Para o cálculo da produtividade, procedeu-se à divisão do valor acrescentado bruto das empresas pelo pessoal ao serviço das empresas. A produtividade foi calculada para todas as atividades económicas, através da mesma metodologia. Quanto ao âmbito territorial, calculou-se a produtividade a nível nacional, ao nível regional (sempre que possível) e ao nível municipal, permitindo a existência de um termo de comparação.

O QL essencialmente transpõe o peso de uma atividade económica na força laboral de um município, com base no peso que essa atividade possui na RLVT. O Quociente de Localização consiste na relação entre o peso que uma CAE possui no emprego total de um município e o peso que essa mesma CAE exerce no emprego total da RLVT. Deste modo, é possível comparar a importância de uma determinada atividade no emprego de um município face à média da região.

#### 4.1.3 Mapeamento

A fase seguinte consistiu no mapeamento dos resultados obtidos no ponto anterior (tratamento estatístico). Foram elaborados quatro tipos de mapas dos vários setores de atividade, considerados mais importantes para a RLVT.

Em primeiro lugar, os mapas de variação, que procuraram exprimir a variação do emprego entre os períodos de 2008 a 2014 e 2014 a 2019, deste modo, foi possível representar o comportamento do emprego na RLVT, antes e depois da implementação das RIS3. Foram também elaborados mapas da variação da produtividade, com a finalidade de descrever também a evolução desse indicador ao longo do tempo.

Os mapas dos números absolutos procuraram evidenciar a distribuição do emprego das atividades económicas pela RLVT. Através do uso de círculos proporcionais como elemento de representação da informação, possibilitou-se, de uma forma mais gráfica, a reprodução da distribuição do emprego, bem como das assimetrias daí resultantes.

Os mapas da produtividade têm como objetivo ilustrar a produtividade das atividades económicas pelos vários municípios da RLVT, sendo que a paleta cromática foi estabelecida em concordância com a média nacional e, sempre que possível, com a média regional. Através desta metodologia, procurou-se dividir os municípios com base na sua produtividade, identificando os que estavam acima e abaixo da média.

Por último, os mapas do quociente de localização que procuraram evidenciar o peso de cada setor no emprego dos municípios, tendo por base a média da RLVT. Desta forma, foi possível representar os municípios onde uma determinada atividade assumia um peso acima da média da região, no respetivo mercado de trabalho.

## 4.2 Dinâmicas gerais da RLVT

De modo a construir um panorama das dinâmicas gerais da RLVT, elaborou-se uma breve análise quanto à sua estrutura setorial. Esta análise abrangeu os indicadores do número de estabelecimentos, o pessoal ao serviço dos estabelecimentos e o valor acrescentado bruto das empresas.

Região	Nº de estabelecimentos		Varição (%)
	2014	2019	2014-2019
Portugal	1 180 255	1 376 388	16,6
RLVT	416 085	498 210	19,7
Oeste	42 522	49 124	15,5
Médio Tejo	21 547	23 413	8,7
AML	327 704	399 239	21,8
Lezíria do Tejo	24 312	26 434	8,7

Tabela 5: Número de estabelecimentos na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a RLVT apresentou uma variação superior à média nacional, no entanto este aumento incidiu principalmente na AML e no Oeste, deixando para trás o Médio Tejo e a Lezíria que registaram um aumento do número de estabelecimentos mais modesto, na casa dos 8,7%. A AML assume a sua posição enquanto sub-região com mais peso na estrutura empresarial da RLVT, representando 80,1% dos estabelecimentos.

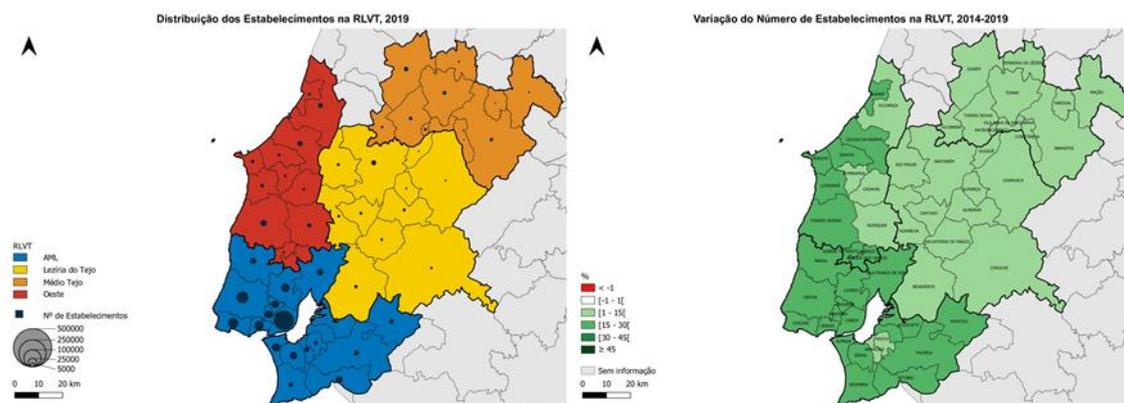


Figura 12: Cartografia do número de estabelecimentos e variação do número de estabelecimentos na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

A figura 12 representa a distribuição dos estabelecimentos pela RLVT em 2019, assim como a sua variação entre 2014 e 2019. Através desta cartografia é notório que, por um lado todos os municípios apresentaram taxas de variação do número de estabelecimentos positivas. Por outro, a distribuição deste fenómeno não foi simétrica por todo o território. Os municípios da Lezíria e do Médio Tejo apresentaram todos uma variação mais branda face aos do Oeste e, em particular, da AML.

Quanto ao pessoal ao serviço (emprego), a RLVT apresentou também um crescimento superior à média nacional, constituindo o Oeste a sub-região com o maior crescimento do emprego (26,5%) face a 2014.

Região	Pessoal ao Serviço (Nº)		Varição (%)
	2014	2019	2014-2019
Portugal	3 434 637	4 212 920	22,7
RLVT	1 291 194	1 603 336	24,2
Oeste	111 189	140 650	26,5
Médio Tejo	57 749	65 768	13,9
AML	1 051 707	1 318 046	25,3
Lezíria do Tejo	70 549	78 872	11,8

Tabela 6: Pessoal ao serviço na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria

Embora a Lezíria e o Médio Tejo tenham registado crescimentos acima dos 10%, voltaram a aumentar a sua distância face à restante RLVT. Ainda no âmbito das NUTSII, no ano de 2019, a AML voltou a reforçar a sua posição central no contexto regional, apresentando uma concentração de 82,2% de todo o emprego da região.

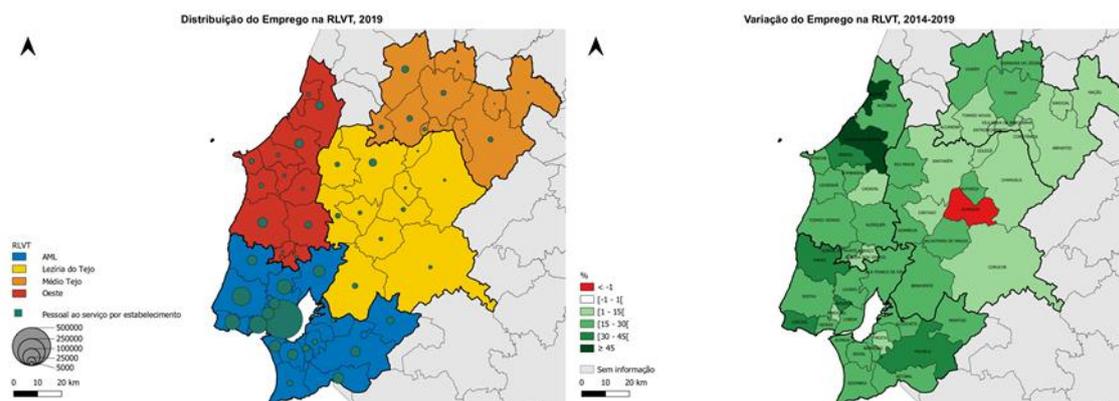


Figura 13: Cartografia da distribuição do emprego e variação do emprego na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Com base na cartografia presente na figura 13, obtém-se uma visão concreta da distribuição do emprego ao nível municipal, bem como o seu comportamento ao longo do período 2014-2019. Em 2019, Lisboa concentrava mais de 525.000 pessoas ao serviço, constituindo o município com mais emprego. Caldas da Rainha e Nazaré, foram os municípios com maior taxa de variação do emprego, 59,4% e 49,4% respetivamente. No sentido oposto, Almeirim acabou mesmo por apresentar uma diminuição do pessoal ao serviço, perdendo 6,5% face a 2014.

Por último, o Valor Acrescentado Bruto das empresas da RLVT registou uma variação positiva de 31,3%, mas abaixo da média nacional de 37,2%. Embora este desempenho tenha sido inferior ao apresentado pelo país, é importante considerar que, em 2019, a RLVT era responsável por 49,3% de todo o VAB produzido em território nacional.

Região	VAB (€)		Varição (%)
	2014	2019	2014-2019
Portugal	76 130 692 143	104 417 694 395	37,2
RLVT	39 162 375 550	51 429 916 284	31,3
Oeste	1 773 874 867	2 695 781 109	52,0
Médio Tejo	1 056 466 773	1 425 961 744	35,0
AML	35 204 804 774	45 770 729 721	30,0
Lezíria do Tejo	1 127 229 136	1 537 443 710	36,4

*Tabela 7: Valor acrescentado bruto na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria*

Embora a AML tenha apresentado a menor variação do VAB dentro da RLVT, é essencial salientar que esta concentra 89% de todo o VAB gerado na região. O Oeste assume uma posição de destaque, como a sub-região com a maior taxa de variação deste indicador, 52%.

Através da tabela 8, é possível identificar o VAB produzido por todos os municípios da RLVT, assim como o seu desempenho entre 2014 e 2019. Deste modo, partindo de um panorama geral da RLVT, comprova-se que este período de recuperação e desenvolvimento económico não foi simétrico por todo o território.

Região/Município	VAB (€)		Variação (%)
	2014	2019	2014-2019
RLVT	39 162 375 550	51 429 916 284	31,3
Oeste	1 773 874 867	2 695 781 109	52,0
Alcobaça	310 652 773	440 306 455	41,7
Alenquer	236 842 955	359 020 416	51,6
Arruda dos Vinhos	68 177 551	101 996 480	49,6
Bombarral	44 921 472	86 126 133	91,7
Cadaval	44 793 376	66 167 475	47,7
Caldas da Rainha	206 860 670	382 314 169	84,8
Lourinhã	118 411 197	176 918 525	49,4
Nazaré	41 115 390	72 646 459	76,7
Óbidos	80 814 923	88 212 369	9,2
Peniche	94 433 377	147 245 020	55,9
Sobral de Monte Agraço	46 400 616	70 888 686	52,8
Torres Vedras	480 450 567	703 938 922	46,5
Médio Tejo	1 056 466 773	1 425 961 744	35,0
Abrantes	227 280 466	263 550 448	16,0
Alcanena	142 188 425	141 040 046	-0,8
Constância	32 147 543	47 098 064	46,5
Entroncamento	74 325 015	107 729 122	44,9
Ferreira do Zêzere	32 107 744	53 632 447	67,0
Mação	15 919 614	18 962 864	19,1
Ourém	251 886 039	405 603 280	61,0
Sardoal	6 911 640	12 619 295	82,6
Tomar	87 335 841	133 157 209	52,5
Torres Novas	179 752 377	231 420 166	28,7
Vila Nova da Barquinha	6 612 069	11 148 803	68,6
AML	35 204 804 774	45 770 729 721	30,0
Alcochete	114 918 645	191 344 761	66,5
Almada	416 531 012	722 712 152	73,5
Amadora	1 039 829 153	1 383 188 625	33,0
Barreiro	176 067 663	211 389 706	20,1
Cascais	1 599 232 409	2 323 538 908	45,3
Lisboa	19 108 004 001	24 272 348 318	27,0
Loures	1 362 522 613	1 877 718 253	37,8
Mafra	426 637 157	702 492 923	64,7
Moita	118 107 421	151 766 625	28,5
Montijo	238 251 458	311 749 697	30,8
Odivelas	392 671 603	655 233 988	66,9
Oeiras	4 749 653 130	5 548 823 400	16,8
Palmela	761 046 926	1 120 976 179	47,3
Seixal	367 464 794	638 709 184	73,8
Sesimbra	95 058 308	171 793 073	80,7
Setúbal	896 974 015	1 044 916 110	16,5
Sintra	2 559 271 378	3 400 060 195	32,9
Vila Franca de Xira	782 563 088	1 041 967 624	33,1
Lezíria do Tejo	1 127 229 136	1 537 443 710	36,4
Almeirim	74 252 123	102 475 132	38,0
Alpiarça	28 112 953	40 284 942	43,3
Azambuja	178 514 339	170 054 162	-4,7
Benavente	192 832 499	287 142 096	48,9
Cartaxo	87 690 045	111 867 463	27,6
Chamusca	44 939 482	54 613 086	21,5
Coruche	57 190 024	85 446 177	49,4
Golegã	19 038 766	29 404 078	54,4
Rio Maior	136 964 624	174 428 031	27,4
Salvaterra de Magos	54 969 352	85 742 354	56,0
Santarém	252 724 929	395 986 189	56,7

Tabela 8: Distribuição e variação do valor acrescentado bruto por na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria

Com base na tabela da estrutura setorial da RLVT, é possível identificar que a RLVT se trata de uma região relativamente heterogénea. Quando comparamos os valores apresentados pelas várias sub-regiões, é notório que existem diferenças funcionais inter-regionais e intrarregionais quanto às suas estruturas setoriais. Enquanto o setor agroalimentar representa 14,8% dos estabelecimentos empresariais na Lezíria do Tejo, a AML situa-se num contexto completamente diferente, com apenas 2,2%. Existem diversos municípios nos quais o setor agroalimentar representa mais de 20% das suas estruturas empresariais, como é o caso do Cadaval, em que o setor agroalimentar representa 36,6% dos seus estabelecimentos.

O Turismo é outro setor que sobressai, representando sensivelmente 10% de todos os estabelecimentos da RLVT. Ao contrário do agroalimentar, é um setor que apresenta uma distribuição mais equitativa por toda a região, no entanto não deixa de ser possível identificar municípios com uma estrutura empresarial claramente dependente destas atividades, como é o caso da Nazaré, onde o turismo representa 26% dos seus estabelecimentos.

Por sua vez, a AML destaca-se pela concentração das atividades económicas tipicamente provedoras de serviços mais “raros”, nomeadamente as atividades de saúde humana, os meios criativos e indústrias culturais e os estabelecimentos de inovação.

No total, todas as atividades consideradas para o tópico 4.3 representam 29,5% da estrutura empresarial da RLVT.

Região/Município	Agroalimentar	Florestal	Pesca e aquicultura	Turismo	Transportes e mobilidade	Atividades de saúde humana	Inovação	Meios criativos	Restantes setores	Total Estabelecimentos
	%									Nº
RLVT	4,2	0,5	0,3	9,7	0,4	7,3	2,0	5,1	70,5	498210
Oeste	13,8	0,8	0,9	10,0	0,6	4,7	1,2	2,9	65,2	49124
Alcobaça	10,7	1,1	0,6	9,3	0,8	4,5	1,0	3,1	68,9	7136
Alenquer	13,5	0,4	0,0	6,8	0,7	4,7	1,3	2,3	70,4	4681
Arruda dos Vinhos	8,8	0,6	0,0	6,2	1,1	6,3	2,0	3,2	71,7	1880
Bombarral	28,3	0,6	0,2	7,5	0,3	3,2	1,0	2,2	56,8	1869
Cadaval	36,6	1,5	0,1	6,2	0,3	2,8	0,5	1,4	50,5	1864
Caldas da Rainha	8,5	0,9	0,6	12,1	0,5	5,9	1,2	3,9	66,4	7508
Lourinhã	18,0	0,7	2,3	8,6	0,4	4,2	1,2	1,8	62,7	3629
Nazaré	5,1	0,8	2,6	26,0	0,3	4,1	0,5	3,0	57,6	2237
Óbidos	16,2	0,8	2,7	16,7	0,5	2,9	1,9	4,2	54,1	2055
Peniche	10,2	0,5	3,8	18,1	0,6	4,1	0,8	2,2	59,7	3392
Sobral de Monte Agraço	12,6	0,3	0,1	5,7	0,5	4,9	1,4	4,2	70,4	1317
Torres Vedras	15,0	0,9	0,2	6,1	0,5	5,1	1,3	2,8	68,0	11556
Médio Tejo	5,9	1,7	0,1	9,6	0,5	6,5	1,1	2,8	71,9	23413
Abrantes	7,0	4,0	0,3	9,7	0,7	8,6	1,1	3,4	65,3	3273
Alcanena	6,1	0,8	0,0	7,7	0,5	4,1	1,4	1,9	77,5	1616
Constância	7,1	2,0	0,3	13,1	1,0	6,4	1,3	2,4	66,3	297
Entroncamento	3,2	0,1	0,1	6,8	0,6	9,7	1,2	3,3	74,9	2021
Ferreira do Zêzere	11,4	4,5	0,0	11,6	0,1	3,3	1,2	2,1	65,9	853
Mação	12,4	6,4	0,6	8,9	0,4	4,2	1,5	1,6	64,0	686
Ourém	4,1	1,5	0,0	10,5	0,4	5,0	1,0	2,2	75,3	5974
Sardoal	9,7	4,4	0,0	8,7	0,8	6,9	1,0	2,8	65,6	390
Tomar	5,4	0,8	0,0	9,9	0,3	7,0	0,9	3,5	72,1	4080
Torres Novas	7,1	0,4	0,0	8,9	0,5	7,3	1,3	2,8	71,7	3675
Vila Nova da Barquinha	3,3	0,9	0,2	14,1	0,2	5,8	0,9	3,3	71,4	548
AML	2,2	0,3	0,2	9,8	0,4	7,8	2,2	5,7	71,4	399239
Alcochete	5,0	0,7	1,0	8,9	0,6	7,6	2,0	5,5	68,8	2158
Almada	1,3	0,2	0,5	9,4	0,3	8,0	2,0	4,8	73,5	20589
Amadora	1,5	0,2	0,0	7,1	0,4	7,1	2,2	4,4	77,2	18721
Barreiro	1,7	0,3	0,2	9,4	0,5	9,8	1,4	4,0	72,7	7001
Cascais	1,4	0,3	0,2	9,3	0,3	8,1	2,5	6,7	71,3	33398
Lisboa	1,8	0,3	0,0	13,1	0,2	8,4	2,7	7,5	65,9	127032
Loures	2,2	0,3	0,0	7,4	0,5	6,5	1,8	4,0	77,3	22215
Mafra	7,5	0,6	0,2	9,0	0,5	5,5	1,7	4,5	70,5	11717
Moita	3,2	0,5	0,2	9,6	0,5	8,0	1,2	3,3	73,6	4971
Montijo	6,8	1,4	0,3	7,3	0,4	7,2	1,8	3,4	71,5	6315
Odivelas	1,5	0,1	0,0	7,1	0,4	7,8	2,0	3,7	77,4	17542
Oeiras	1,8	0,2	0,1	7,4	0,3	9,5	3,4	7,2	70,1	26580
Palmela	10,3	1,4	0,3	7,9	0,9	6,7	1,4	4,4	66,7	7322
Seixal	1,5	0,2	0,2	7,9	0,6	7,2	1,4	4,2	76,8	16647
Sesimbra	2,3	0,4	2,7	11,6	0,5	6,1	1,3	3,0	72,2	6019
Setúbal	2,2	0,5	1,4	11,0	0,7	9,0	1,5	4,0	69,8	13688
Sintra	1,9	0,2	0,1	7,6	0,5	6,3	1,9	4,3	77,3	43873
Vila Franca de Xira	2,2	0,1	0,4	7,1	0,7	7,6	1,7	4,1	76,0	13451
Lezíria do Tejo	14,8	1,9	0,2	7,6	0,6	5,9	1,2	2,8	65,0	26434
Almeirim	28,1	1,2	0,2	5,8	0,3	5,4	0,5	2,4	56,2	2868
Alpiarça	29,2	1,0	0,2	5,9	0,1	6,8	0,4	2,3	54,0	824
Azambuja	14,8	0,7	0,2	7,9	0,5	5,4	1,0	3,0	66,8	1997
Benavente	7,6	0,6	0,3	7,3	0,9	4,6	1,5	3,5	73,7	3243
Cartaxo	13,2	0,5	0,0	7,2	1,1	5,4	1,4	3,5	67,6	2388
Chamusca	19,1	8,4	0,1	8,9	0,8	4,2	1,0	3,4	54,1	928
Coruche	18,6	10,2	0,1	6,6	0,3	5,1	1,3	2,3	55,5	1939
Golegã	23,7	1,0	0,5	9,1	0,8	5,2	1,2	1,5	57,0	595
Rio Maior	14,2	1,9	0,0	8,5	1,0	5,3	1,2	2,5	65,5	2484
Salvaterra de Magos	13,0	1,3	0,6	8,6	0,5	4,4	1,2	1,9	68,6	2016
Santarém	9,9	0,9	0,1	8,1	0,5	8,2	1,3	3,1	67,9	7152

Tabela 9: Estabelecimentos por domínio de especialização na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria

Com base na tabela do VAB, é possível identificar também algumas diferenças funcionais, nomeadamente o setor agroalimentar que volta a ser referência na Lezíria do Tejo. O setor agroalimentar é de tal forma importante para a economia da Lezíria, que 14,8% dos estabelecimentos são responsáveis por 19,1% do valor acrescentado bruto gerado neste território. Ao nível municipal a Golegã assume-se como o município mais dependente deste setor, uma vez que representa 50,9% do seu VAB. Esta dependência do setor agroalimentar acaba por justificar o facto de a Lezíria apenas representar 3% de todo o VAB na RLVT.

O Médio Tejo encontra-se na pior posição da RLVT, sendo que os três municípios da região com menos VAB fazem parte desta sub-região. Vila nova da Barquinha, Sardoal e Mação.

No sentido oposto Lisboa, Oeiras e Sintra são os municípios com mais VAB na RLVT, representando 64,7% deste indicador. Sendo que o setor da inovação assume um peso consideravelmente acima da média em todos eles.

Todos os valores a vermelho identificam falta de parte dos dados, consequência da sua confidencialidade. Quando não existem dados sequer, significa que nessa região ou município, nenhuma das atividades económicas dentro dos setores possuía os seus dados disponíveis. Nesse sentido, é certo que o VAB real destas atividades seja superior a 25% de todo o VAB da RLVT.

De qualquer forma, é interessante ter em consideração os setores dos transportes e mobilidade e da inovação que, embora contribuam apenas com 2,4% dos estabelecimentos da RLVT, assuem um VAB com uma importância superior a 8,6% do total da região. Neste contexto da mobilidade, sem dúvida que Palmela (onde se encontra sediada a Volkswagen Autoeuropa) é um exemplo importante de referir. O setor dos transportes e mobilidade, embora apenas represente 0,9% do tecido empresarial do município, representa 45,8% de todo o valor acrescentado bruto deste concelho.

Região/Município	Agroalimentar	Florestal	Pesca e aquicultura	Turismo	Transportes e mobilidade	Atividades de saúde humana	Inovação	Meios criativos	Restantes setores	Total VAB
	%									€
RLVT	2,8	0,8	0,1	6,3	2,5	3,3	6,1	3,2	75,0	51429916284
Oeste	7,7	0,7	0,8	6,3	2,5	2,0	3,8	1,2	74,9	2695781109
Alcobaça	13,6	1,7	0,1	4,8	0,5	1,3	1,1	1,0	75,9	440306455
Alenquer	13,4	0,2	0,0	3,0	9,2	1,1	5,1	2,0	66,1	359020416
Arruda dos Vinhos	5,6	0,5	0,0	5,4	0,0	2,2	1,8	1,1	83,4	101996480
Bombarral	27,7	0,7	0,0	4,0	0,3	1,1	0,1	0,3	65,8	86126133
Cadaval	28,8	0,4	-	4,0	0,3	1,0	3,6	1,0	61,1	66167475
Caldas da Rainha	7,0	0,5	0,1	7,1	0,3	2,8	7,4	2,4	72,3	382314169
Lourinhã	32,2	0,5	5,0	6,0	2,2	1,6	2,6	0,6	49,3	176918525
Nazaré	7,8	1,9	1,4	29,6	0,2	2,3	0,4	0,6	55,8	72646459
Óbidos	14,0	0,2	-	19,7	0,4	1,1	4,5	1,3	58,7	88212369
Peniche	25,5	0,3	7,1	14,6	1,2	1,6	1,1	0,0	48,7	147245020
Sobral de Monte Agraço	12,1	0,1	-	2,4	0,0	1,8	0,6	0,8	82,3	70888686
Torres Vedras	16,6	1,1	0,0	3,8	2,5	3,0	4,9	1,1	67,0	703938922
Médio Tejo	6,2	4,0	0,0	6,7	5,7	2,2	1,8	0,8	72,5	1425961744
Abrantes	3,4	2,3	0,0	3,2	12,7	2,2	0,5	1,3	74,4	263550448
Alcanena	0,9	0,1	0,0	1,7	0,1	0,5	2,0	0,4	94,4	141040046
Constância	2,6	52,5	-	2,0	0,1	-	0,0	0,1	42,7	47098064
Entroncamento	4,6	0,0	0,0	2,8	38,7	3,2	1,3	0,5	49,0	107729122
Ferreira do Zêzere	46,3	9,0	0,0	4,6	0,0	0,5	0,2	0,3	39,0	53632447
Mação	11,6	6,1	-	6,3	0,0	-	0,2	0,6	75,4	18962864
Ourém	2,4	4,7	-	11,5	0,5	1,8	1,0	1,0	77,0	405603280
Sardoal	3,6	5,8	0,0	7,0	0,1	9,6	0,4	0,4	73,1	12619295
Tomar	11,7	0,4	-	11,4	1,5	5,4	2,4	1,2	66,0	133157209
Torres Novas	7,9	0,1	-	5,9	0,9	2,6	5,5	0,4	76,7	231420166
Vila Nova da Barquinha	5,0	0,0	-	11,4	0,0	-	0,0	0,6	83,0	11148803
AML	1,9	0,8	0,1	6,4	2,4	3,4	6,4	3,4	75,3	45770729721
Alcochete	5,2	0,2	-	2,6	0,4	1,3	1,2	0,8	88,4	191344761
Almada	0,9	0,2	0,3	11,1	1,0	5,8	5,6	2,6	72,6	722712152
Amadora	2,0	0,2	0,0	7,5	1,7	2,8	12,9	3,6	69,4	1383188625
Barreiro	2,9	0,4	0,0	8,8	1,4	5,9	0,8	1,4	78,3	211389706
Cascais	0,7	0,5	-	9,5	0,9	3,7	2,6	2,7	79,4	2323538908
Lisboa	0,7	0,1	-	7,1	1,0	3,1	6,0	3,4	78,7	24272348318
Loures	3,5	0,6	0,0	5,7	1,0	4,4	8,4	1,8	74,7	1877718253
Mafra	9,2	0,3	-	5,8	1,1	1,6	2,8	2,0	77,3	702492923
Moita	6,2	0,5	-	5,7	10,1	4,2	1,2	2,1	69,9	151766625
Montijo	16,8	3,4	0,0	4,4	0,4	2,7	1,7	0,7	69,8	311749697
Odivelas	1,6	4,9	-	5,4	1,5	4,0	3,6	2,7	76,3	655233988
Oeiras	4,1	0,2	0,0	4,7	0,2	5,1	8,4	6,6	70,6	5548823400
Palmela	2,2	0,5	0,0	1,5	45,8	1,1	5,1	0,4	43,3	1120976179
Seixal	1,9	0,2	-	5,3	5,6	3,4	3,9	2,2	77,4	638709184
Sesimbra	4,1	0,2	7,2	12,6	1,2	3,9	1,0	1,8	68,0	171793073
Setúbal	1,6	18,3	-	4,7	5,7	3,1	5,0	0,9	60,7	1044916110
Sintra	3,0	0,9	-	3,9	0,8	2,4	7,3	3,7	78,0	3400060195
Vila Franca de Xira	2,1	0,3	-	2,8	8,7	5,9	7,7	0,9	71,7	1041967624
Lezíria do Tejo	19,1	0,2	-	3,8	1,9	2,6	2,3	1,3	69,0	1537443710
Almeirim	25,8	0,9	0,1	5,4	0,2	2,7	0,4	1,0	63,5	102475132
Alpiarça	49,8	0,7	-	2,7	0,0	-	0,0	0,1	46,7	40284942
Azambuja	14,8	0,4	0,1	2,0	0,1	1,0	6,2	0,2	75,2	170054162
Benavente	11,5	0,0	0,0	2,4	7,0	1,2	9,8	1,7	66,3	287142096
Cartaxo	17,9	0,1	0,0	4,8	3,1	2,1	1,4	1,2	69,4	111867463
Chamusca	9,2	0,3	-	3,2	0,6	-	0,0	2,6	84,1	54613086
Coruche	23,0	0,0	-	6,1	0,1	2,2	4,9	5,9	57,7	85446177
Golegã	50,9	2,2	0,0	3,0	2,4	1,9	0,0	0,0	39,6	29404078
Rio Maior	31,0	0,1	-	3,0	4,2	2,1	1,2	1,3	57,1	174428031
Salvaterra de Magos	15,7	0,5	0,1	5,0	1,1	1,6	0,9	0,1	74,9	85742354
Santarém	15,5	0,5	0,0	4,5	1,1	5,1	3,2	1,0	69,2	395986189

Tabela 10: Valor acrescentado bruto por domínio de especialização na RLVT, 2019. Fonte INE. Elaboração própria

## 4.3 Análise dos setores de atividade da RLVT

### 4.3.1 Setor agroalimentar

Na presente análise, o setor agroalimentar é composto por duas atividades económicas, a agricultura e suas atividades relacionadas (CAE 1) e as indústrias alimentares (CAE 10). A primeira é considerada uma atividade de baixa tecnologia e a segunda, pertencendo às indústrias transformadoras, uma atividade de média-baixa tecnologia.

Embora as atividades do setor agroalimentar não estivessem presentes na RIS3 de Lisboa, ambas constituem setores importantes para a economia da RLVT, gerando cerca de 69.800 postos de trabalho, em 2019. Neste sentido, o setor agroalimentar acabava mesmo por integrar as RIS3 do Centro e do Alentejo, sendo previsto que integre também a nova RIS3 de Lisboa 2021-2027.

Como foi descrito na metodologia, a análise do emprego foi separada em dois períodos. O período de 2008-2014 procura espelhar as consequências da crise, assim como o início da recuperação da economia nacional. O período 2014-2019 reflete as dinâmicas apresentadas desde a publicação das EREI até ao último ano com informação disponível à data da extração.

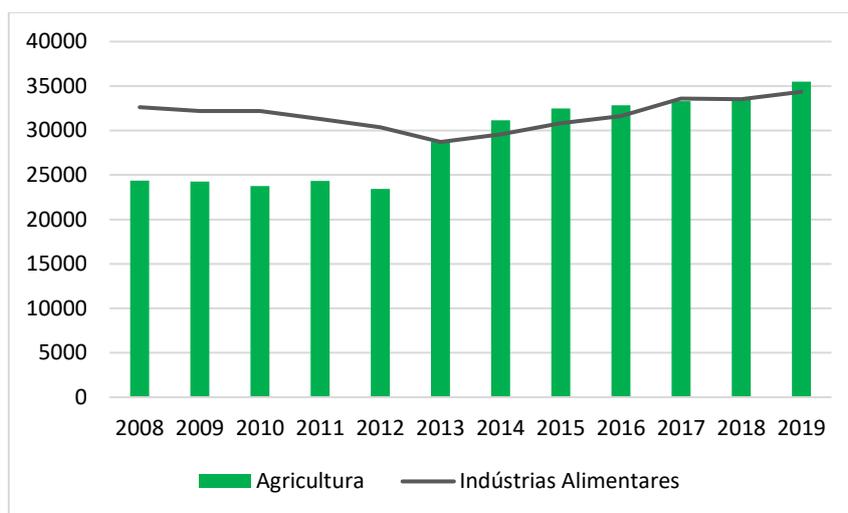


Figura 14: Evolução do emprego no setor agroalimentar na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Através da análise do emprego do setor agroalimentar, constatou-se que as duas atividades apresentaram comportamentos distintos, ao longo da última década. Na RLVT em 2008, a agricultura possuía cerca de 24.400 pessoas ao seu serviço, contrastando com 32.600 ao serviço das indústrias alimentares, resultando numa distribuição do emprego de 42,8% e 57,2%, respetivamente.

A distribuição deste emprego era também ela discordante. Na agricultura, a AML representava apenas 33,2% de todo o emprego na região, pelo que o Oeste e a Lezíria do Tejo, detinham 60%. Por sua vez, as indústrias alimentares apresentavam uma distribuição muito mais desigual, na medida em que a AML concentrava 59,4% do emprego da região.

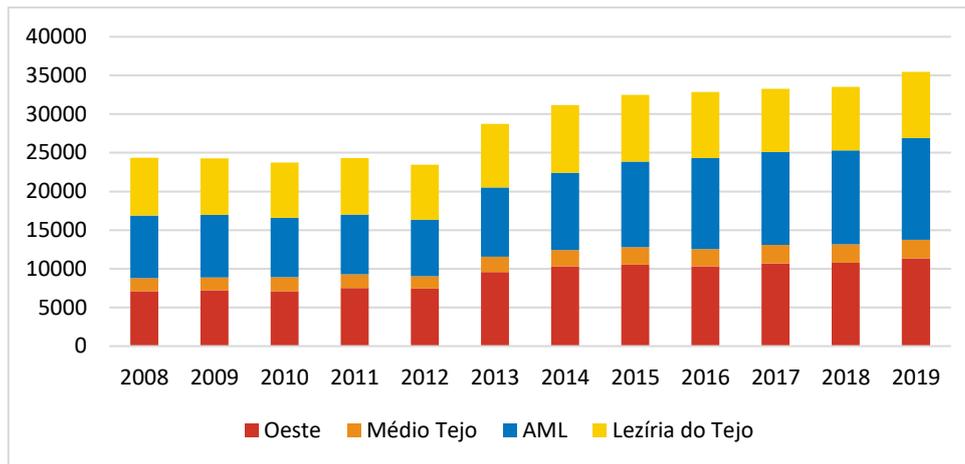


Figura 15: Evolução do emprego na agricultura (...) (CAE 1) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

No período 2008-2014, o emprego na agricultura demonstrou um comportamento irregular, atingindo o ponto mais baixo em 2012, ano em que registou cerca de 23.400 postos de trabalho na RLVT. No ano de 2013, iniciou-se uma tendência positiva que durou até 2019. Em 2014, ano da publicação das EREI, o emprego nesta atividade aumentou 27,8% face a 2008 e o Oeste tornou-se na sub-região com mais emprego na agricultura, acolhendo 33,2% deste indicador.

Neste mesmo período, as indústrias alimentares apresentaram, ano após ano, um decréscimo do seu emprego, atingindo em 2013 os valores mais baixos da última década, 28.700. Este fenómeno acabaria por se reverter no ano de 2014, no entanto a recuperação não foi suficiente para alcançar os valores de 2008. Assim sendo, a RLVT apresentou uma variação de -9,4% do emprego nas Indústrias alimentares, face a 2008. A AML foi a sub-região mais prejudicada, registando uma variação de -15,5%, seguida pela Lezíria do Tejo, com -9,5%, totalizando a perda de 3.467 postos de trabalho. No sentido oposto, o Oeste e o Médio Tejo alcançaram um ligeiro aumento do seu emprego, nesta atividade.

Com base na análise acima disposta, reconhece-se que entre 2008 e 2014 ocorreu um fenómeno de desconcentração do setor agroalimentar da AML para o Oeste e Vale do Tejo (OVT), consequência da perda de emprego da AML entre 2008 e 2013, agravada pela variação positiva do OVT. A crise económica e a disponibilidade de mão de obra fora da AML acabaram por contribuir para o aumento da atratividade do OVT para estas atividades menos intensivas em tecnologia.

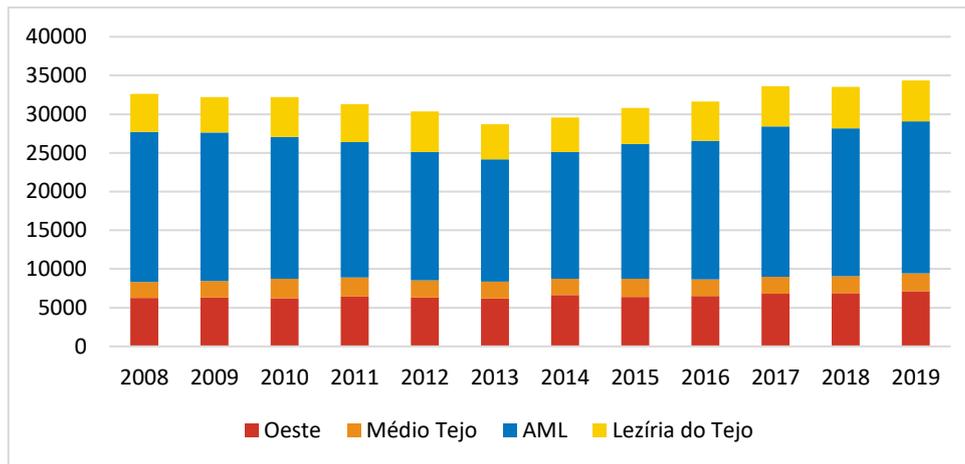


Figura 16: Evolução do emprego nas indústrias alimentares (CAE 10) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O período de 2014-2019 foi caracterizado por uma variação positiva do emprego nas duas atividades, no entanto estes resultados apresentaram algumas assimetrias quanto à sua distribuição regional. Na agricultura, a AML alcançou, de longe, a maior evolução da RLVT, apresentando um aumento de 32,3% face a 2014. No sentido oposto, a Lezíria do Tejo obteve uma variação de -2,3%. Desta forma, em 2019, mais de 35.400 pessoas estavam ao serviço da agricultura, sendo que 37,2% se concentrava na AML. O Oeste passou a representar 32,1%, acumulando quase 11.400 empregos e a Lezíria voltou a perder importância, passando a representar apenas 24,1%, face aos 28,1% de 2014.

Por sua vez, o emprego nas indústrias alimentares aumentou dos 29.600 para os 34.300, apresentando uma variação de 16,2% na RLVT. Embora todas as sub-regiões tenham registado variações positivas, foi novamente a AML que apresentou o melhor desempenho, 19,7%, seguida pela Lezíria do Tejo, com 19,4%. Deste modo, a distribuição do emprego nas indústrias alimentares acabou por descrever uma tendência para a concentração na AML, que concentrava no seu território, 57,1% de todo o emprego da Região. O Oeste acabou por perder importância no contexto regional face a 2014, registando um peso de 20,7%. A Lezíria volta a situar-se em terceiro lugar, com um peso de 15,4%.

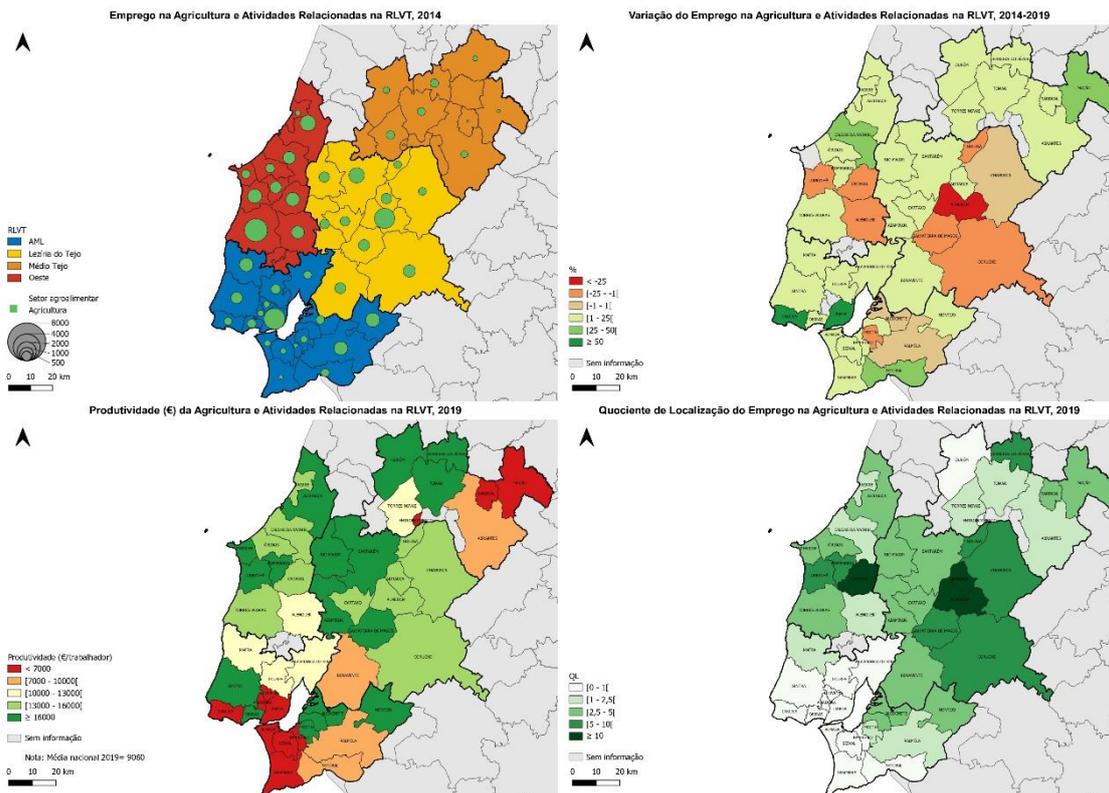


Figura 17: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Agricultura e atividades relacionadas (CAE 1) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

É evidente que desde a implementação das RIS3, o emprego no setor agroalimentar registou um aumento por toda a RLVT, à exceção da agricultura na Lezíria do Tejo. No entanto, este aumento centrou-se essencialmente na AML, o que se traduzia, em 2019, num peso de 47%.

Com base no quociente de localização (QL), foi possível identificar o peso de uma determinada atividade na economia dos vários municípios, tendo por base a média da RLVT. Neste sentido, em 2019, o peso do emprego na agricultura da Lezíria do Tejo era 4,92 vezes maior do que o peso do emprego da agricultura na RLVT. Posto isto, a evolução negativa da Lezíria do Tejo torna-se ainda mais preocupante na medida em que, devido à importância da agricultura para a economia da região, a diminuição do emprego possui um peso consequentemente acrescido, para alguns municípios, caracterizados por uma economia particularmente homogênea.

Lisboa e Torres Vedras, são os municípios com mais pessoal ao serviço nestas atividades, 8439 e 5217 respetivamente. Torres Vedras, sendo o segundo município da RLVT com mais pessoal ao serviço na agricultura, possui um QL de 4,93. Desta forma, é possível assumir que Torres Vedras possui uma estrutura empresarial mais heterogênea e, consequentemente mais resiliente face a Almeirim, por exemplo, que possui um QL de 11,1 na agricultura.

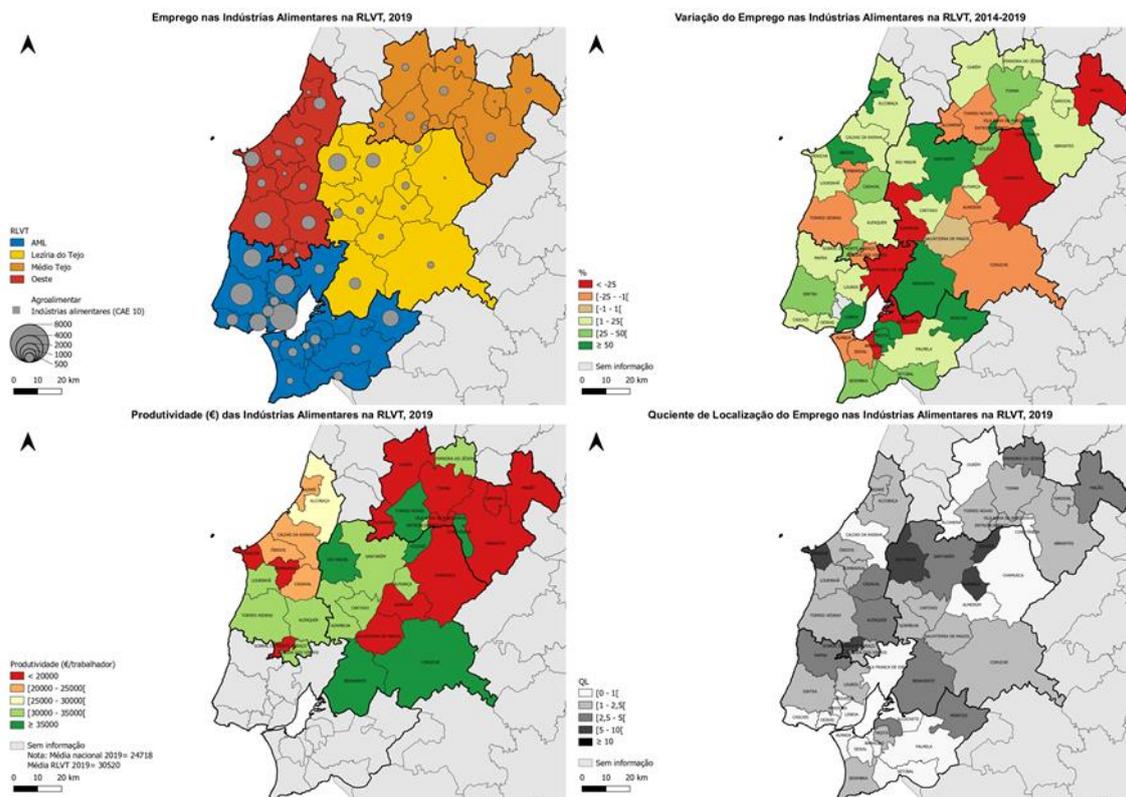


Figura 18: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Indústrias alimentares (CAE 10) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Nas indústrias alimentares, importa destacar o papel de Rio Maior e Peniche que são alguns dos municípios com mais população empregada fora da AML. Rio Maior destaca-se pelas atividades à base de farinha e de carne. Peniche, por sua vez, pelas atividades à base do peixe e de farinha.

As dificuldades trazidas pela crise económica de 2008-2011 contribuíram para os valores negativos apresentados pelo setor e o menor poder de compra dos portugueses acabou por se refletir na economia da região. O emprego e o número de estabelecimentos diminuíram entre o período de 2008-2014, resistindo apenas as empresas mais competitivas, o que justifica o ligeiro aumento da produtividade. Em 2019, a produtividade das indústrias alimentares na RLVT era de 30.520€ por pessoa ao serviço, acima da média nacional (24.718€ por pessoa ao serviço), destacando-se a Lezíria do Tejo e a AML, com os melhores valores.

Quanto à agricultura, o Oeste e a Lezíria do Tejo voltam a ser referência, sendo as regiões que apresentam a maior produtividade. A AML, por sua vez, é a região que apresenta a menor produtividade. A nível nacional, a média era de 9060€ por pessoa ao serviço, em 2019, muito abaixo dos valores das indústrias alimentares, demonstrando a diferença entre o valor acrescentado bruto (VAB) de um setor primário comparativamente com o de uma indústria transformadora.

Neste setor agroalimentar, regra geral, há uma correlação positiva entre a produtividade e o QL, isto é, os municípios em que estas atividades constituem uma maior importância no emprego,

são os que apresentam uma maior produtividade, revelando uma elevada especialização da sua força laboral.

#### 4.3.2 Setor da floresta

Para o setor da floresta, foram consideradas três atividades económicas. A silvicultura e exploração florestal (CAE 2), que consiste numa atividade primária e, por isso, considerada de baixa tecnologia. As indústrias da madeira e da cortiça (CAE 16) e a fabricação de pasta, papel e cartão (CAE 17), que fazem parte das indústrias transformadoras e assumem a classificação de atividades de média-baixa tecnologia.

A silvicultura e exploração florestal é uma atividade que, comparativamente com as analisadas anteriormente, possui um peso consideravelmente menor na economia regional (e nacional). Isto deve-se essencialmente à forma de ocupação do solo na região. A cultura de minifúndio e as espécies que compõem a flora do território, somadas à pouca rentabilidade desta atividade, acabam por justificar este número reduzido de emprego.

Por se tratar de um setor de atividade relativamente pequeno na RLVT, existe alguma escassez de informação, nomeadamente ao nível dos municípios, bem como das NUTSII, o que impossibilita uma análise tão detalhada como a do setor agroalimentar, por exemplo. O período de 2008-2014 ficou marcado por um crescimento acentuado do emprego na silvicultura e exploração florestal. Em 2014, a RLVT registou uma taxa de variação de 77,6%, face a 2009 tendo sido a AML a região com a maior evolução (113,8%), nomeadamente o Montijo que apontou um crescimento de 51 postos de trabalho em 2008, para 968 em 2014. Em 2009, a AML representava 39,9% do emprego nesta atividade, seguida pela Lezíria do Tejo com 32,4% e do Médio Tejo com 19,2%.

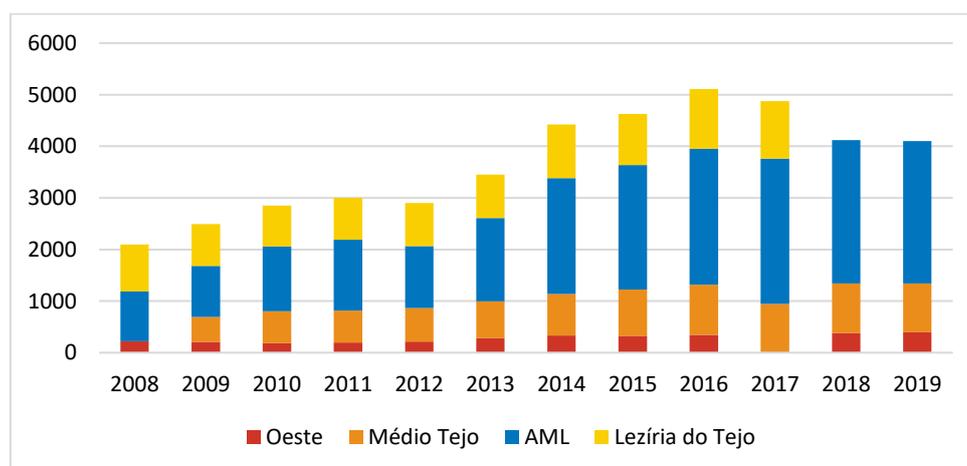


Figura 19: Evolução do emprego na silvicultura (...) (CAE 2) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Entre 2014 e 2019, o emprego continuou a manifestar um desempenho positivo ao longo dos anos e, embora os dados da Lezíria do Tejo fossem confidenciais no último ano, as restantes

sub-regiões apresentaram evoluções significativas face a 2014. Destaque para a AML, com uma evolução de 22,8%. Nesse mesmo ano, a AML detinha 2762 trabalhadores, sendo que 45,8% deste emprego se encontrava concentrado no Montijo (1265 postos de trabalho). Em 2016, 51,6% do emprego estava localizado na AML, seguido da Lezíria e do Médio Tejo com 22,6% e 19,1%, respetivamente.

À semelhança da silvicultura e exploração florestal, as indústrias da madeira e da cortiça são uma atividade que não possui muito peso na economia da RLVT, contribuindo em 2008 com 6.677 postos de trabalho. A AML representava 45,7% de toda a oferta da região, seguida pelo Médio Tejo com 19,8% e da Lezíria do Tejo com 18%.

O período de 2008-2014, ficou marcado por uma variação extremamente negativa por todo o país, que atingiu com especial intensidade a RLVT registando uma variação de -37%. Com a perda de 2.400 postos de trabalho, perderam-se também 538 empresas pela região (37%). O Oeste foi a sub-região mais prejudicada, acabando por perder mais de metade da sua força laboral, 53,4%. No sentido oposto, o Médio Tejo foi a única região que registou um aumento da população empregada, mesmo que apenas de 2%.

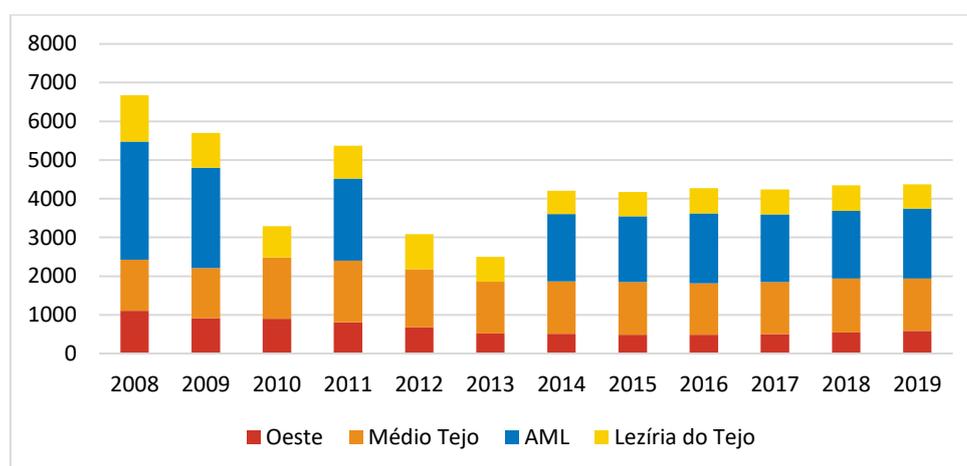


Figura 20: Evolução do emprego nas indústrias da madeira e da cortiça (CAE 16) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Entre, 2014 e 2019 assistiu-se a uma ligeira evolução, apresentando um aumento do emprego de 4%, face a 2014. No último ano, o peso da AML caiu para 41,2% e o Médio Tejo destacou-se em segundo lugar com 31%, contrastando com a Lezíria e Oeste que perderam peso neste indicador.

Para finalizar o setor florestal, falta analisar a evolução do emprego na fabricação de pasta, papel e cartão. O início da década foi marcado pela perda consecutiva de emprego nesta atividade, alcançando, em 2014, uma taxa de variação de -17,5% face a 2011. As regiões que mais emprego perderam ao longo deste período foram a AML e o Médio Tejo que, em 2011, concentravam 93,7% do emprego total da região, 63,6% na AML e 30,1% no Médio Tejo. No ano de 2014, a RLVT contribuiu com 3.130 postos de trabalho, 31,5% da oferta em Portugal.

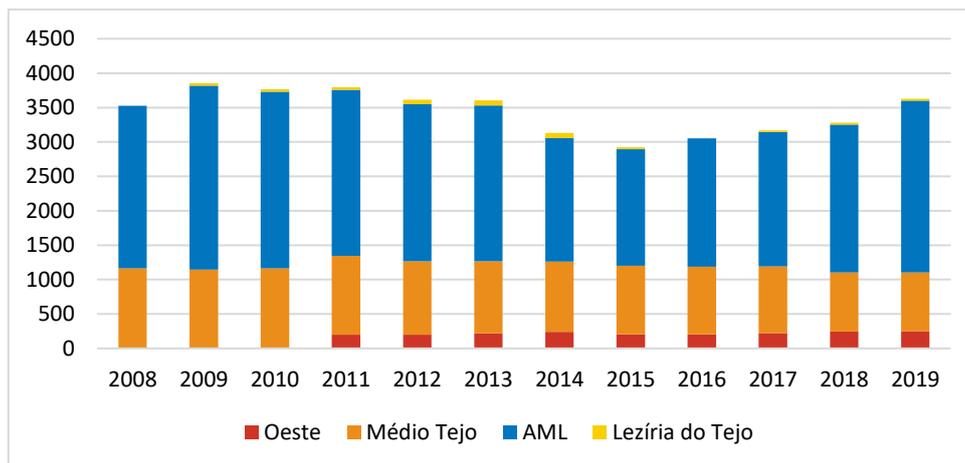


Figura 21: Evolução do emprego na fabricação de pasta, papel, (...) (CAE 17) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Foi em 2015 que se atingiu o ano com menos emprego na fabricação de pasta, papel e cartão na RLVT (2.923), colocando um término à tendência negativa iniciada entre 2009 e 2010. Até 2019, verificou-se um crescimento deste indicador que nesse mesmo ano registou pouco mais de 3.600 postos de trabalho, sendo que cerca de 2.500 desses (68,7%) se encontravam na AML. Assim sendo, a AML era a sub-região que mais emprego detinha, assim como o número de estabelecimentos que desempenhavam esta atividade, 140 estabelecimentos, equivalente a 78% de todos os da RLVT. Nesse ano, o Médio Tejo possuía a segunda maior fatia do emprego neste setor (23,6%), no entanto o comportamento negativo em ambos os períodos, evidenciou uma concentração na AML, contrariamente à maior desconcentração que existia em 2008.

Quanto ao QL, existe claramente uma tendência para o aumento da importância da silvicultura e exploração florestal, à medida que se caminha para o interior. O Montijo, era o município que maior QL apresentava em 2019, seguido de alguns municípios do Médio Tejo, como Ferreira de Zêzere, Mação e Sardoal. Ao nível das NUTSII, o Médio Tejo destacava-se quanto à importância desta atividade para a sua economia.

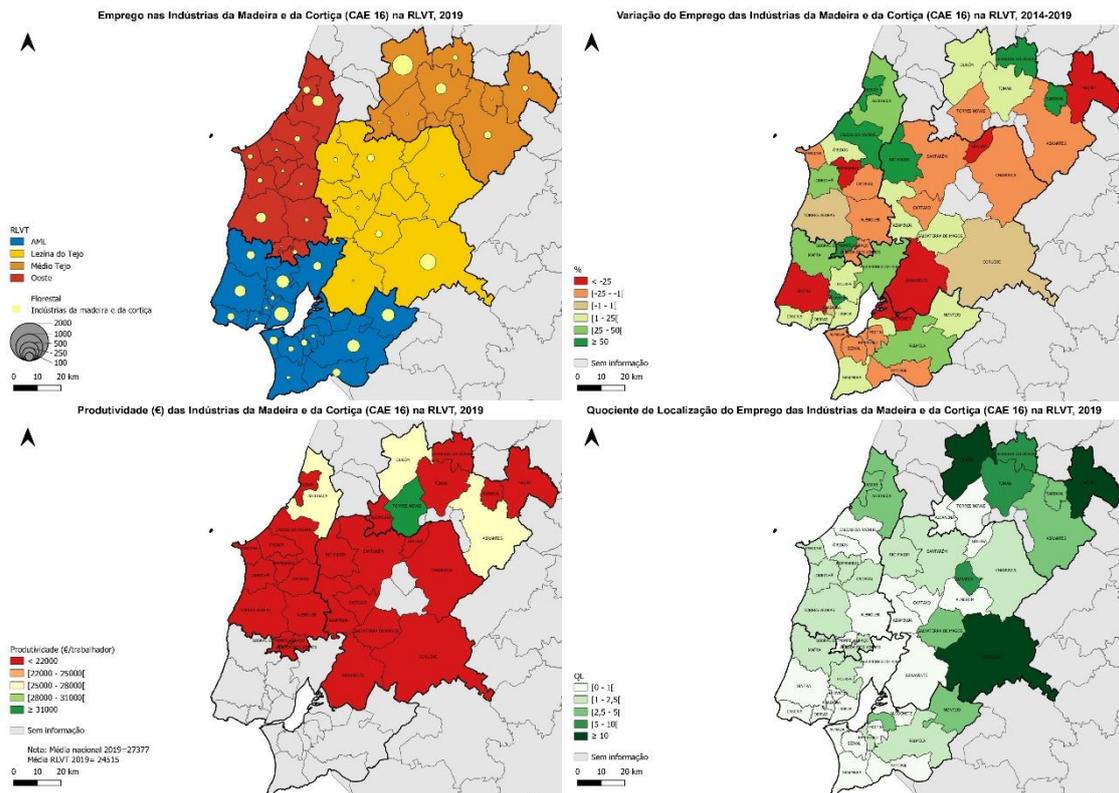


Figura 22: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Indústrias da Madeira e da Cortiça (CAE 16) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O Médio Tejo era a sub-região em que as indústrias da madeira possuíam mais peso, salientando-se Ourém, Mação e Tomar, não só pelo QL que apresentam, mas também porque estes municípios representavam, em 2019, cerca de 58,9% de todo o emprego desta atividade, no Médio Tejo. No caso da Lezíria do Tejo, o peso deste setor concentrava-se no município de Coruche, que representava 56% da oferta de emprego. As principais atividades no Médio Tejo consistem na serração, aplainamento e impregnação da madeira, assim como atividades de carpintaria. Na Lezíria do Tejo, as atividades de carpintaria assumem a maior fatia do tecido empresarial deste setor.

Em 2014, a produtividade da RLVT na exploração florestal era de 13.380€ por pessoa ao serviço, ligeiramente acima da média nacional de 12.774€ por pessoa ao serviço, sendo que o Oeste e o Médio Tejo representavam as sub-regiões com os valores mais elevados da região, ambos acima dos 16.000€ por pessoa ao serviço. 2014 foi o único ano em que foi possível identificar a produtividade da RLVT, no entanto este período corresponde ao ano em que os valores foram mais baixos comparativamente aos anos de 2008 e 2019. Esta descida da produtividade deveu-se aos efeitos da crise económica de 2008-2011. Embora a ausência de dados impossibilite a identificação deste fenómeno como algo recorrente ou uma anomalia decorrente dos efeitos da crise, o facto é que a produtividade caiu por todo o país, inclusive no Médio Tejo e na AML, onde em 2008 esta variável apresentava números acima dos 28.000€ por pessoa ao serviço, claramente acima da média nacional de 15.846€ por pessoa ao serviço.

Nas indústrias da madeira e da cortiça, embora este indicador tenha descrito uma evolução positiva, tanto entre 2008 e 2014, como de 2014 a 2019, em 2019, continuava abaixo da média nacional (27.377€ por pessoa ao serviço). Importa destacar o Médio Tejo que, era a única sub-região com uma produtividade acima da média nacional (29.320€ por pessoa ao serviço).

A nível nacional, a produtividade da fabricação de pasta, papel e cartão aumentou nos dois períodos em análise e apresentou um aumento de 57.207€ por pessoa ao serviço em 2008, para 78.184€ por pessoa ao serviço em 2019. Na RLVT, também apresentou uma evolução positiva e, em 2019 acabou mesmo por ultrapassar a média nacional, apresentando uma produtividade de 80.000€ por pessoa ao serviço. A AML destacava-se das restantes NUTSII, como sendo a região mais produtiva, sendo Setúbal, o município com a maior produtividade da RLVT, 198.925€ por pessoa ao serviço. Constância também se distinguiu como o segundo município com maior produtividade da região, 130.081€ por pessoa ao serviço. Mais uma vez, os municípios que apresentavam o maior quociente de localização, correspondiam aos com maior produtividade.

A silvicultura e exploração florestal tem revelado um crescimento ao longo dos anos, no entanto, este crescimento encontra-se bastante concentrado em alguns municípios, nomeadamente os que se situam no Médio Tejo.

O comportamento negativo das indústrias da madeira e da cortiça, entre 2008 e 2014, deveu-se novamente à crise económica de 2008-2011. Com a crise, um dos setores mais prejudicados foi o da construção civil. Por sua vez, as indústrias da madeira são essencialmente dependentes da construção civil, uma vez que esta atividade é uma das grandes consumidoras do produto final das indústrias da madeira.

A atividade do fabrico de papel e cartão é dominada por grandes empresas, consistindo na atividade com a maior média de trabalhadores por estabelecimento, do setor florestal. Numa situação oposta, a exploração florestal, bem como as indústrias da madeira e cortiça são compostas essencialmente por pequenas e médias empresas (PME). O elevado número de PME resulta em processos morosos e dispendiosos que contribuem para a fraca produtividade destas atividades. Estas empresas acabam por não ser competitivas quando comparadas com grandes empresas, que possuem uma capacidade de produção bastante superior, assim como preços mais aliciantes ao consumidor.

#### 4.3.3 Pesca e aquicultura

A pesca e a aquicultura (CAE 3) consiste numa atividade económica de baixa tecnologia. Este setor integra o domínio do Mar nas três RIS3 em vigor na RLVT. Por se tratar de uma atividade com relativamente menos emprego que as outras atividades analisadas, alguns dos dados são considerados confidenciais por parte do INE, o que explica a ausência de alguma informação ao

longo dos anos. Também pelas limitações de informação, o domínio do mar foi mais incipientemente abordado.

No ano de 2008, a pesca contribuía com cerca de 3.340 empregos para a RLVT, apresentando uma distribuição bipolar, sendo que 44% deste emprego se localizava no Oeste e 55% na AML. O 1% restante encontrava-se na Lezíria do Tejo e os dados do Médio Tejo eram confidenciais, não sendo por isso possível identificar o valor real. Entre 2008 e 2014, o emprego na pesca apresentou sucessivas diminuições, à exceção de 2010, o que culminou na variação negativa de -15% apresentada pela RLVT, em 2014. O Oeste foi a sub-região que apresentou a maior perda de emprego, registando uma perda de 21,5% face a 2008. A AML registou uma variação de -12,1%.

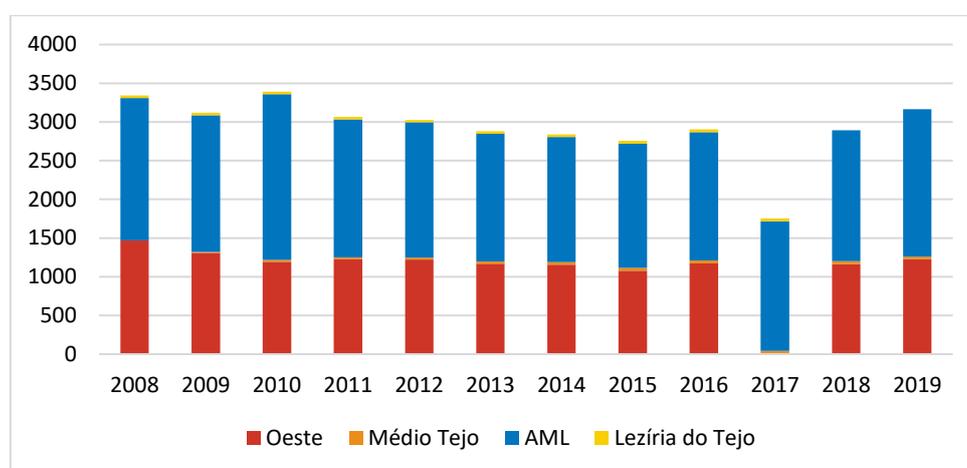


Figura 23: Evolução do emprego na pesca e aquicultura (CAE 3) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

No período 2014-2019, este comportamento piorou e, em 2015, registou-se o ano com menos emprego da última década, cerca de 2.680 postos de trabalho. A partir de 2015, o fenómeno reverteu-se e o emprego aumentou de ano para ano até 2019, ano em que o número totalizava 3.163. A AML voltou a apresentar o melhor desempenho, contribuindo com um aumento de 18% do emprego, face a 2014. O Oeste, embora tenha apresentado uma variação positiva de 6,1%, estava longe dos números de 2008. Posto isto, é possível identificar uma tendência para a concentração do emprego na AML, na medida em que esta passou a representar 60,2% de todo o emprego na pesca.

A crise no setor da pesca deveu-se essencialmente ao aumento dos preços dos combustíveis que, agravado pela vetustez das embarcações portuguesas, se tornou insustentável para muitos pescadores. A existência de portos de pesca acaba também por condicionar a distribuição do emprego, na medida em que estas infraestruturas são cruciais para o decorrer desta atividade.

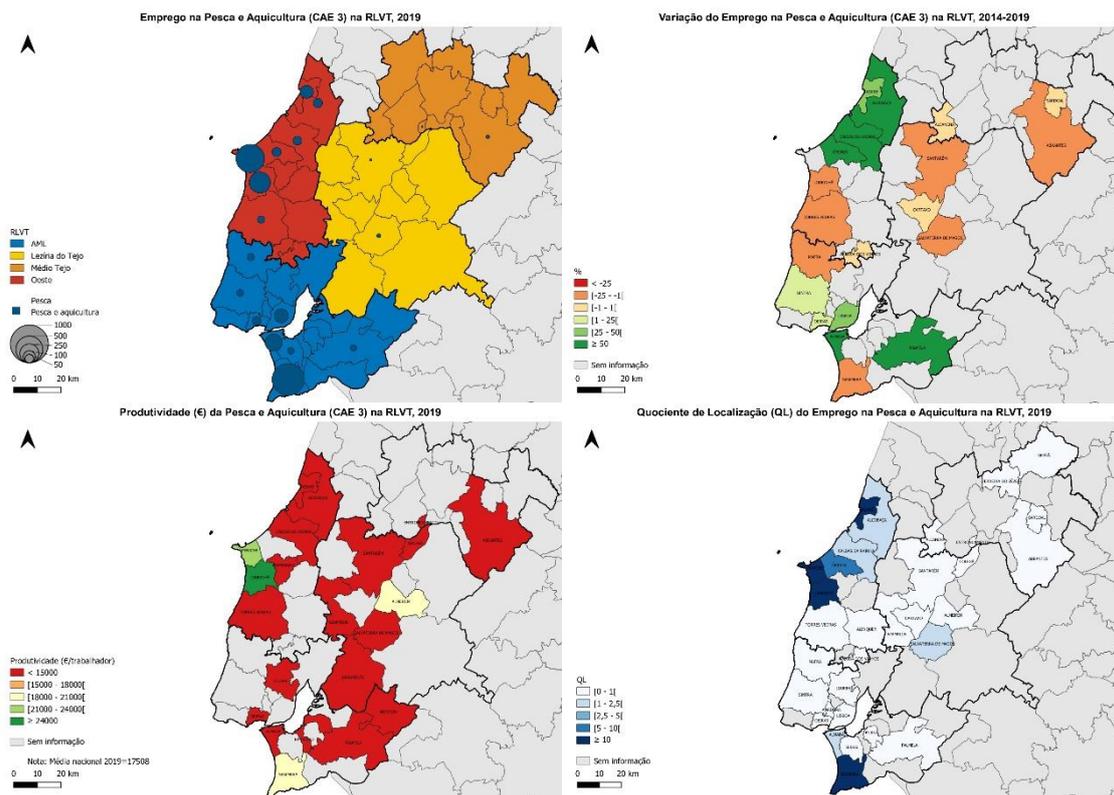


Figura 24: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Pesca e aquicultura (CAE 3) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Em 2019, os municípios em que a pesca mais contribuía para a sua economia eram Peniche, Sesimbra e Lourinhã, constituindo o Oeste, a sub-região com maior QL da RLVT (4,43). Estes três municípios consistem nos com mais emprego na pesca, sendo que os dois com mais emprego (Sesimbra e Peniche), são também os dispõem de portos de pesca no seu território.

Quanto à produtividade, à semelhança dos restantes setores primários, a pesca não é uma atividade com elevada produtividade, tendo a média nacional oscilado entre os 12.200€ e os 17.500€ por pessoa ao serviço, entre 2008 e 2019. À semelhança dos indicadores acima descritos, a produtividade deste setor também sofreu uma variação negativa por todo o país, entre 2008 e 2014. No entanto, entre 2014 e 2019 foi alvo de uma evolução extremamente positiva, de 42,5%, chegando mesmo aos 17.508€ por pessoa ao serviço, em 2019. Consequente da falta de estatística, só foi possível calcular a média da RLVT para o ano de 2014, cerca de 14.600€ por pessoa ao serviço, acima da média nacional desse mesmo ano, quase 12.300€. Em 2019, O Oeste era a sub-região da RLVT com melhor produtividade, com cerca de 19.200€ por pessoa ao serviço, também acima da média nacional. Novamente, volta a existir uma correlação positiva entre a produtividade e o QL.

#### 4.3.4 Turismo

O setor do turismo é composto pelo alojamento (CAE 55), restauração e similares (CAE 56) e agências de viagem (CAE 79), constituindo todas estas, atividades de baixa tecnologia ou pouco intensivas em conhecimento.

Em 2008, o alojamento era uma atividade que gerava 18.000 empregos em toda a RLVT, sendo que 84,9% desta oferta se localizava na AML. O período 2008-2014 ficou marcado por uma evolução relativamente irregular e só em 2014 é que se ultrapassou a barreira dos 19.000 empregos. O alojamento é uma atividade condicionada pelo turismo e, no início da década, o Algarve era o principal destino turístico em Portugal, só mais tarde é que Lisboa se afirmou enquanto destino turístico de excelência. A crise económica acabou por atrasar este processo, uma vez que contribuiu para a perda de poder de compra por todo o mundo.

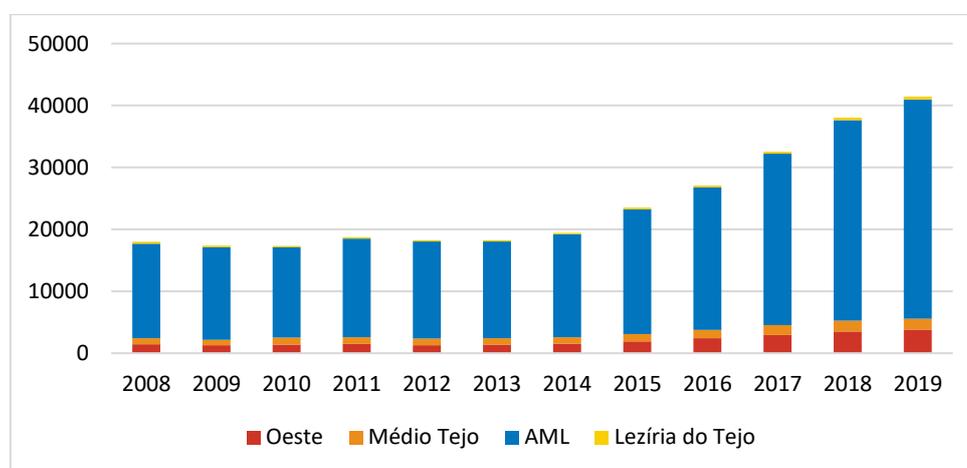


Figura 25: Evolução do emprego no alojamento (CAE 55) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Em 2014, ano de implementação das estratégias de especialização inteligente, iniciou-se uma tendência que perdurou até 2019. O setor do alojamento foi um dos setores que mais cresceu em Portugal, derivado do crescimento acentuado do turismo. Entre 2014 e 2019, o emprego no alojamento aumentou dos 19.400 para os 41.400 postos de trabalho, cerca de 113%. 85,4% deste emprego encontrava-se concentrada na AML, nomeadamente na cidade de Lisboa. Os municípios com mais emprego no setor do alojamento são os municípios com maior atração turística, destacando-se os localizados no litoral e os ricos em património cultural, que proporcionam os turismos balnear e cultural aos seus visitantes, sendo estas morfologias de turismo as mais procuradas em território nacional.

A restauração e similares contribuía, em 2008, com 99.400 empregos para a economia da RLVT. Embora o primeiro período em análise tenha demonstrado um início promissor, rapidamente se iniciou uma tendência negativa que persistiu até 2013. Em 2014, embora se tenha registado um aumento do emprego face ao ano antecessor, a variação face a 2008 foi de -8,2%. A crise económica teve graves consequências no poder de compra dos portugueses, o que acabou por se refletir no seu estilo de vida, cortando nas despesas e, por isso, diminuindo a frequência de consumo nas atividades de restauração e similares.

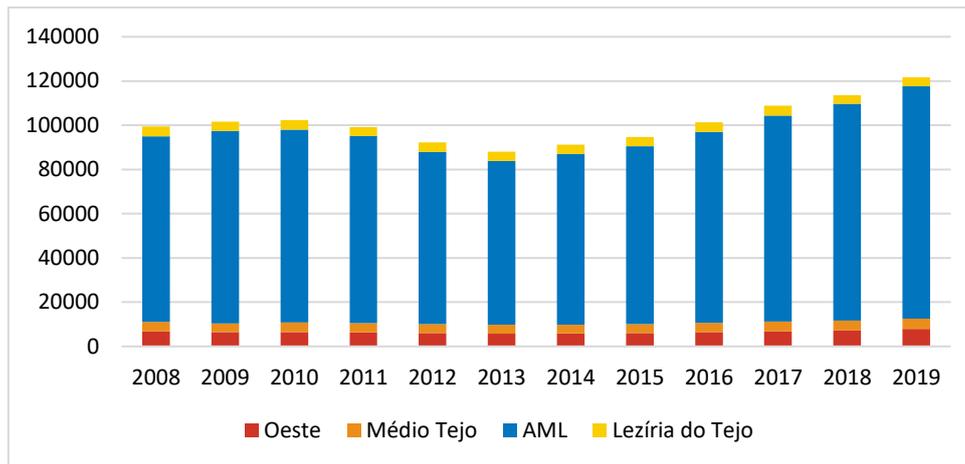


Figura 26: Evolução do emprego na restauração e similares (CAE 56) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Entre 2014 e 2019, o emprego aumentou gradualmente, chegando aos 121.700 no último ano, o que se traduziu numa taxa de variação de 33,4%, face a 2014. As duas sub-regiões que apresentaram melhores resultados foram a AML e o Oeste, com taxas de variação de 35,8% e 35%, respetivamente. Em 2019, a AML possuía um peso de 86,3% de todo o emprego da restauração na RLVT o que, tal como no alojamento, evidenciou uma ligeira concentração neste último período. A prosperidade económica que se fez sentir na segunda metade da última década, conjugado com o aumento do turismo acima identificado, contribuíram para este aumento de 30.000 postos de trabalho no setor da restauração.

Ao contrário do alojamento e da restauração, as agências de viagem e operadores turísticos são uma atividade com uma oferta de emprego muito mais reduzida, em Portugal. Através da análise do emprego na última década, é notório que o comportamento desta atividade apresentou algumas semelhanças ao da restauração, claro que numa escala mais reduzida, considerando o número de empregos em questão. Em 2008, 5.260 pessoas encontravam-se ao serviço de agências de viagem, sendo que 92,6% estavam localizadas na AML. Após sucessivos anos de recessão da economia, em 2013 atingiu-se o ano com os piores valores da última década, 4.760. Em 2014, a RLVT registou -9,5% do emprego nesta atividade, face a 2008, no entanto as sub-regiões mais afetadas foram o Médio Tejo e a Lezíria, com -26,5% e -17,9%, respetivamente.

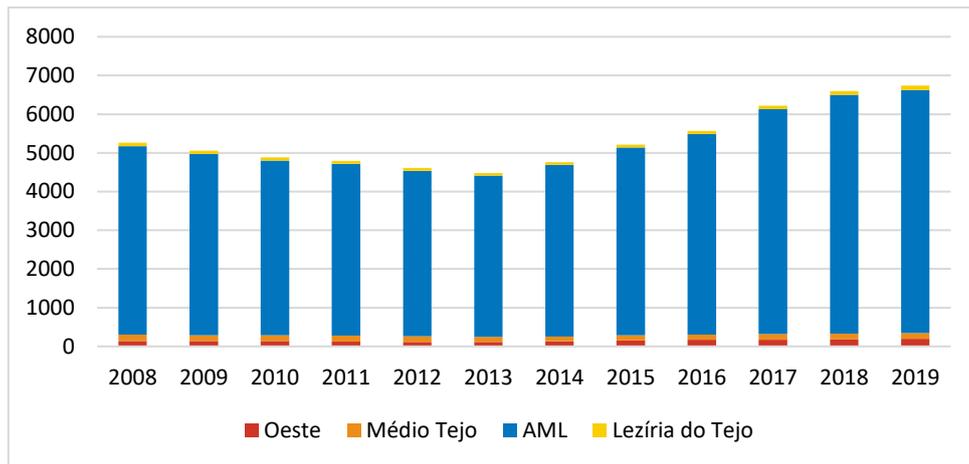


Figura 27: Evolução do emprego em agências de viagem (...) (CAE 79) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O período de 2014-2019, marcado pelo crescimento do turismo e o aumento do poder de compra da população portuguesa resultaram num crescimento de 41,6%, face a 2014. Em 2019, 6.738 pessoas trabalhavam em agências de viagem e operadores turísticos, na RLVT, sendo que 93,1% se concentrava na AML. Importa destacar o papel da Lezíria do Tejo e do Oeste, que registaram aumentos na casa dos 71% e 49,2%, contribuindo para uma ligeira desconcentração do emprego da AML.

Como já foi acima referido, os municípios onde o alojamento possui o maior peso, são os municípios do litoral, mais atrativos à atividade turística, destacando-se Nazaré, Óbidos e Peniche, na região Oeste. Lisboa, Cascais e Sesimbra na AML. E Ourém, no Médio Tejo. Sendo que os destinos de Lisboa, Óbidos e Ourém, possuem uma oferta turística diferente dos demais, ligada ao turismo cultural, não tão sazonal como o balnear.

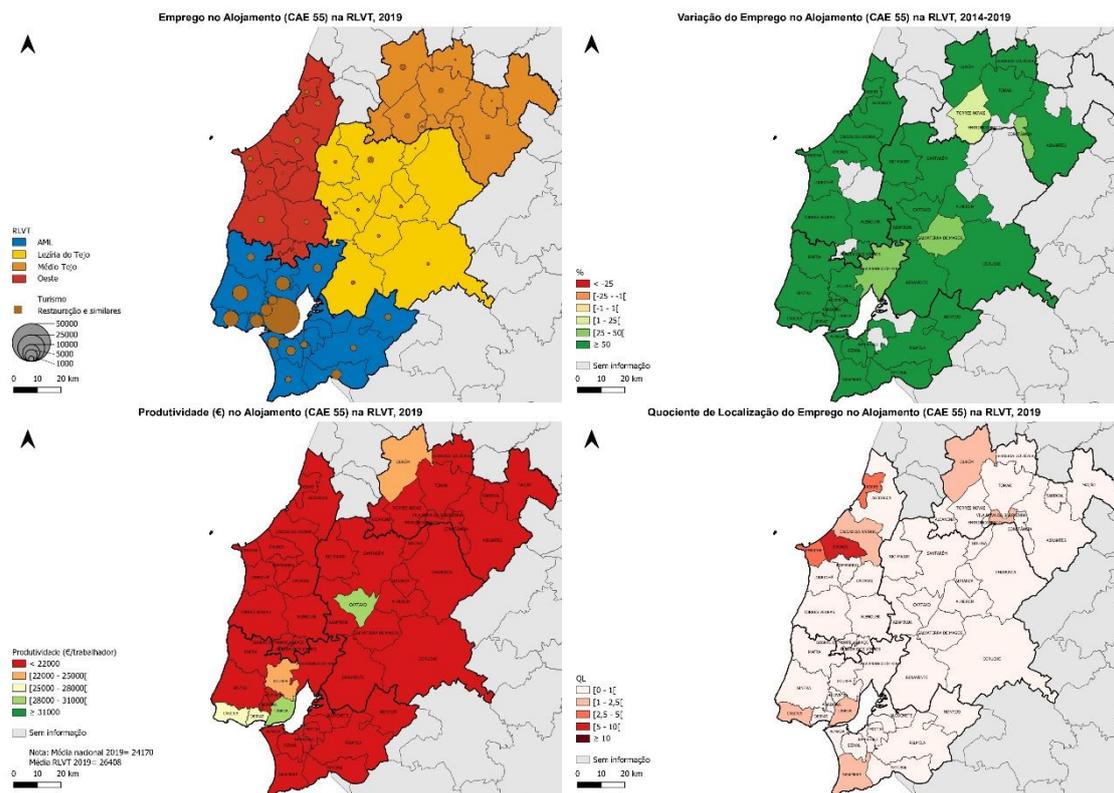


Figura 28: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT no Alojamento (CAE 55) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

A restauração possui um peso especialmente acrescido nos municípios onde existe uma grande dinâmica, quer pela atividade turística, quer pela concentração de inúmeras atividades, que promovem a circulação e conseqüente concentração de pessoas. No sentido em que a restauração serve como um complemento às restantes atividades aí localizadas e não como o principal motivo das deslocações, na generalidade dos casos.

O quociente de localização das agências de viagem retrata um peso superior na AML, nomeadamente nos municípios de Lisboa, Oeiras e Cascais, ou seja, municípios com uma população dotada de um maior poder de compra. A distribuição geográfica deste indicador acaba por se refletir na produtividade, existindo alguma correlação entre estes dois indicadores. Nesse sentido, a AML era, em 2019, a sub-região com a maior produtividade da RLVT, registando 26.368€ por pessoa ao serviço. Lisboa e Cascais voltaram a ser referência, representando o segundo e terceiro município com maior produtividade da região, com produtividades de 30.189€ e 27.347€ por pessoa ao serviço, apenas superados por Almeirim, com 35.303€.

A produtividade do alojamento é baixa, tratando-se de uma atividade pouco intensiva em tecnologia e sazonal. Embora este indicador tenha vindo a apresentar uma variação positiva ao longo dos anos, em 2019 a produtividade do alojamento na RLVT era de 26.408€ por pessoa ao serviço, ligeiramente acima da média nacional. Nesse mesmo ano, eram muito poucos os municípios que se encontravam acima da média nacional, salientando-se Lisboa, Cartaxo e

Cascais, com as produtividades mais elevadas, 30.550€, 28.671€ e 26.398€ por pessoa ao serviço, respetivamente.

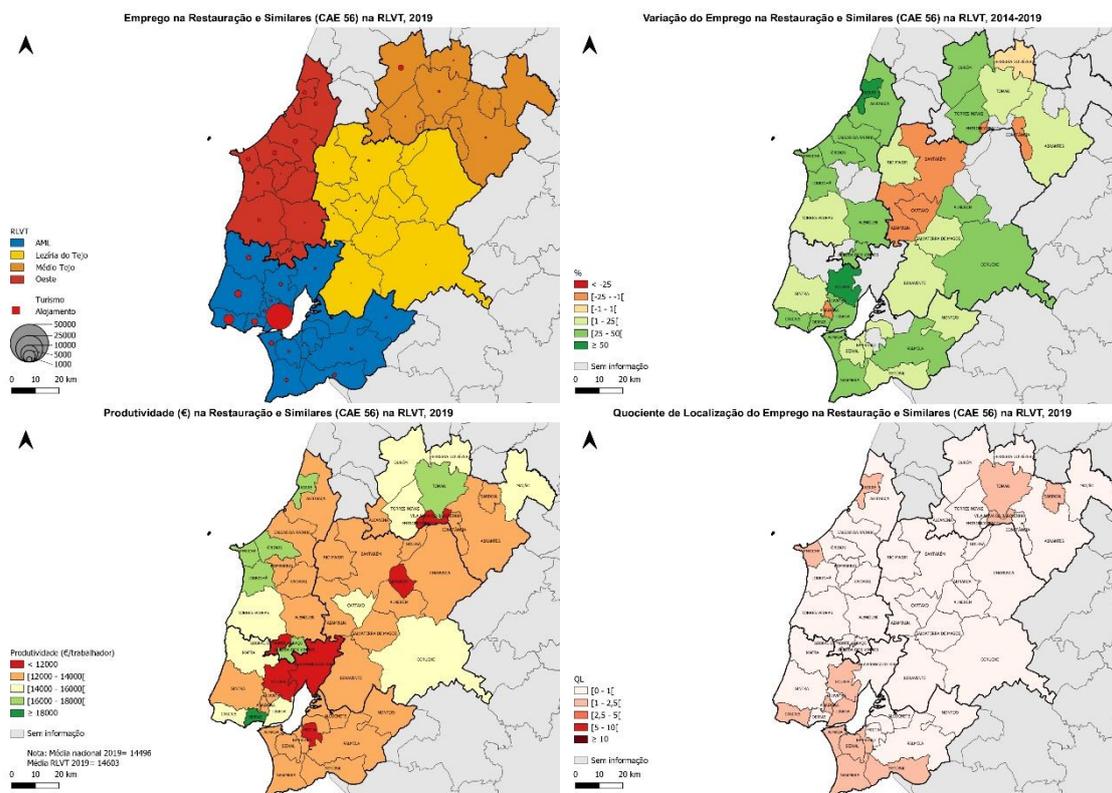


Figura 29: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Restauração e similares (CAE 56) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Na restauração também é relativamente baixa, consistindo numa atividade intensiva em mão de obra, não necessariamente qualificada. Embora este indicador tenha vindo a aumentar nos últimos anos, a restauração é uma atividade caracterizada por baixas remunerações. Tratando-se de um serviço comum, os preços de venda encontram-se bastante dependente do poder de compra dos portugueses, para que os estabelecimentos consigam ser competitivos.

No mesmo ano, a produtividade da restauração na RLVT rondava os 14.600€ por pessoa ao serviço, em consonância com a média nacional. Embora este indicador transpareça uma simetria por todo o território, o Oeste apresentou a melhor média da região, com 15.175€ por pessoa ao serviço, destacando-se os municípios com um peso acrescido do turismo e Arruda dos Vinhos, que apresentou a produtividade mais elevada do Oeste, 17.959€ por pessoa ao serviço. Arruda dos Vinhos trata-se de uma das exceções à regra, uma vez que a sua restauração é o principal motivo das deslocações, para alguns dos seus visitantes. Na AML o fenómeno era semelhante, os municípios com maior produtividade na restauração consistem nos com maior potencial turístico, sobressaindo Oeiras com a maior produtividade da RLVT, 18.950€ por pessoa ao serviço.

Embora o setor do alojamento seja uma importante fonte de rendimento para muitos portugueses, o aumento da procura de Portugal, como destino turístico acaba por causar alguns problemas socioeconómicos. Nomeadamente a excessiva dependência desta atividade, para a economia nacional, contribuindo com graves consequências aquando da ocorrência de fenómenos extremos como o da COVID-19, entre outros. O aumento exponencial do alojamento local traz também consequências negativas para a população portuguesa, através de fenómenos de gentrificação e da subida dos preços da habitação nas principais cidades, adiando cada vez mais a emancipação dos jovens.

De notar que, embora o emprego na restauração tenha aumentado 33,4%, o número de estabelecimentos apenas cresceu 3,5% face a 2014, o que poderá ser uma consequência da pouca rentabilidade/produzitividade deste setor, ou da incerteza desta atividade.

#### 4.3.5 Transportes e mobilidade

O Setor dos transportes e da mobilidade é composto por três atividades económicas integradas no grupo das indústrias transformadoras, o fabrico de automóveis e seus componentes (CAE 29) e a fabricação de outro equipamento de transporte (CAE 30), ambas classificadas como atividades de média-alta tecnologia. E a reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (CAE 33), classificada como atividade de média tecnologia.

O intervalo de 2008-2014 foi especialmente conturbado para a indústria automóvel. Embora no ano de 2009 tenha registado um aumento do emprego bastante promissor na AML, foi compensado no ano seguinte, iniciando-se um período de declínio até 2014. Em 2014, a fabricação de automóveis e seus componentes perdeu mais de 1.000 postos de trabalho na RLVT, sendo que, 92,1% desta perda se registou na AML. A diminuição do poder de compra dos portugueses, agravada pelo aumento dos impostos sobre a compra e circulação de veículos culminaram na variação menos positiva desta atividade.

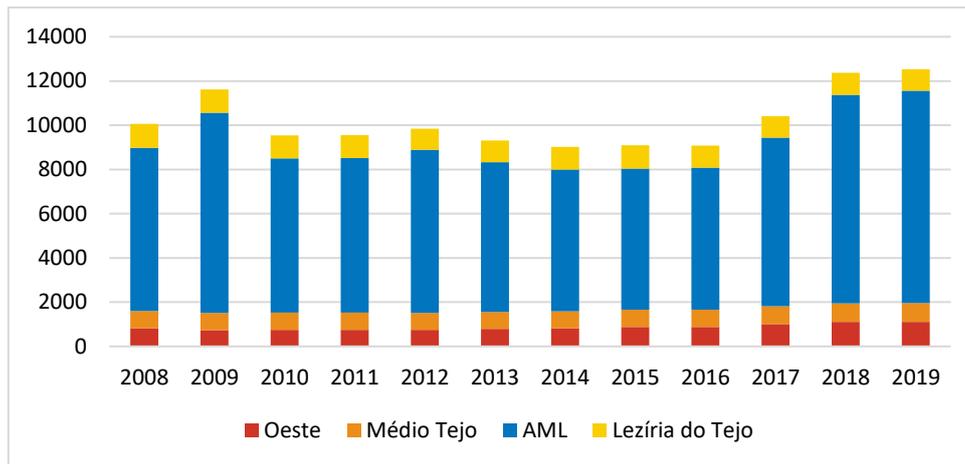


Figura 30: Evolução do emprego na fabricação de veículos automóveis (...) (CAE 29) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Embora nos primeiros anos após a publicação das RIS3 a RLVT não tenha acompanhado a recuperação verificada a nível nacional, a partir de 2017 a indústria automóvel voltou a prosperar, contribuindo, em 2019, com 12.531 empregos por toda a região. Deste modo, atingiu-se um aumento de 39% face a 2014. A AML foi a sub-região com o maior crescimento de emprego, 49,6%, seguida pelo Oeste com 34%. Palmela era o município da RLVT com mais pessoal ao serviço (8.015), município onde se encontra sediada a Volkswagen Autoeuropa, considerada o maior investimento estrangeiro em Portugal. É importante salientar a tendência de concentração na AML que se verificou no último período. O emprego no setor do fabrico de automóveis na AML passou a representar 76,6% de todo o emprego na RLVT, comparando com os 71,2% de 2014.

Na fabricação de outro equipamento de transporte na RLVT há um destaque para atividades da construção naval, da fabricação de aeronaves e seus componentes e a fabricação de bicicletas e motociclos, que constituem a maior porção de atividades deste setor. Como estas atividades contribuem com um número relativamente pequeno de empregos, uma parte da informação é confidencial, o que dificulta uma análise do emprego com o nível de detalhe praticado até ao presente momento. A AML era, em 2008, a sub-região com mais emprego nesta atividade, contribuindo com 3.250 postos de trabalho, destacando-se Almada, Seixal e Barreiro, como os municípios com mais peso neste indicador. As consequências da crise tiveram um resultado nefasto nesta atividade, atingindo em 2012 os valores mais baixos da última década, apenas 724 postos de trabalho na AML. Em 2014, no fim do primeiro período e ano de entrada em vigor da nova geração de EREI, o fabrico de outro equipamento de transporte registou uma variação de -76,6% face a 2008.

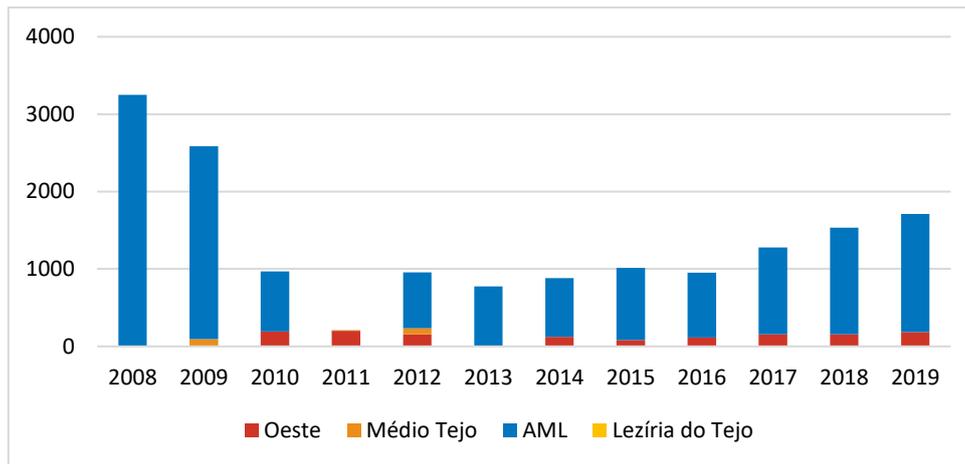


Figura 31: Evolução do emprego na fabricação de outro equipamento de transporte (CAE 30) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O período de 2014-2019 foi mais risonho para esta atividade, evidenciando uma ligeira tendência de aumento do emprego tanto no Oeste, como principalmente na AML. No entanto os números continuavam aquém do ano de 2008, registando apenas 1.712 na RLVT (10,9% no Oeste e 89,1% na AML). Em 2019, Setúbal realçava-se como o município com mais pessoal empregado nesta atividade, tendo apresentado um crescimento extremamente positivo ao longo dos vários anos, chegando mesmo a representar mais de 60% do emprego da RLVT, nesse mesmo ano. No sentido oposto, Peniche, que em 2010 representava 97,4% do emprego desta atividade no Oeste, devido à sua indústria naval de referência, passou a representar 35,3%, registando uma perda de 37,7% do seu emprego neste último período. Mesmo com a perda de emprego referida no período anterior, existe uma tendência para a concentração do emprego desta atividade na AML, passando dos 86,2% em 2014, para os 89,1% em 2019.

A distribuição do emprego pelos municípios é bastante equitativa por toda a AML, sendo Vila Franca de Xira, o município com mais pessoal ao serviço (2.371). Por sua vez, o Entroncamento era o município fora da AML com mais emprego nesta atividade, contribuindo com 595 postos de trabalho.

O setor da reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos acaba por ser uma atividade bastante mais geradora de emprego do que a fabricação de outro equipamento de transporte.

De facto, o comportamento desta atividade diferiu do padrão apresentado pelo setor da mobilidade, até ao momento. A reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos cresceu em cerca de 22,2% entre 2008 e 2014. O aumento do emprego incidiu especialmente no OVT, com destaque para o Médio Tejo que passou dos 212 empregos em 2008, para os 748 em 2014, evidenciando uma desconcentração da AML.

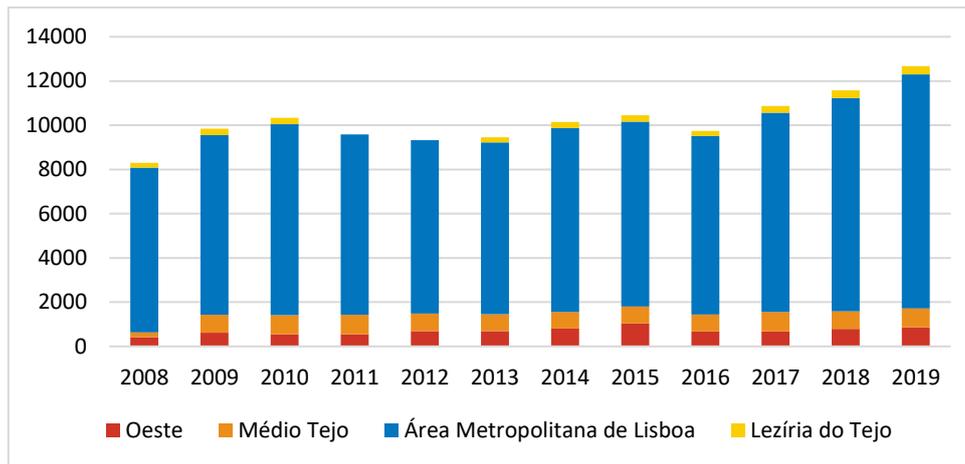


Figura 32: Evolução do emprego na reparação, manutenção e instalação (...) (CAE 33) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O período de 2014-2019 foi igualmente positivo para a RLVT, registando-se uma variação de 25%. No entanto, este aumento do emprego diferiu do que se verificou entre 2008 e 2014. Enquanto o crescimento do OVT abrandou, a AML registou um aumento de 2278 empregos (27,4%), revertendo a tendência de desconcentração da primeira metade da última década.

Em 2019, o peso da fabricação de automóveis e seus componentes no emprego de Palmela era 30 vezes superior ao da média da RLVT, sendo que este setor corresponde a 23,5% do emprego, neste município. No Médio Tejo, Abrantes surge com um QL de 9,99 e em terceiro lugar, Alenquer, com 7,11.

Na fabricação de outro equipamento de transporte salientavam-se, no mesmo ano, os municípios de Setúbal, Seixal e Peniche, todos pela indústria naval.

Entroncamento e Vila Franca de Xira eram, desta forma, os municípios da RLVT em que a reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos possuía mais peso no emprego das suas forças de trabalho, 15,3 e 6,3, respetivamente.

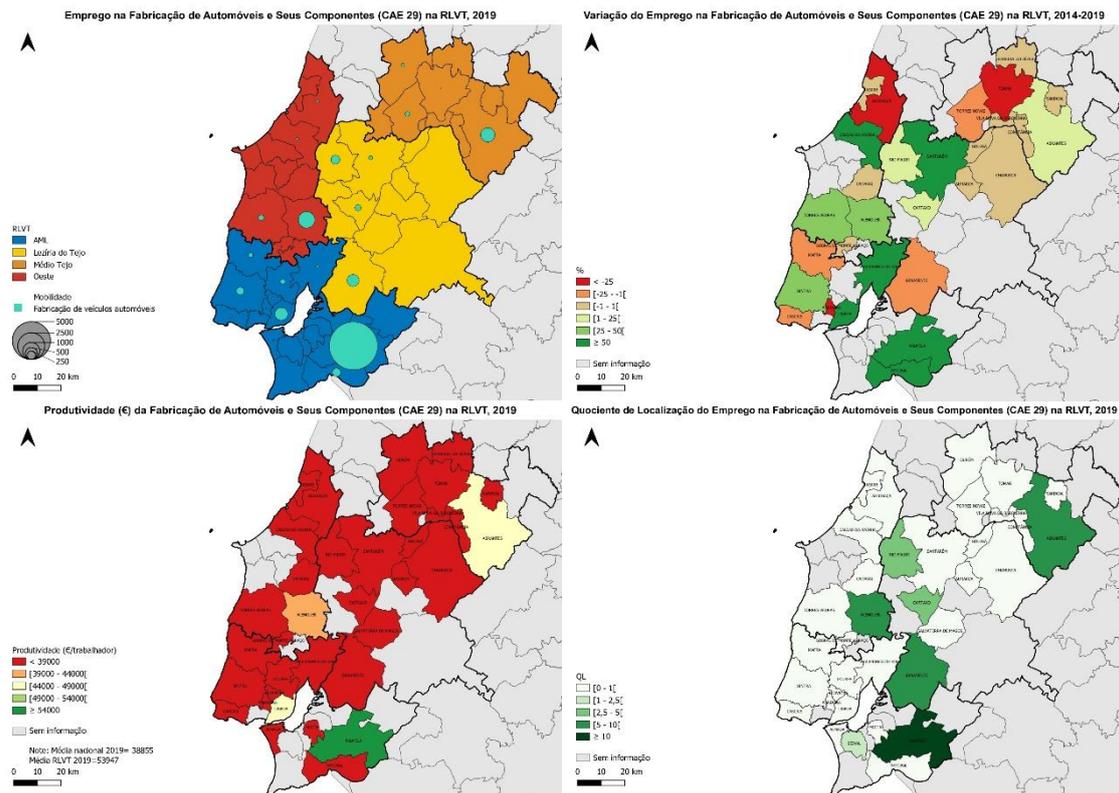


Figura 33: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de automóveis e seus componentes (CAE 29) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

A produtividade da fabricação de automóveis tem vindo a apresentar uma variação positiva ao longo dos vários anos, sendo a produtividade da RLVT acima da média nacional. O único município com uma produtividade acima da média da região é Palmela, com 64.403€ por pessoa ao serviço, reforçando a especialização deste setor.

Na fabricação de outro equipamento de transporte, o município com maior produtividade da RLVT em 2019 era Torres Vedras. Esta elevada produtividade deve-se ao facto dos estabelecimentos aí localizados consistirem em empresas com uma elevada aposta na investigação e, conseqüentemente, um elevado valor acrescentado bruto.

Por último, na reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos, apenas a AML possuía uma produtividade acima da média nacional 38.210€ por pessoa ao serviço. No Médio Tejo, destacava-se o Entroncamento com uma produtividade de 37.773€ por pessoa ao serviço, mais do que qualquer outro município fora da AML.

#### 4.3.6 Atividades de saúde humana

O setor da saúde é composto pelas atividades de saúde humana (CAE 86), esta atividade económica não possui uma classificação segundo a sua intensidade tecnológica uma vez que é considerado um serviço público, sem fins lucrativos.

Através da análise do emprego na saúde na RLVT, é visível que este setor apresentou dois comportamentos distintos nos dois períodos em análise. No período de 2008-2014, marcado pela crise económica de 2008-2011, o emprego na saúde registou uma queda a pique de 2009 para 2010 e manteve-se instável até 2014, ano em que se verificou uma variação de -28,6% (-23.000 postos de trabalho), face a 2008. Este comportamento deveu-se ao esforço feito pelo país através dos cortes feitos na saúde, como forma de diminuir as despesas. A única sub-região que apresentou uma variação positiva foi o Oeste, com uma variação de 8,2%. Todas as outras apresentaram variações extremamente negativas, no entanto o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo foram as NUSTII mais prejudicadas, com taxas de variação de -45,5% e -38,2%, respetivamente. Neste período, assistiu-se a um fenómeno de concentração (na AML e Oeste) e litoralização do emprego na saúde, acompanhando também a evolução demográfica apresentada pela RLVT.

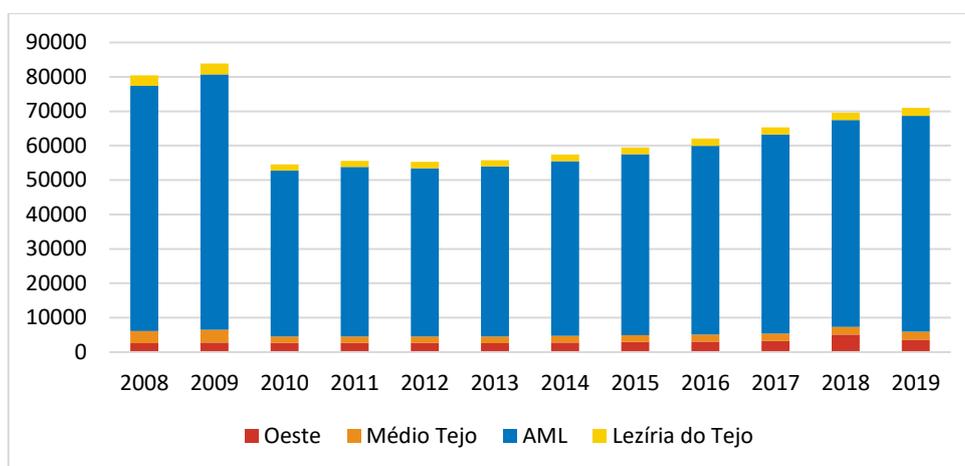


Figura 34: Evolução do emprego nas atividades de saúde humana (CAE 86) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

No período de 2014-2019 assistiu-se a uma recuperação lenta, mas consistente. O emprego nas atividades de saúde humana aumentou ano após ano, culminando numa variação de 23,6% (mais de 13.500 novos empregos) face a 2008. Importa destacar o Oeste, que voltou a ser a sub-região com melhor desempenho da RLVT, mesmo apresentando uma variação de -29% entre 2018 e 2019. A estabilidade económica e a importância que a saúde foi ganhando no contexto das políticas europeias, resultaram no aumento significativo do emprego nas atividades de saúde, mesmo que ainda se considere insuficiente. Em 2019, 88,4% do pessoal ao serviço no setor da saúde, estava localizado na AML e 5,1% no Oeste. Este domínio por parte da AML é justificável pela sua elevada concentração de unidades hospitalares, no entanto esta distribuição não se encontrava em consonância com a distribuição da população nesse ano, apontando para os 77,5% na AML, 9,7% no Oeste e os restantes 12,7% distribuídos pela Lezíria e Médio Tejo.

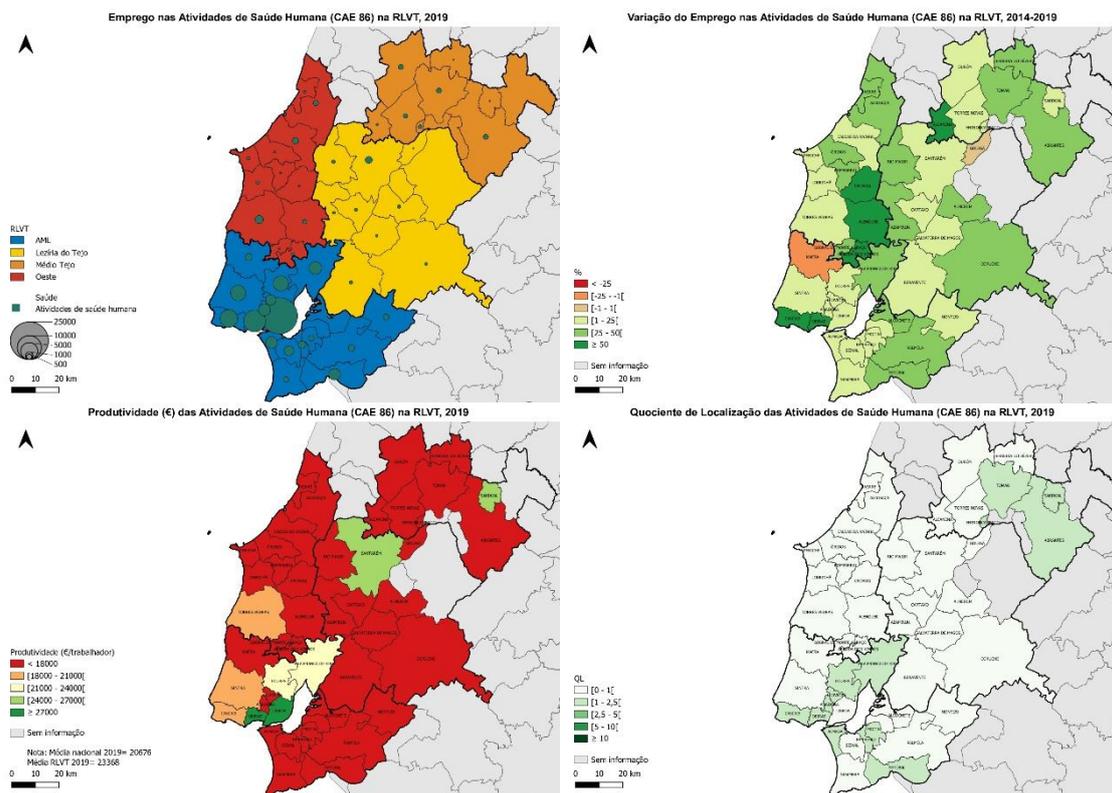


Figura 35: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de saúde humana (CAE 86) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Quanto à produtividade do ano de 2019, a saúde era um setor que não apresentava uma elevada produtividade por se tratar de um serviço público, isto é, grande parte da oferta de saúde em Portugal é oferecida pelo estado, não existindo por isso a intenção de gerar lucro. A média da AML era superior à média nacional e regional devido à elevada concentração de serviços especializados e estabelecimentos privados que, contrariamente ao estado, procuram gerar lucro com a saúde. A AML foi a única sub-região a aumentar a sua produtividade consecutivamente nos dois períodos em análise, sendo que Oeiras e Lisboa eram os municípios que apresentavam a maior produtividade da RLVT.

#### 4.3.7 Inovação

Tendo em conta o descritivo presente nas RIS3 associado ao domínio da inovação, considerou-se que este é composto por duas atividades de alta tecnologia, cinco de média-alta e uma de média-baixa. A fabricação de produtos farmacêuticos de base (CAE 21) e a fabricação de equipamentos informáticos e produtos óticos (CAE 26) são consideradas atividades de alta tecnologia. As indústrias aéreas e aeroespaciais fazem parte da CAE 30, “fabricação de equipamento de outro tipo de transportes” e, por isso, constituíram o grupo dos transportes e da mobilidade. As atividades de média-alta tecnologia são a fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais (CAE 20), a fabricação de equipamento elétrico (CAE 27), a fabricação de máquinas e equipamentos n.e. (CAE 28), consultoria e programação informática

(CAE 62) e as atividades dos serviços de informação (CAE 63). Para finalizar, as atividades de investigação científica e de desenvolvimento (CAE 72), consistem na de média-baixa tecnologia. Este é sem dúvida o domínio mais crítico da análise pois sendo classificado como inovação, o que contém são as atividades económicas onde ocorre inovação ou adoção de novas tecnologias.

As atividades intensivas em alta tecnologia apresentaram comportamentos diferentes entre os dois períodos analisados; entre 2008 e 2014 a indústria farmacêutica caiu 12,5%, enquanto a fabricação de equipamentos informático e óticos cresceu 5,2%. No entanto, no período 2014-2019 assistiu-se a um aumento do emprego de ambas as atividades, 25,4% e 18,1% respetivamente. Embora a crise tenha afetado imenso a economia nacional, existem setores que continuaram a crescer pois o aumento da digitalização da economia acabou por oferecer uma alternativa aos mercados estagnados. A indústria farmacêutica encontra-se muitas vezes dependente de investimento externo, o que acabou por ser prejudicado pela recessão económica de 2008.

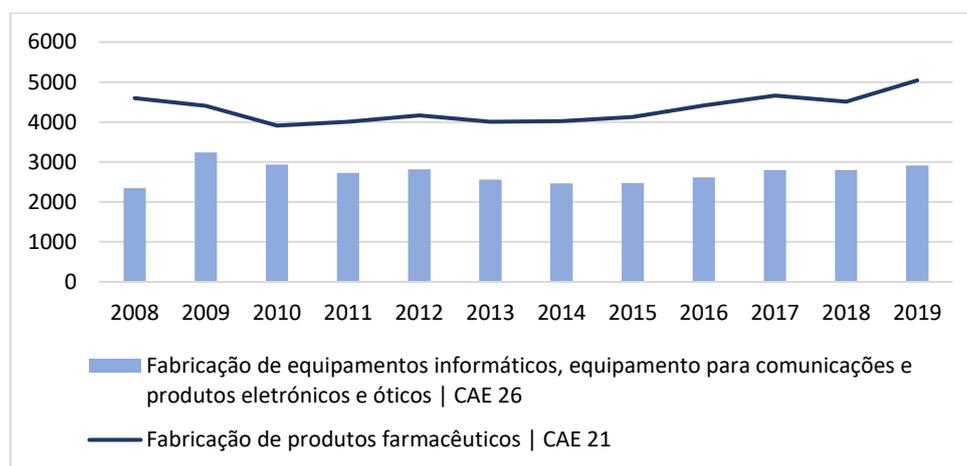


Figura 36: Evolução do emprego nas atividades de alta tecnologia na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

A distribuição geográfica do emprego destas atividades também apresenta diferenças. Enquanto as farmacêuticas se encontram concentradas, quase na sua totalidade, na AML, a fabricação de equipamentos informáticos e produtos óticos acabou por apresentar um peso considerável no Oeste (ver gráfico acima), cerca de 16,5% em 2019. Embora os dados alusivos aos Oeste e Vale do Tejo sejam, em vários anos, "confidenciais", foi possível identificar um padrão de concentração das atividades mais intensivas em tecnologia na AML, no intervalo entre 2014 e 2019, devido à boa performance desta sub-região.

Os motivos que levaram a esta concentração estão relacionados com o investimento direto estrangeiro, que é alocado principalmente na área metropolitana, nomeadamente em Loures, Sintra, Oeiras e Almada, pelo que, embora as restantes sub-regiões não tenham apresentado valores negativos, o desenvolvimento da AML exibiu um crescimento muito superior. Em segundo lugar, a densidade de laboratórios, centros de investigação e universidades na AML,

permitindo o intercâmbio e a maior conectividades entre estas atividades interrelacionadas, o que acaba por ser um fator extremamente vantajoso. Por último, a grande concentração de mão de obra qualificada para o desempenho destas atividades, que contribui para o aumento da competitividade. Todos estes fatores promovem os efeitos de “spillover” que, como alguns autores defendem, é uma característica extremamente enriquecedora para as atividades intensivas em conhecimento e tecnologia.

A produtividade destes setores é muito elevada, quando comparada com os setores analisados anteriormente. Em 2019, a produtividade da indústria farmacêutica ultrapassava os 67.600€ por pessoa ao serviço, pelo que a fabricação de equipamentos informáticos e óticos atingia os 41.400€.

Como já foi acima identificado, a Indústria farmacêutica assume uma grande importância na economia da AML, salientando-se os municípios de Loures, Sintra e Oeiras, como os municípios onde esta atividade possui mais peso, nas suas forças laborais. No caso do fabrico de equipamento elétrico, Almada sobressai-se no contexto da AML, sendo o segundo município com mais emprego nesta área, na RLVT.

Para uma melhor análise das restantes atividades do setor da inovação, foram criados dois grupos, o grupo das indústrias transformadoras e grupo dos serviços.

Quanto ao grupo das indústrias transformadoras, entre 2008 e a publicação das RIS3, todas as atividades apresentaram uma perda do seu emprego. O emprego na fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas e artificiais registou um decréscimo 32,4% na RLVT, sendo que a sub-região mais afetada foi mesmo a AML, com uma variação de -38,7%. No sentido oposto, o Oeste apresentou um aumento de 1,1% contribuindo, em 2014, com 281 pessoas ao serviço.

O Oeste voltou a ser referência na fabricação de equipamento elétrico. Nesse mesmo intervalo apresentou uma variação de 19,3%, ao contrário de toda a RLVT que perdeu 20,9% do seu emprego. A AML voltou a contribuir negativamente para estes valores, no entanto foi o Médio Tejo que perdeu a maior percentagem do seu emprego (-41,8%).

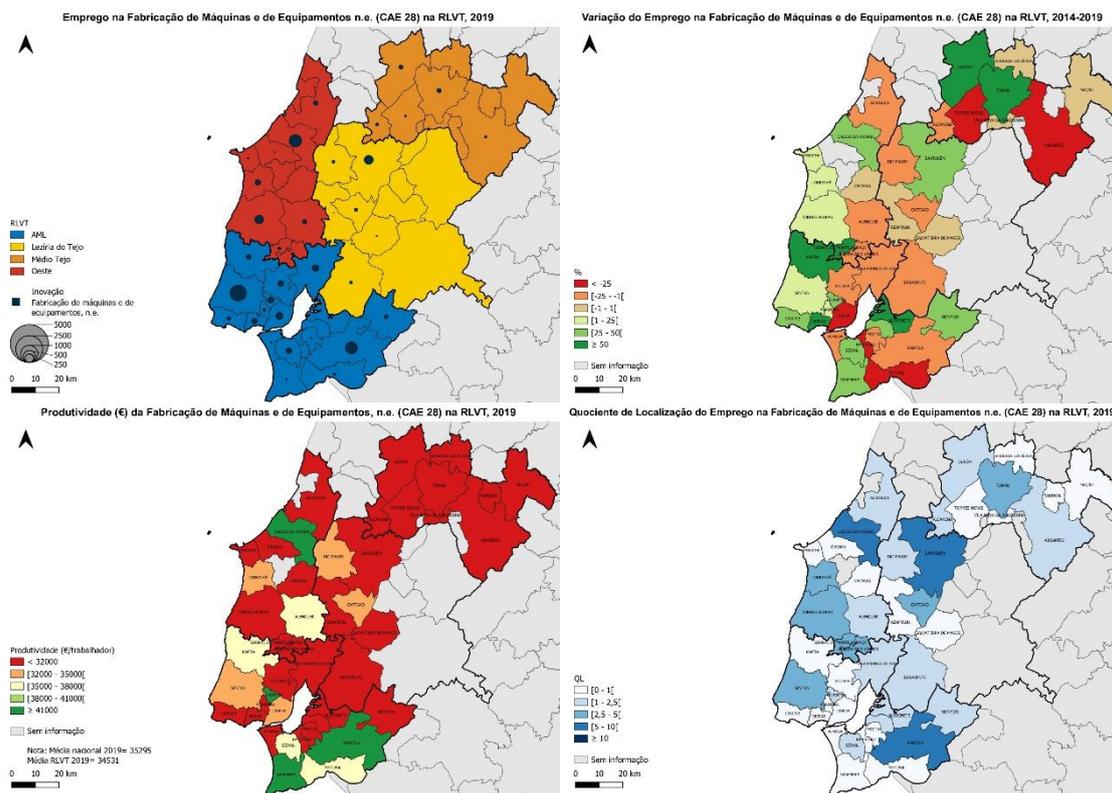


Figura 37: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de máquinas e equipamentos n.e. (CAE 28) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

A fabricação de máquinas e equipamentos não elétricos foi a indústria transformadora mais prejudicada no setor da inovação, entre 2008 e 2014. De 7.433 empregos em 2008, para 4.356 em 2014, estes números traduziram-se numa variação de -41,4%. Embora o Oeste e Vale do Tejo tenha registado uma ligeira diminuição do seu emprego, a AML superou este fenómeno, perdendo mais de metade do seu emprego, -52,3%.

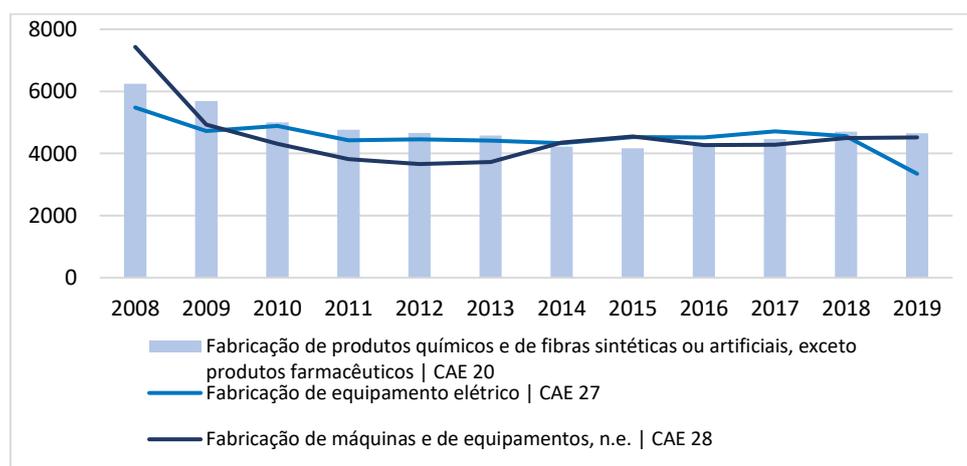


Figura 38: Evolução do emprego nas indústrias transformadoras de média-alta tecnologia na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O período de 2014-2019 ficou marcado pela recuperação económica e aumento do emprego, no entanto este aumento ficou marcado pela desconcentração da AML e aumento do peso do OVT

nestas atividades. A indústria dos produtos químicos e fibras assinalaram um aumento do emprego de 10% na RLVT, no entanto foi a Lezíria do Tejo que obteve a maior taxa de variação, 21,3%. A AML, que em 2008 representava 79,5% do peso no emprego da RLVT, passou a representar 72,7%, em 2019. No sentido oposto, a Lezíria transitou dos 11,7% para os 17,5%.

Por sua vez, o emprego na fabricação de equipamento elétrico, embora tenha apresentado uma fase estável ao longo dos últimos anos, caiu fortemente de 2018 para 2019, sendo que a AML foi a região mais afetada por esta perda de emprego. Face a 2014, o pessoal ao serviço diminuiu em 22,7% na RLVT, no entanto o Oeste registou um crescimento de 25,5%. Assim, assistiu-se a uma desconcentração do emprego desta atividade na AML, de 85,5% (em 2008) para 73,2% (em 2019) e da conseqüente concentração no Oeste de 10% para 24,5%.

Finalmente, a fabricação de máquinas e equipamentos n. e. estabilizou, ficando aquém dos valores de 2008. A AML perdeu novamente importância, transitando dos 75,5% para os 58,8%. No sentido oposto, o Oeste passou a representar 25,8% de emprego na RLVT e a Lezíria do Tejo 9,9%. Sendo que em 2008 o seu peso era de 15,3% e 5,2% respetivamente.

Quanto aos serviços, em 2008, a consultoria e programação informática era uma das atividades que mais contribuía para o mercado de trabalho da região, com 24.940 empregos, no entanto, 96,8% desta oferta encontrava-se localizada na AML, nomeadamente nos municípios de Lisboa e Oeiras. Entre 2008 e 2014 assistiu-se a um aumento contínuo que culminou numa variação de 21,2% do emprego por toda a RLVT.

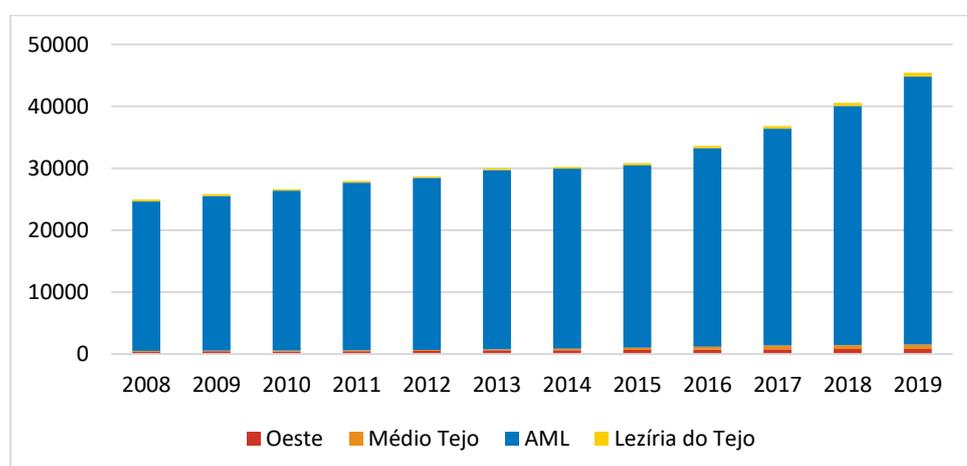


Figura 39: Evolução do emprego na consultoria e programação informática (CAE 62) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

De 2014 a 2019 o emprego na consultoria e programação informática explodiu e ultrapassou a barreira das 45.000 pessoas ao serviço na RLVT. Este aumento atingiu toda a região, com especial foco no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo que, mais do que duplicaram os valores deste indicador. Mesmo com o bom desempenho destas regiões, em 2019, a AML continuava a concentrar 95,2% do peso do emprego. É importante acrescentar que a RLVT representa 61,4% do peso desta atividade em Portugal.

Embora os dados das atividades dos serviços de informação sejam confidenciais em alguns casos, tendo em conta a performance da AML, que em 2009 representavam sensivelmente 98% do peso da região, assistiu-se a um aumento de 13,2% no primeiro período, o que se traduziu em cerca de 3.032 pessoas ao serviço no ano de 2014. As atividades de investigação científica apresentaram uma evolução diferente. Embora a AML tenha registado uma variação de -1,8%, o Oeste e Vale do Tejo registou um aumento do emprego nesta atividade, iniciando uma tendência de desconcentração da AML. Este fenómeno resultou do reconhecimento das universidades e politécnicos presentes fora da AML.

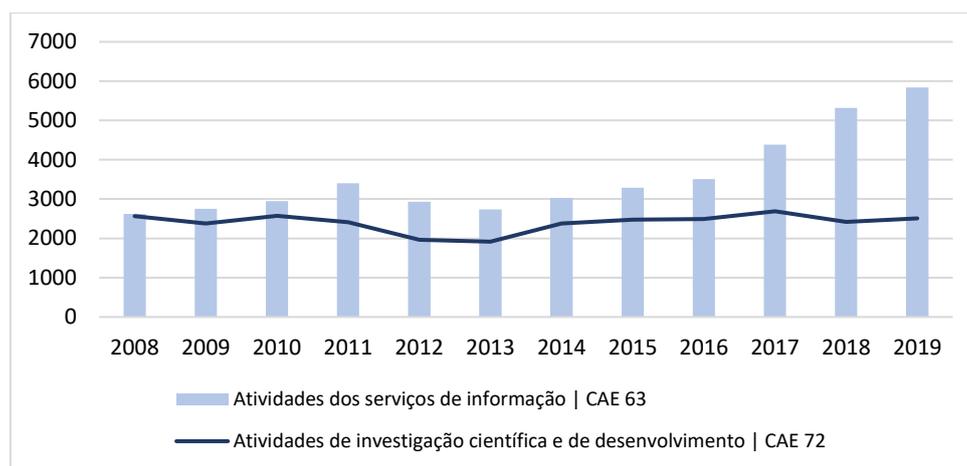


Figura 40: Evolução do emprego nos serviços de informação (CAE 63) e atividades de investigação (...) (CAE72) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Através da figura 35, é possível identificar que o segundo intervalo também marcou estas atividades de forma diferente. Enquanto o emprego nas atividades dos serviços de informação apresentou uma taxa de variação de 95,4% na AML, quase duplicando os números de 2014, as atividades de investigação científica apenas verificaram um aumento de 5,5%, contando 2.506 pessoas ao serviço, menos que em 2008. É importante acrescentar que, embora as atividades dos serviços de informação contribuíssem com apenas cerca de 5.839 empregos, este número representava 54,7% do número total de empregos desta atividade em Portugal.

A produtividade destas atividades é bastante semelhante, oscilando entre os 31.085€ por pessoa ao serviço nas atividades de investigação científica e os 55.810€ por pessoa ao serviço na fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais. No caso da fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas, destacam-se a fabricação de produtos de limpeza e higiene, seguida da fabricação de produtos orgânicos de base, no caso da RLVT. Nesta atividade, a produtividade apresentou variações inversamente proporcionais à evolução do emprego. Entre 2008 e 2014 o emprego diminuiu, mas a produtividade aumentou, entre 2014 e 2019 verificou-se um o fenómeno inverso.

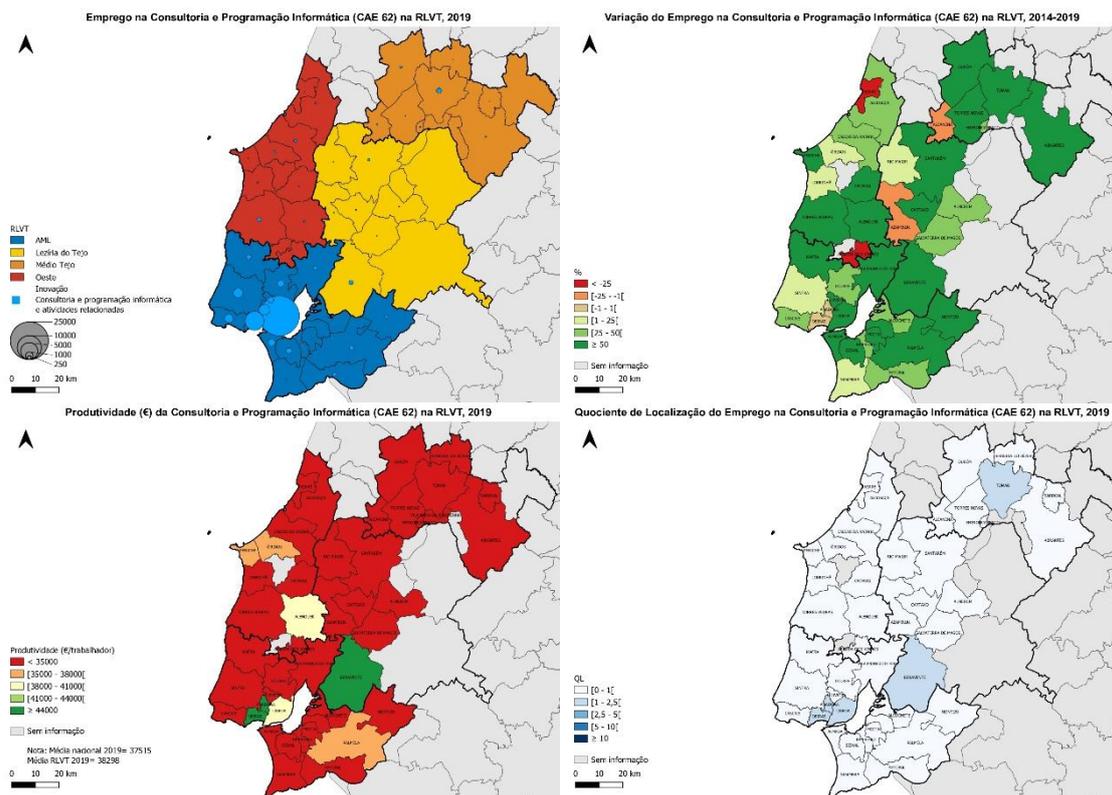


Figura 41: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Consultoria e programação informática (CAE 62) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Em 2019, a consultoria e programação informática era uma das atividades com mais produtividade, quase 38.300€ por pessoa ao serviço. As atividades de investigação, embora seja das atividades com menos produtividade desta análise, tem expressado uma boa variação ao longo da última década, subindo dos 17.441€ em 2008, para os 31.085€ por pessoa ao serviço verificados em 2019. Importa referir que a AML é a sub-região com a produtividade mais elevada nestes setores, possuindo claras vantagens comparativamente às restantes.

A distribuição do QL revela alguns fenómenos que importam ressaltar, nomeadamente que tanto a fabricação de máquinas e equipamentos, como a fabricação de equipamento elétrico apresentam um peso especialmente acrescido no emprego do Oeste. No Médio Tejo, nenhuma destas atividades apresenta especial destaque. A AML destaca-se pela grande concentração das atividades de consultoria e programação informática e pelas atividades de serviços de informação. Por último, a fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas, assim como a fabricação de máquinas e equipamentos possuem um peso especialmente acrescido na Lezíria do Tejo.

#### 4.3.8 Meios criativos

O setor dos meios criativos e indústrias culturais é composto por sete atividades económicas, uma atividade de média-alta tecnologia, duas de média-baixa e quatro de baixa tecnologia. As

atividades de edição (CAE 58), de média-alta tecnologia; A impressão e reprodução de suportes gravados (CAE 18) e as outras atividades de consultoria, técnicas e similares, onde se enquadra o design e a fotografia (CAE 74), classificadas como média-baixa tecnologia. E as atividades cinematográficas (CAE 59); as atividades de rádio e televisão (CAE 60); as atividades de teatro, música e dança (CAE 90); e as atividades das bibliotecas e museus (CAE 91), classificadas como atividades de baixa tecnologia.

As atividades de edição integram as atividades de edição de livros, jornais, revistas, programas informáticos e videojogos. Estas atividades empregavam, em 2008, quase 9.200 pessoas na RLVT, sendo que 96,3% desta oferta de emprego se encontrava na AML. Até 2013, as atividades de edição apresentaram sucessivas perdas de emprego, apenas registando um crescimento em 2014, ano em que se registou uma variação de -22,6%.

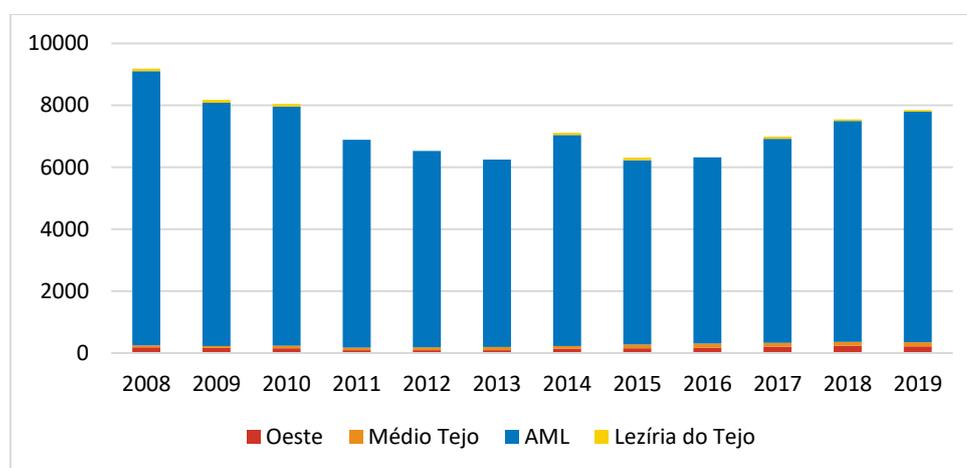


Figura 42: Evolução do emprego nas atividades de edição (CAE 58) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Embora em 2015 o emprego se tenha contraído novamente, iniciou-se uma recuperação que perdurou até 2019, registando nesse ano um aumento de 10,3% face a 2014. Desta forma, em 2019, 7.848 pessoas encontravam-se ao serviço nas atividades de edição, 94,8% das quais se encontravam na AML, nomeadamente nos municípios de Lisboa e Oeiras. Embora se verifique uma ligeira desconcentração destas atividades na AML, os empregos gerados nas restantes sub-regiões encontram-se agregados num número muito reduzido de municípios, nomeadamente nas Caldas da Rainha (no caso do Oeste), em Ourém (no caso de Médio Tejo) e em Santarém (no caso da Lezíria do Tejo). Este fenómeno pode significar a criação de novos aglomerados dinamizadores na RLVT, além AML.

No grupo das atividades de média-baixa tecnologia, as atividades de impressão e reprodução de suportes gravados e as outras atividades de consultoria apresentaram comportamentos diferentes.

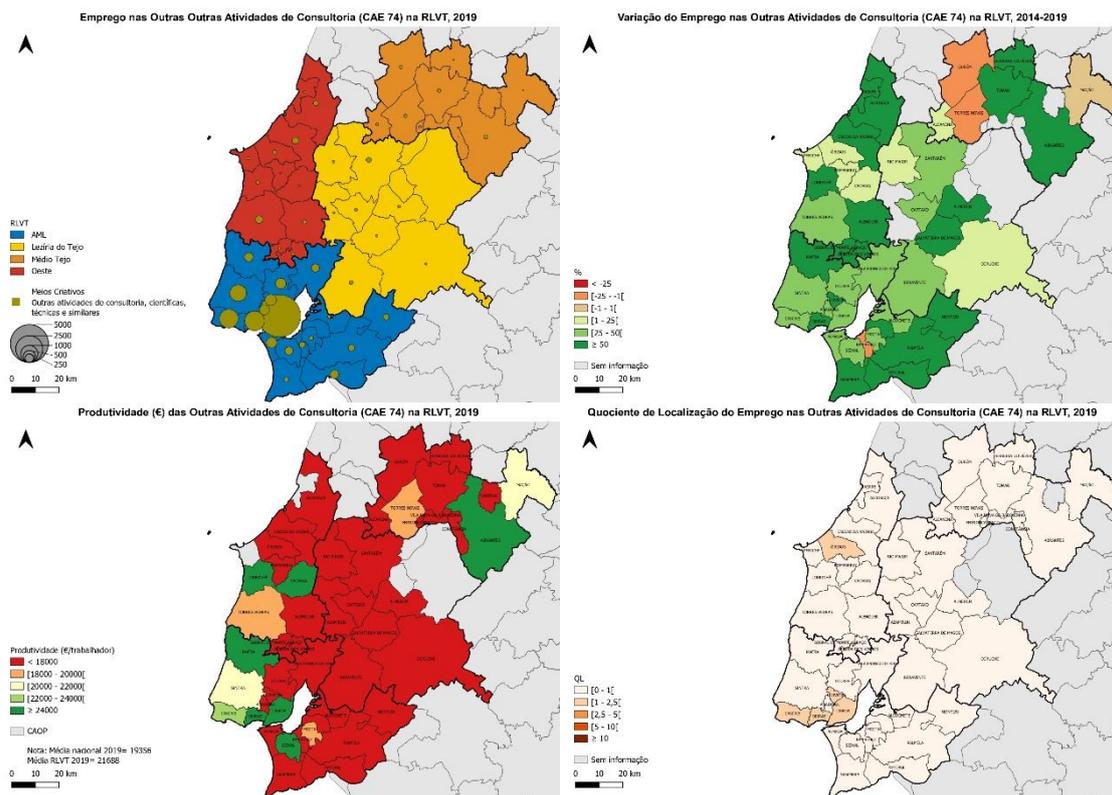


Figura 43: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Outras atividades de Consultoria (CAE 74) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Em 2008, as atividades de impressão e reprodução de suportes gravados eram a segunda atividade mais empregadora dos meios culturais, gerando mais de 11.400 empregos. O período de 2008-2014 ficou marcado pelo decréscimo acentuado deste indicador, registando em 2014 uma diminuição de 42% face ao ano inicial. Todas as NUTS verificaram uma perda extremamente acentuada, mas importa destacar a Lezíria do Tejo que registou uma variação de -59,8% do emprego nesta atividade. No sentido oposto, as outras atividades de consultoria demonstraram um crescimento de 19,8% do seu emprego, contribuindo também em 2014 com 11.179 postos de trabalho.

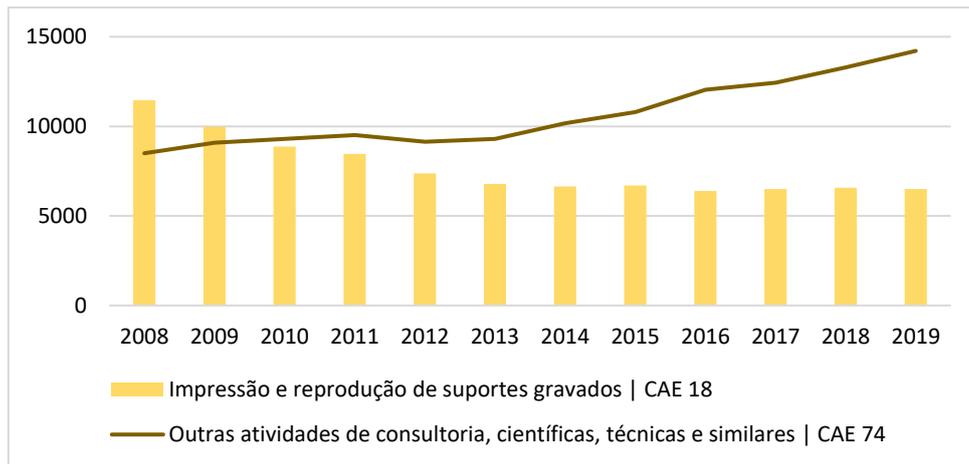


Figura 44: Evolução do emprego na impressão e reprodução (...) (CAE 18) e outras atividades de consultoria, (...) (CAE 74) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Entre 2014 e 2019 assistiu-se a uma estagnação da queda das atividades de impressão e reprodução de suportes gravados, passando a registar, em 2019, uma redução de 2,3% face ao início do período. As outras atividades de consultoria continuaram o seu percurso, atingindo os 14.212 empregos nesse mesmo ano, tornando-se a atividade com mais pessoal ao serviço no setor dos meios criativos. A evolução destas atividades acaba por derivar dos mesmos fatores, nomeadamente a crescente digitalização das atividades, em detrimento dos modelos físicos, como por exemplo os jornais. O aumento desta digitalização contribuiu por sua vez, para o aumento da procura de mão de obra nas áreas da fotografia e do design.

Dentro das atividades pouco intensivas em conhecimento/tecnologia que fazem parte do setor dos meios criativos, as atividades de teatro, música, dança e restantes atividades artísticas consistiam nas atividades mais empregadoras em 2008, contribuindo com 13.149 postos de trabalho. Nesse intervalo iniciou-se uma tendência de diminuição do emprego, atingindo o ponto mais baixo da última década em 2013. Em 2014, o emprego nas atividades artísticas registou - 8,9% face a 2008, sendo que a AML foi a sub-região mais prejudicada, o que resultou no aumento do peso das restantes sub-regiões neste indicador.

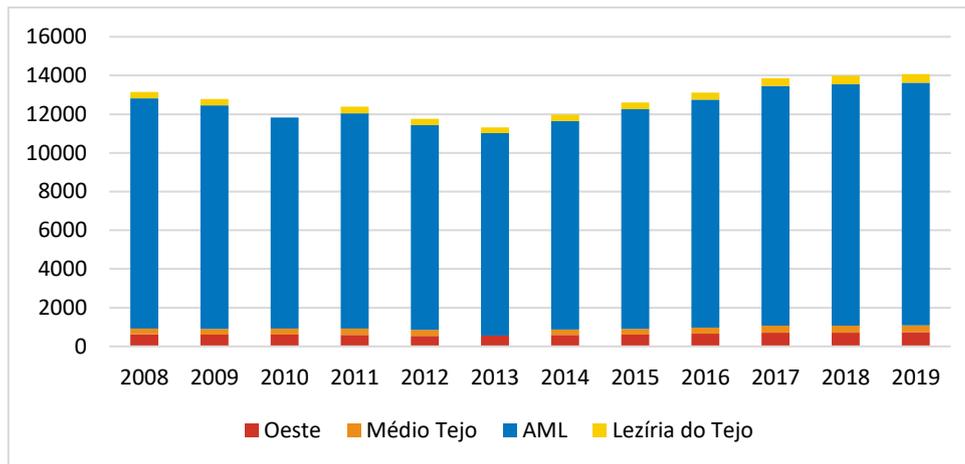


Figura 45: Evolução do emprego nas atividades de teatro, música, dança (...) (CAE 90) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

O último intervalo analisado exprimiu uma recuperação gradual do emprego nestas atividades, o que culminou, no último ano, num aumento de 17,5% por toda a região. É importante salientar que a AML voltou a apresentar a pior performance da RLVT, o que conservou a tendência de desconcentração acima identificada. Em 2019, esta atividade superou a barreira dos 14.000 empregos, valor que assumia a importância de 52% de todo o emprego desta atividade em Portugal.

As restantes atividades oferecem um número consideravelmente mais reduzido de emprego do que as acima descritas. As atividades cinematográficas demonstraram um comportamento bastante semelhante às atividades artísticas anteriormente analisadas. Em 2008 esta atividades gerava 4.886 empregos na RLVT, assumindo uma concentração de 95,5% na AML. Após um longo período de recessão económica consequente da crise, o emprego atingiu os valores mais baixos em 2013, 3.758.

As atividades de rádio e televisão, assim como as atividades das bibliotecas e restantes atividades culturais ficaram marcadas pela confidencialidade de parte dos seus dados. Entre 2008 e 2014 o emprego nas atividades de rádio e televisão registou um aumento de 1,1% na RLVT, no entanto, o Oeste e Vale do Tejo apresentou, na sua totalidade, uma diminuição deste indicador, restringindo-se esta variação positiva somente à AML. Neste intervalo as atividades das bibliotecas e outras atividades culturais apresentaram uma variação extremamente positiva na Lezíria e na AML, à custa de uma evolução negativa no Oeste e Médio Tejo, o que resultou num aumento de 66,5% na RLVT, entre 2009 e 2014.

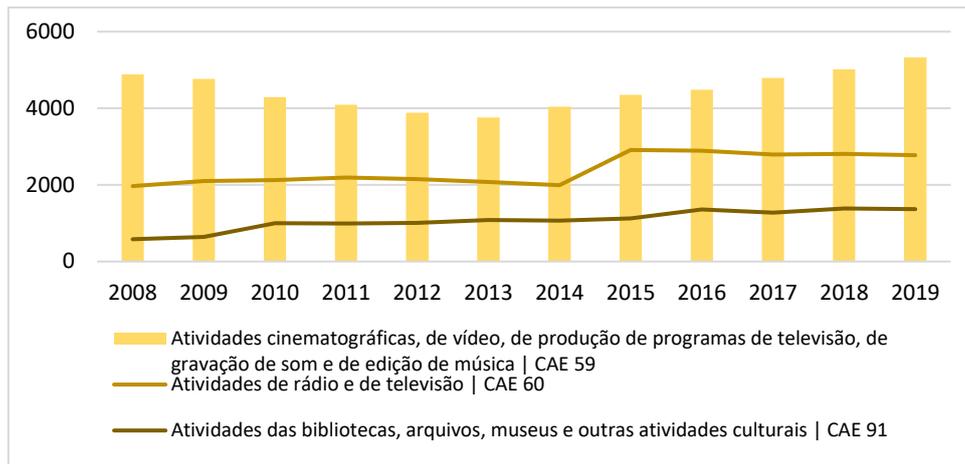


Figura 46: Evolução do emprego nas atividades cinematográficas (...) (CAE 59), atividades de rádio e televisão (CAE 60) e atividades das bibliotecas (...) (CAE 91) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Entre 2014 e 2019, a RLVT registou um aumento do emprego nas atividades cinematográficas de 31,8%, acabando por atingir os 5.330 empregos. Embora esta atividade possua menos pessoas ao serviço que algumas das analisadas ao longo deste relatório, é importante considerar que a RLVT assume um peso de 72,2% de todo o emprego, desta atividade, em Portugal.

Simultaneamente, as atividades de rádio apresentaram um aumento do emprego de 40,2% na RLVT, em 2017, ano mais recente dotado de total disponibilidade dos dados, contribuindo com 2.790 postos de trabalho. A AML voltou a ser a sub-região com o melhor desempenho. Finalmente, as atividades culturais descreveram uma variação positiva entre 2014 e 2019, no Médio Tejo e na AML, 116,1% e 31% respetivamente, registando 1.366 pessoas ao serviço. No sentido oposto, a Lezíria do Tejo perdeu 75% do emprego neste setor, quase anulando por completo a evolução descrita no primeiro período. Desta forma destacou-se uma tendência de concentração na AML, apresentada por estas duas atividades económicas, ao longo da última década.

A RLVT possui um papel extremamente importante no setor dos criativos, uma vez que concentra mais de 53% de todo o emprego deste setor no país. Lisboa é o município com mais emprego em todos os setores dos meios criativos, constituindo um prestigioso polo de agregação e intercambio entre todas estas atividades.

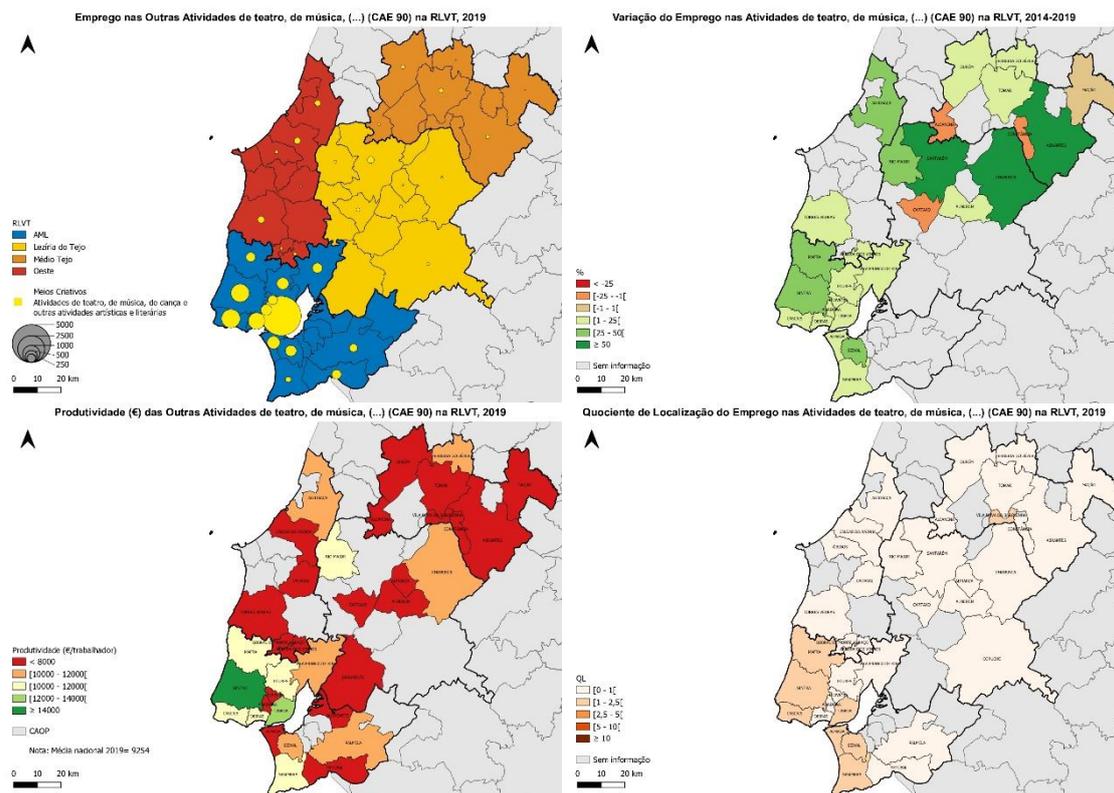


Figura 47: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de teatro, música, (...) (CAE 90) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

Quanto à produtividade no setor dos meios criativos, varia com base nas atividades em análise. As duas atividades com produtividade mais reduzida são as atividades de teatro, música e dança, com 9.254€ e a consultoria e programação informática, com 19.356€ por pessoa ao serviço. Como foi descrito acima, estas atividades consistem nas atividades com mais emprego dentro do domínio dos criativos. Num polo oposto, as atividades de rádio e televisão e as atividades de edição são as que apresentavam maior produtividade em 2019, 90.520€ e 44.573€ por pessoa ao serviço, respetivamente. A sub-região que mais se destaca pela produtividade é a AML, sendo Lisboa o município com o melhor desempenho neste indicador.

O domínio dos meios criativos possui um peso muito superior na AML, comparativamente com as restantes sub-regiões da RLVT. Desta forma, constata-se que existe novamente alguma correlação entre o peso desta atividade no emprego dos vários municípios e a sua produtividade. Culminando numa grande especialização da população ao serviço no setor dos meios criativos.

## Capítulo V | Reflexões Finais

### 5.1 Tendências encontradas

No contexto europeu, a RLVT tem vindo a cair cada vez mais relativamente à média europeia, não só quanto ao PIB, mas também ao nível da competitividade. Embora a AML seja claramente uma região competitiva no contexto europeu, o OVT não tem usufruído dos benefícios da sua proximidade à AML.

No contexto nacional, as assimetrias regionais do PIB per capita ajustado a preços correntes revelaram uma ligeira tendência para a convergência dentro da RLVT até 2017, ano que em a AML se voltou a afastar do OVT. Consequentemente, em 2019 as assimetrias deste indicador quase não manifestaram nenhuma alteração face ao início da década.

Este fenómeno repetiu-se com o índice sintético de competitividade regional. Os sucessivos aumentos e quebras da competitividade das sub-regiões resultaram num ISDR quase inalterado em 2019. “Quase inalterado” porque a única sub-região se expressou uma evolução considerável foi o Médio Tejo, que viu o seu ISDR cair 3,7% entre 2008 e 2019, constituindo a sub-região menos competitiva da RLVT, com um índice de 93.

É possível afirmar que os instrumentos de desenvolvimento e ordenamento nacionais e territoriais que vigoraram durante a última década se encontram em consonância, assumindo a importância de modelos territoriais policêntricos, assim como uma lógica de fomentar a competitividade. Já é visível a necessidade de atualização dos PROT em vigor, com especial enfoque no PROT-AML, uma vez que este programa já data de 2002. Mesmo assim, estes documentos são dotados de visões compostas por eixos estratégicos bastante atualizados, quando comparadas com as visões das EREI.

Com base na análise do emprego nos vários setores de atividade, é notório que a crise económica trouxe graves consequências para o emprego da RLVT, atingindo particularmente a AML, o que é normal, partindo do pressuposto que esta era também a sub-região mais geradora de emprego. Foi no ano de 2013 em que o emprego atingiu os valores mais adversos da última década, em muitos dos setores analisados.

Por sua vez, 2014 ficou marcado pelo início recuperação económica e conseqüente aumento do emprego. Sem dúvida que a publicação das EREI neste ano contribuiu com uma excelente oportunidade de apoio às atividades económicas estratégicas da região.

A análise regional revelou que existe uma grande concentração de atividades intensivas em tecnologia e conhecimento na AML. No entanto, quando “escapam” para o OVT, optam por se concentrar nos maiores municípios, uma vez que estes são os únicos que conseguem responder

às carências de mão-de-obra qualificada destas atividades. Destaque para os municípios de Alenquer, Torres Vedras e Caldas da Rainha, no caso do Oeste. Torres Novas e Tomar, no Médio Tejo. E Santarém e Benavente, na Lezíria do Tejo.

A oferta de mão-de-obra qualificada e a presença de outras atividades relacionadas constituem fatores essenciais à atração e concentração de atividades intensivas em tecnologia, uma vez que oferecem vantagem competitivas às empresas, em termos de eficiência e produtividade.

Ao longo da última década, algumas das indústrias transformadoras de média-alta tecnologia apresentaram uma tendência de desconcentração da AML, optando por se localizar no Oeste e Vale do Tejo, nomeadamente a fabricação de equipamentos elétricos (CAE 27) no Oeste e a fabricação de máquinas e equipamentos n.e. (CAE 28) na Lezíria do Tejo.

Tal como foi mencionado na teoria, as atividades mais intensivas em tecnologia foram as que, na generalidade, apresentaram o melhor comportamento durante e após o período de crise económica. Assim sendo, comprovou-se o que foi referido no primeiro capítulo, isto é, que atividades intensivas em conhecimento e tecnologia têm uma maior capacidade de adaptação aos períodos de recessão económica e, por isso, são mais resilientes. Pelo contrário, as atividades com menos capacidade de inovar, foram as mais penalizadas ao longo da última década.

Ao longo da análise do emprego, tornou-se evidente que, em muitos casos, há uma correlação positiva entre o quociente de localização de uma determinada atividade e a sua produtividade. Isto é, quanto maior o peso de uma atividade no mercado de trabalho de um município, maior será a probabilidade de este apresentar uma produtividade acima da média.

Embora a AML tenha sido a sub-região mais afetada pelas consequências da crise económica, foi também a que, após 2014, apresentou o maior crescimento do emprego na RLVT, resultando numa maior concentração das atividades no seu território. Esta concentração não se deve a uma má performance das restantes regiões, mas sim a um crescimento da AML muito superior às outras.

De modo a refletir sobre os contributos das EREI para o emprego da RLVT nos últimos anos, elaborou-se uma análise SWOT, onde se apontam os pontos fortes, fracos, as oportunidades e ameaças da implementação destas estratégias.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Heterogeneidade das atividades abrangidas;</li> <li>. Elevada abertura no processo de candidaturas;</li> <li>. Elevado potencial de integração dos setores abrangidos, com outras agendas políticas (Economia Circular, sustentabilidade, etc);</li> <li>. Elevada taxa de compromisso;</li> <li>. Crescimento residual do emprego de alguns setores intensivos em tecnologia no OVT, nomeadamente as CAE 26, 62 e 63;</li> <li>. Domínio dos meios criativos voltou a gerar emprego entre 2014 e 2019.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Carência de foco nos setores de atividade a abranger, o que limita a seletividade na alocação de apoios;</li> <li>. Elevada concentração de atividades intensivas em tecnologia e conhecimento na AML entre 2014 e 2019;</li> <li>. Elevada concentração do emprego no domínio dos meios criativos na AML;</li> <li>. Reduzida taxa de execução dos projetos aprovados, no âmbito das EREI.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>. RLVT abrangida pelos fundos de cofinanciamento de 3 EREI/RIS3;</li> <li>. Região bastante heterogénea;</li> <li>. Elevada concentração de centros de investigação estabelecimentos de ensino superior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Limitações de investimento na AML, onde se concentra a maior componente de emprego intensivo em tecnologia e conhecimento.</li> </ul>

*Tabela 11: SWOT dos setores das RIS3 na RLVT. Fonte: Infodata junho 2021. Elaboração própria*

Há que reconhecer que as atividades abrangidas englobam vários grupos estratégicos. Como já foi referido, esta heterogeneidade é essencial para que a região se torne mais resiliente e tenha uma maior capacidade de recuperação. Ao longo dos últimos anos, assistiu-se a um aumento do emprego transversal a quase todos os setores considerados nas EREI, o que se espera ser uma externalidade positiva da sua implementação.

Há um grande potencial para a criação de complementaridades entre as estratégias recentemente aprovadas, nomeadamente a agenda da circularidade e a estratégia 2030, e a nova RIS3 21-27, uma vez todas se encontram estreitamente relacionadas com os ideais de inovação e sustentabilidade.

Existe uma necessidade de focar as estratégias de especialização inteligente num número restrito de domínios temáticos. Este foco não deve ser demasiado restritivo, uma vez que pode acabar por ser tendencioso, mas também não pode ser demasiado abrangente, caso contrário não será possível atingir uma especialização económica.

O desenvolvimento regional sustentável é um processo lento e requer o contributo das instituições, dos empresários e dos consumidores, pois só assim será possível alterar os comportamentos contemporâneos.

A RLVT ainda possui um longo caminho pela frente, no que toca à sustentabilidade e à adoção de comportamentos com uma pegada carbónica neutra, tal como no resto do mundo. É necessário apoiar as pequenas e médias empresas e continuar a investir na inovação, para que estas novas formas de exploração sustentável sejam cada vez mais competitivas.

## 5.2 Limitações

Ao longo da elaboração do presente projeto, manifestaram-se algumas limitações que apontaram fragilidades da metodologia utilizada, nomeadamente a falta de uma reflexão das atividades económicas integradas nas RIS3, a confidencialidade da informação estatística e a falta de acesso a informação das atividades económicas ao nível das três casas decimais.

Embora as Estratégias de Especialização Inteligente refiram, ao longo do seu texto, algumas das atividades económicas sob a sua alçada, a inexistência de uma definição concreta de quais as atividades económicas que integram as metas e objetivos destas estratégias comportou algumas dificuldades, aquando da seleção dos setores a analisar. Embora este relatório não se restrinja somente aos setores presentes nas RIS3 da RLVT, é importante considerar que estes documentos de desenvolvimento regional tinham como meta identificar os setores económicos mais importantes de cada região, nesse sentido, as EREI assumiram uma base para a seleção dos setores considerados para a análise. Esta falta de delimitação concreta das atividades resultou na adoção de várias metodologias de seleção dos setores para análise falhadas por diversos motivos, identificados na metodologia.

A confidencialidade dos dados resulta do reduzido número de estabelecimentos empresariais a desempenhar as atividades económicas num determinado território. Tome-se como exemplo a fabricação de produtos farmacêuticos (CAE 21) no município de Óbidos. Como existe apenas uma empresa de fabricação de produtos farmacêuticos em Óbidos, o seu número de pessoal ao serviço, assim como o seu valor acrescentado bruto são confidenciais, na medida em que a sua exposição poderia ser prejudicial face a competição de outras empresas.

O exemplo das farmacêuticas em Óbidos não se trata de um caso isolado, constituindo uma constante nos municípios com dimensões mais reduzidas, especialmente quando se trata de atividades com um menor número de pessoal ao serviço. Esta contínua confidencialidade da informação estatística acabou por dificultar o tratamento estatístico e, em certos casos, comprometeu mesmo uma análise mais detalhada, quando a confidencialidade se transpunha ao nível das NUTSIII. O mapeamento dos resultados foi, de facto o elemento mais lesado no capítulo do tratamento estatístico, uma vez que em certos casos, cerca de metade dos municípios não estavam presentes nos mapas devido à confidencialidade dos seus dados.

A falta de acesso aos dados de maior pormenor da CAE constituiu a última limitação deste projeto, uma vez que dentro das atividades económicas, existem outras subactividades cuja sua importância para as estratégias de especialização inteligente era meritória de uma análise mais aprofundada. Esta informação mais pormenorizada permitiria também uma análise mais detalhada do emprego, através de comparações entre municípios que se destacam por diferentes subactividades dentro da mesma atividade económica.

### 5.3 Resposta às questões e hipóteses delineadas

Ao longo da introdução, foram colocadas algumas questões e hipóteses que se manifestaram durante a realização da presente dissertação. Estas questões e hipóteses incidiram sobre o emprego e procuraram prever o seu comportamento ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, é essencial dar-lhes uma resposta e providenciar-lhes um desfecho que resulte quer no confirmar ou refutar destas hipóteses.

A primeira questão abordava a temática da diversidade funcional e procurava identificar se esta aumentou na última década.

Através da comparação das taxas de variação dos diferentes grupos de atividades económicas, é possível afirmar que sim, de facto, na última década assistiu-se a um ligeiro aumento da diversidade funcional na RLVT.

Um dos fenómenos que expões estas alterações funcionais pode ser encontrado nos grupos de atividades económicas mais geradores de emprego. Em 2008, os três grupos de atividades que geravam mais emprego na RLVT eram o comércio por grosso e a retalho, assim como a reparação de automóveis e motociclos, as atividades administrativas e as indústrias transformadoras. Estes grupos representavam 48,2% de todo o emprego na região. Em 2019, as indústrias transformadoras perderam a terceira posição para o grupo do Alojamento e os três grupos com maior peso no emprego passaram a representar 46,3%, exprimindo uma ligeira desconcentração do emprego.

Não obstante, adotando uma escala mais aproximada, é verdade que as CAE exprimiram alterações da sua importância ao longo dos anos, como seria de esperar, considerando que os setores vão crescendo e diminuindo à medida que as necessidades e os padrões de consumo evoluem. Entre 2008 e 2019 assistiu-se ao aumento do emprego de muitas atividades que no início da década não eram grandes geradores de emprego, tal como no sentido oposto se assistiu à diminuição do emprego em algumas atividades que eram mais geradoras de emprego.

A segunda questão procurava identificar se os setores de atividade que mais cresceram foram os de maior produtividade.

Existem duas respostas adequadas a esta questão. Por um lado, sim, ao nível de percentagem/proporção, as empresas intensivas em investigação e tecnologia foram as que mais cresceram na última década. A grande vantagem destas atividades é que, a sua constante procura por inovar e consequentemente descobrir novas formas de aumentar a produtividade resultam numa maior adaptação e facilidade em ultrapassar obstáculos, o que foi e continuará a ser uma mais-valia durante os períodos de recessão económica.

Tome-se como exemplo a fabricação de equipamentos informáticos, para comunicações e produtos eletrónicos e óticos (CAE 26) e a consultoria e programação informática (CAE 62). O constante fabrico de novos componentes, cada vez melhores e mais sofisticados é essencial para que estas empresas se mantenham competitivas. Independentemente de se atravessar uma fase de recessão económica, ou não, é necessário que exista inovação. O mesmo acontece aos serviços dependentes de inovação, como é o caso da consultoria e programação informática que, para sobreviverem necessitam de desenvolver constantemente novos produtos, com mais funcionalidade e que aumentem o desempenho dos seus consumidores.

Por outro lado, não, as atividades que mais cresceram na RLVT durante a última década foram as atividades de baixa tecnologia, isto é, pouco intensivas em tecnologia e conhecimento. Tal como foi identificado no capítulo quarto, o alojamento e a restauração foram duas das atividades que maior número de empregos geraram entre 2008 e 2019, correspondendo a mais de 10% de todo o emprego da região, em 2019.

A prosperidade económica conduz ao aumento do poder de compra dos consumidores. Este aumento do poder de compra e dos parâmetros de vida da população, resulta no aumento do consumo. Basta comparar os valores da recolha de resíduos sólidos urbanos por habitante com o PIB per capita. Este consumo em massa incide principalmente sobre os produtos do quotidiano, produtos de atividades de baixa tecnologia. E estas atividades de baixa tecnologia estão dependentes de mão de obra pouco qualificada. Como nem sempre existe inovação nestas atividades económicas, a única forma de dar resposta ao crescimento da procura e, desta forma aumentar a produtividade, é através do aumento do pessoal ao serviço.

Em suma, o período de desenvolvimento económico pelo qual o país tem passado nos últimos anos, contribuiu para o aumento do emprego tanto nas atividades de alta e média-alta tecnologia, como nas de baixa. Na RLVT, entre 2008 e 2019 as atividades mais intensivas em tecnologia registaram um aumento do seu emprego de 23%, face a apenas 4% das atividades de baixa tecnologia. No entanto estes 4% traduzem-se em cerca de 42.000 postos de trabalho, enquanto os 23% significam 17.656. A questão que se coloca é, será que este crescimento das empresas menos intensivas em tecnologia foi sustentável? Será que as empresas investiram e inovaram em infraestruturas, de modo a aumentar a produtividade e, conseqüentemente a sua competitividade, ou apenas aumentaram o número de colaboradores como forma rápida de responder aos novos padrões de consumo?

Quanto às hipóteses, a primeira defendia que, como consequência da crise, as atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento apresentassem uma maior concentração na AML, em detrimento do OVT. Embora seja difícil identificar os padrões de comportamento de algumas atividades, devido à confidencialidade dos seus dados, no caso das atividades que possuem uma maior disponibilidade de informação, o seu comportamento observado foi exatamente o oposto. Entre 2008 e 2014, o emprego nas atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento apresentou uma ligeira desconcentração da AML. Este fenómeno resultou de dois

fatores. Uma boa performance dos municípios do OVT, em alguns destas atividades económicas. E principalmente devido a uma AML particularmente afetada pelos efeitos da recessão económica. Por um lado, o OVT acabou mesmo por registar um aumento residual do emprego em algumas destas atividades, nomeadamente na fabricação de equipamentos informáticos, para comunicações e de produtos eletrónicos e óticos (CAE 26), consultoria e programação informática (CAE 62) e nas atividades dos serviços de informação (CAE 63). Por outro lado, a AML foi a sub-região da RLVT que mais emprego perdeu durante este período, mais de 220.000 empregos (-17,4% face a 2008). Esta perda de emprego foi transversal e acabou por atingir até as atividades mais tecnológicas. Assim, estes dois fenómenos acabaram por refutar a primeira hipótese colocada. Não obstante, entre 2014 e 2019 assistiu-se a um aumento gradual do emprego, do qual a AML foi a sub-região mais beneficiada. Assim, a AML acabou por apresentar uma ligeira concentração do emprego nas atividades mais tecnológicas.

A segunda hipótese também incidia sobre as consequências da crise económica, mas com um maior foco no OVT. Previa-se que entre 2008 e 2014, o emprego apresentasse uma dinâmica negativa, com a exceção do setor agrícola. De facto, neste período a RLVT perdeu mais de 264.000 postos de trabalho, sendo que 16,6% deste emprego foi no OVT.

Por um lado, sim, a agricultura foi uma das atividades que mais cresceu no OVT, entre 2008 e 2014. No entanto não foi a única, como já foi identificado no capítulo anterior. Das atividades estudadas ao longo deste relatório, mesmo durante o período de recessão económica, houve um aumento do emprego na silvicultura e exploração florestal (CAE 2), nas indústrias alimentares (CAE 10), na reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (CAE 33), no Alojamento (CAE 55), na Consultoria e programação informática (CAE 62), nas atividades dos serviços de informação (CAE 63), nas atividades de investigação científica e de desenvolvimento (CAE 72) e por último, nas outras atividades de consultoria, científicas e similares (CAE74). Neste sentido, a segunda hipótese não está totalmente incorreta, mas também não se pode considerar verdadeira.

Com base na infodata de junho de 2021 e analisando apenas os dados dos programas operacionais regionais em vigor na RLVT, foi possível verificar que, passados 7 anos, a taxa de compromisso era de 109% em Lisboa, 114% no Alentejo e 97% no Centro. Comparando a taxa de compromisso, com a taxa de execução de 47% em Lisboa, 43% no Alentejo e 44% no Centro, é evidente que menos de metade dos projetos acabaram por sair do papel. Estes números são relativamente baixos quando os comparamos com a taxa de execução de outros programas operacionais, como o POCH (PO- Capital Humano), que apresenta uma taxa de execução de 73%.

Através de uma primeira reflexão, pode-se assumir que existem várias causas para a diferença entre a taxa de compromisso e a taxa de execução, entre as quais o desconhecimento por parte dos empresários, a elevada burocracia ou a morosidade dos processos de avaliação e aprovação dos projetos, que por sua vez provocam desconfiança nos proprietários, face à aprovação de

potenciais futuras candidaturas. Ou até mesmo o desconhecimento das metodologias de aplicação dos fundos de cofinanciamento, que podem acabar por desencorajar a participação de empresários mais pequenos.

Na RLVT já foram aprovadas 36.533 candidaturas, somando um investimento de quase cerca de 10 mil milhões de euros, aos quais estão associados cerca de 3.511 milhões de euros de fundos comunitários. O PO com mais registos foi o POCI (PO da Competitividade e Internacionalização), com 25.231 e em segundo lugar o POR Lisboa, com 5.182 registos que, como já foi identificado acima, já apresenta uma taxa de compromisso acima dos 100% (cerca de 890 milhões de euros). O objetivo temático (OT) mais popular entre as candidaturas foi, indiscutivelmente, o OT3 “reforçar a competitividade das PME”.

Concluindo, o papel dos centros de investigação, da educação e ensino superior, assim como a aprendizagem ao longo da vida (aspetos considerados importantes ao longo das Estratégias de Especialização Inteligente), assumirão um papel preponderante na capacitação de um mercado de trabalho competente, inovador e resiliente, capaz de criar produtos inovadores, com possibilidade de competir a nível inter-regional e internacional, mas também continuar a possibilitar às instituições, a elaboração de novos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento com visões e estratégias articuladas ao vários âmbitos territoriais.

#### 5.4 Notas para o novo período de programação

O trabalho realizado permite chegar a um conjunto de notas avaliativas do processo de revisão programático atual.

A economia circular (EC) surge exatamente no contexto do desenvolvimento regional, constituindo um critério importante no rumo à sustentabilidade. A EC está também dependente dos avanços da inovação, pois será esta inovação que dotará a sociedade de novas formas de exploração sustentáveis. Na agenda para a EC da RLVT é referido que, para que haja uma integração da economia circular, é necessário nascer uma vontade política para integrar esta agenda nos programas, orçamentos e ações públicas, mas também para facilitar as iniciativas bottom-up, sendo que os consumidores e as pequenas e médias empresas assumem um papel preponderante quanto à alteração de comportamentos. (Agenda Regional 2.0 para a EC na RLVT, 2019, p.8)

Por sua vez, a estratégia da RLVT 2030 assume como visão, uma RLVT reconhecida como capital europeia, considerando o Mar como um ativo importante, competitiva, inovadora, qualificada e coesa. Entre os seus valores, distinguem-se a sustentabilidade e a economia circular, entre outros.

A partir deste contexto, pode-se considerar que as grandes linhas estratégicas das RIS3 se encontram em consonância com estas agendas recentemente aprovadas. Assim, a revisão das novas RIS3 2021-2027, constituem uma oportunidade para a integração de novas complementaridades. É exatamente neste contexto que Vale (2021) refere que um dos desafios a nível institucional será a mobilização de instrumentos de política adequados às RIS3, fomentando uma articulação necessária ao bom funcionamento destes instrumentos. Para que as EREI possibilitem alterações marcantes nas estruturas setoriais das regiões, “serão obviamente necessárias outras políticas complementares para a mudança estrutural, em particular nas regiões menos desenvolvidas.” (Vale, 2021, p. 9). Duarte Rodrigues (2021) afirma que “(...) o somatório de instrumentos territoriais com financiamento não é condição necessária nem suficiente para uma Política de Desenvolvimento Territorial.” (Rodrigues, 2021, p. 21), reforçando que é crucial uma mobilização integrada de um modelo territorial, estratégias de desenvolvimento articuladas em vários âmbitos territoriais, um modelo de governação multinível e multi-ator, articulação entre os instrumentos de política, credibilidade ao longo dos processos de formulação e avaliação das políticas e a capacitação de todos os atores envolvidos neste processo, desde as instituições nacionais, às regionais e locais.

Por um lado, é importante dar uma oportunidade a todos, alcançando até os empresários mais pequenos e menos informados. Por outro, não convém sobrecarregar os serviços de avaliação das candidaturas com projetos obsoletos e rudimentares, o que acabaria por criar processos cada vez mais morosos. Certamente, esta sobrecarga refletir-se-ia na confiança dos empresários, resultando numa menor chance de aprovação atempada das suas candidaturas, o que a longo prazo poderia desencorajá-los ainda mais.

Outro aspeto a considerar é a seleção de atividades económicas para cada um dos domínios temáticos das estratégias. Desta forma, evitar-se-ia que se realizassem candidaturas que em pouco ou nada estão relacionadas com as prioridades de investimento. Simultaneamente criar-se-ia um filtro para candidaturas que tenham mais para oferecer, ou que pelo menos, se encontrem em linha com os critérios definidos nas estratégias. Embora este critério possa ser considerado “reduzidor” por alguns, bastaria nomear um número mais alargado de atividades a cofinanciar, referenciando não só a atividade estratégica como todas as atividades relacionadas com a sua cadeia de valor. Foi neste sentido que um estudo feito pela comissão europeia sobre o processo de priorização das RIS3 concluiu que é necessária uma melhor definição das áreas prioritárias e que estas não deviam ser demasiado abrangentes. No entanto, uma metodologia demasiado redutora também será problemática, na medida em que, “a too narrow approach would potentially result in “picking winners”. A better understanding of multiple levels of priorities and sub-priorities is needed (network hierarchy) along with the point in time when priorities are refined” (Prognos, CSIL, 06-2021, p. 169). Vale (2021) reforça esta ideia, sublinhando a importância dos atores a envolver no contexto de inovação, no processo de formulação das estratégias.

No ano de 2019, a Quaternaire Portugal elaborou um relatório de avaliação da implementação das EREI, o qual resultou em várias conclusões, entre as quais que, o alcance destas estratégias está diretamente relacionado com as características estruturais das regiões. Neste sentido, uma região com um tecido empresarial menos predisposto à inovação, sem instituições de ensino superior e centros de investigação não terá as mesmas condições que uma região numa situação oposta.

Por fim, consideradas as respostas dadas às questões de partida e hipóteses colocadas, assim como os resultados apresentados ao longo deste relatório, é justo assumir que não é possível afirmar o completo sucesso ou fracasso das EREI considerando apenas o emprego como único indicador. Mesmo que este seja um indicador extremamente importante e, através do qual, já é possível retirar algumas ilações alusivas às dinâmicas da RLVT na última década. Para isso, será necessária uma análise mais ampla, que permita entender se a estrutura setorial da RLVT tem ou não utilizado os fundos comunitários para o aumento da competitividade e para o seu desenvolvimento sustentável.

## Bibliografia

- (DGT), D. G. (2019). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção Geral do Território (DGT).
- (DGT), D.-G. d. (2020). *Programa da Iniciativa Nacional Cidades Circulares*. Lisboa: Direção-Geral do Território (DGT).
- Ambiente, M. d. (2017). *Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020*. Lisboa: Ministério do Ambiente.
- Arranhado, F. M. (2021). *Política de Coesão 2014-2020: Uma Análise do Perfil de Investimentos nas Pequenas e Médias Cidades em Territórios de Baixa Densidade em Portugal Continental. Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo*. Lisboa: IGOT.
- Becker, S. O., Egger, P. H., & Ehrlich, M. v. (2018). Effects of EU Regional Policy: 1989-2013. *Elsevier - Regional Science and Urban Economics* 69, 142-152.
- CCDRA. (2014). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo*. Évora: CCDRA.
- CCDRA. (2014). *Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020*. Évora: CCDRA.
- CCDRC. (2014). *Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. Coimbra: CCDRC.
- CCDRC. (2014). *RIS3 do Centro de Portugal: Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Coimbra: CCDRC.
- CCDRLVT. (2002). *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2009). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2014). *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2015). *Especialização Inteligente de Lisboa 2014–2020 (RIS3 2014–2020)*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2018). *Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2019). *A Economia Circular como Pilar Estratégico de desenvolvimento da RLVT*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDRLVT. (2019). *Agenda Regional Para A Economia Circular Na RLVT*. Lisboa: CCDRLVT.
- CCDRLVT. (2021). *InfoData Nº 23 Portugal2020 e as Políticas Públicas na RLVT*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- COMMISSION, E. (2021). *Study on prioritisation in Smart Specialisation Strategies in the EU*. Brussels: Prognos, CSIL.
- Domenech, J., Escamilla, R., & Roig-Tierno, N. (2016). Explaining knowledge-intensive activities from a regional perspective. *Journal of Business Research* 69, 1301-1306.

- Economia, M. d., & Educação, M. d. (2014). *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Lisboa: Ministério da Economia; Ministério da Educação; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Estrangeiros, M. d. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Europeia, C. (2020). *Um novo Plano de Ação para a Economia Circular: Para uma Europa mais limpa e competitiva*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Ferreira, M., Luís, M., Romão, N., Antunes, R., Monteiro, S., & Pacheco, V. (2018). *Relatório do Desenvolvimento & Coesão*. Lisboa: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
- Foundation, E. M. (2013). *Towards The Circular Economy. Economic and business rationale for an accelerated transition*. Ellen Macarthur Foundation.
- Galindo-Rueda, F., & Verger, F. (2016). *OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R&D Intensity*. Paris: OCDE.
- Godinho, M. M. (2009). Dinâmicas Regionais de Inovação em Portugal: Uma Análise Baseada na Utilização de Patentes. *Finisterra, XLIV, 88,, 37-52*.
- INE. (2007). *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev.3*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Marques da Costa, E. (2008). Tendências de Localização de Empresas de capital Estrangeiro na Década de Noventa em Portugal Continental. Em I. M. Pires, *A Integração dos Mercados Hibernicos: um processo Dependente e Territorialmente Diferenciado* (pp. 77-96). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Mendes, A. B. (2019). *A Economia Circular no desenvolvimento da Região do Algarve – Uma proposta de indicadores*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Midtkandal, I., & Sörvik, J. (2012). *What is Smart Specialisation?* Seville: Nordregio.
- Obersteg, A., Arlati, A., & et.al. (2019). Urban Regions Shifting to Circular Economy: Understanding Challenges for New Ways of Governance. *Cogitatio Volume 4, Issue 3, 19–31*.
- Pessoa, A., & Silva, M. R. (2009). Environment Based Inovation. Policy Questions. *Finisterra, 53-78*.
- Piacenti, C. A., Willers, E. M., & et.al. (2016). *Economia e Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú.
- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2006). *Local and Regional Development*. New York: Routledge.
- Portugal, Q. (2019). *Avaliação da Implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados*. Lisboa: Agência para o Desenvolvimento e Coesão.
- Ribeiro, P.; Torres, M. (2018). *Especialização inteligente: as redes de projetos europeus H2020 com ancoragem em Portugal*. In: Teresa Sá Marques, Helder Santos & M. Pilar Alonso Logroño (Coord.), VIII Jornadas de Geografía Económica: La Geografía de las Redes

Económicas Y la Geografía Económica en Rede, Livro de Atas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Asociación de Geógrafos Españoles: 13-35.

Rodrigues, D. (2021). Desenvolvimento Territorial e Fundos Europeus. *Dirigir & Formar, Revista do IAFP Nº33*, 17-21.

Rothaermel, F.T. (2008), "Chapter 7 Competitive advantage in technology intensive industries", Libecap, G.D. and Thursby, M.C. (Ed.) Technological Innovation: Generating Economic Results (Advances in the Study of Entrepreneurship, Innovation and Economic Growth, Vol. 18), Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 201-225.

Sarreta, C. R., & Crescente, L. O. (2004). *Desenvolvimento Endógeno. Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável* (pp. 503-512). Costão do Santinho; Florianópolis; Santa Catarina: ICTR.

Serra, A. E. (2012). *Avaliação do Impacto da Crise de 2009 no Setor do Comércio Automóvel. Dissertação de Mestrado em Finanças*. Lisboa: ISEG.

Sonn, J. W. (2021). *Innovation and Regional Development*. London, UK; Seoul, South Korea: AAG-Wiley International Encyclopedia of Geography 2021 edition.

Sousa, G. C. (2021). *Economia Circular na Região de Lisboa e Vale do Tejo – Balanço de Atividades e Contributos para as Autarquias. Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo*. Lisboa: IGOT.

Vale, M. (2007). *Globalização e Competitividade das Cidades: Uma Crítica Teórica na Perspetiva da Política Urbana*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

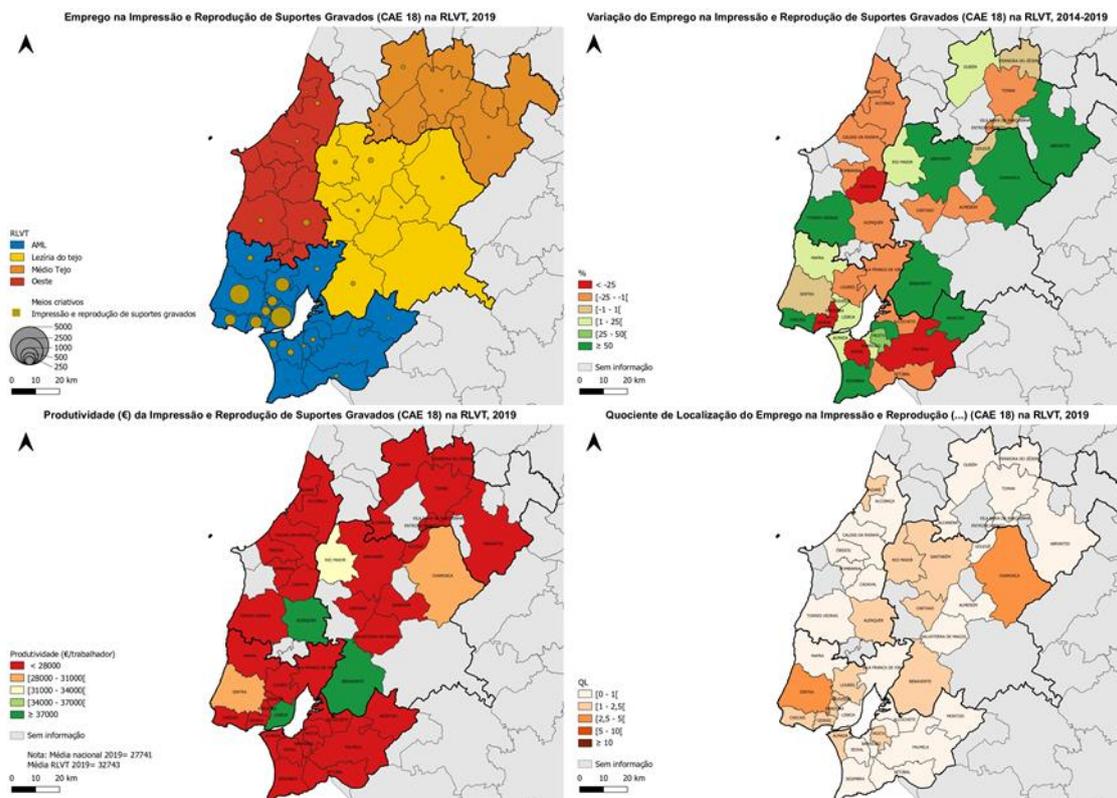
Vale, M. (2009). Conhecimento, Inovação e Território. *Finisterra, XLIV, 88*, 9-22.

Vale, M. (2021). O Território no Centro das Políticas de Inovação e de Desenvolvimento. *Dirigir & Formar, Revista do IAFP, Nº33*, 6-9.

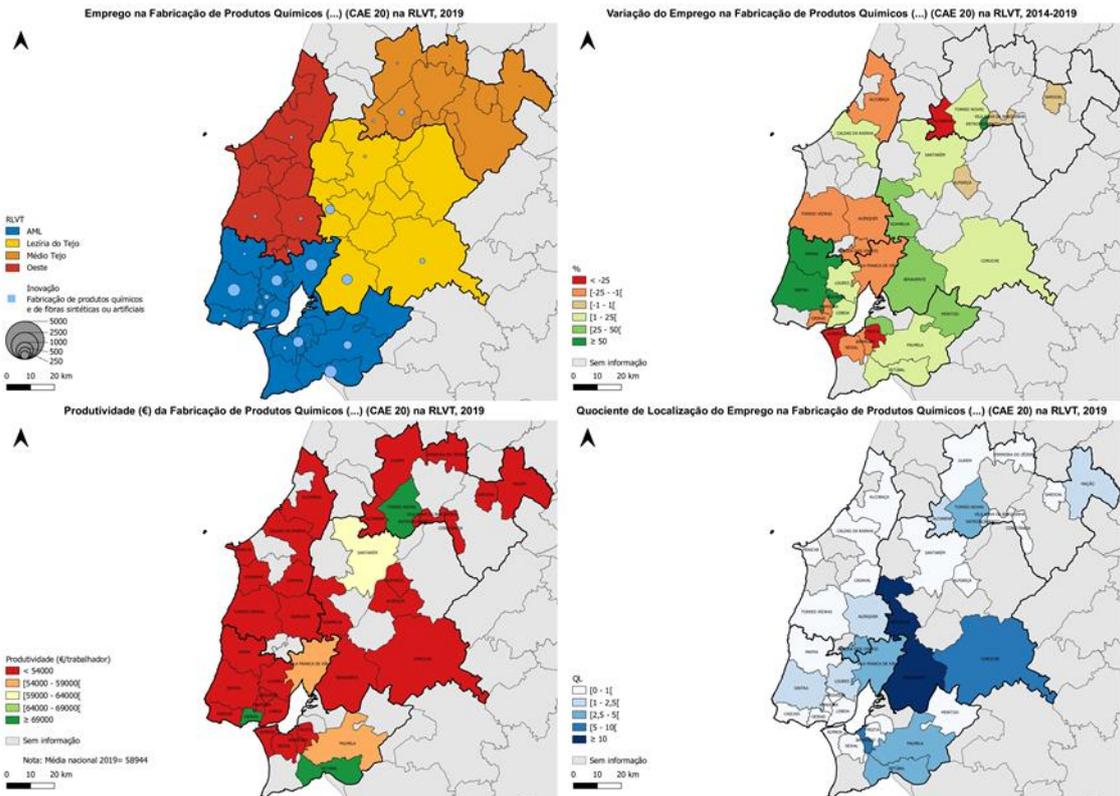
Vale, P. A. (2020). *Contributos da Economia Circular para o Ordenamento do Território: O caso de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

(Página propositadamente em branco)

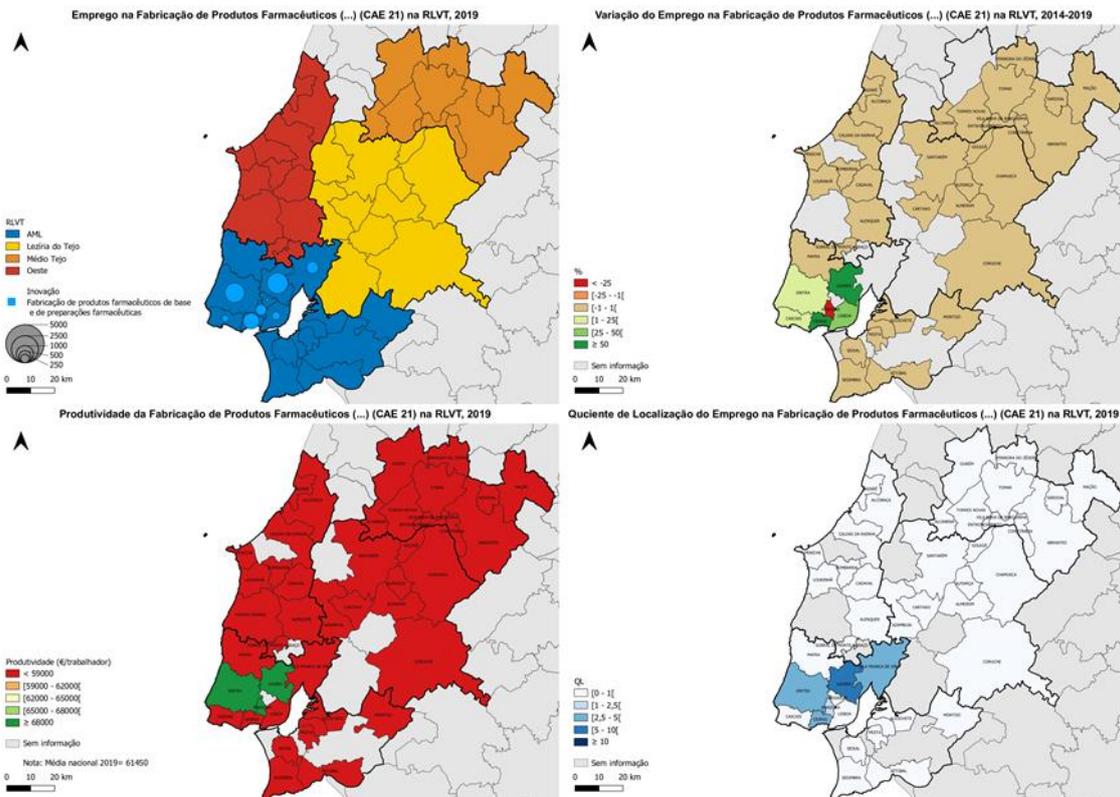
# Anexos



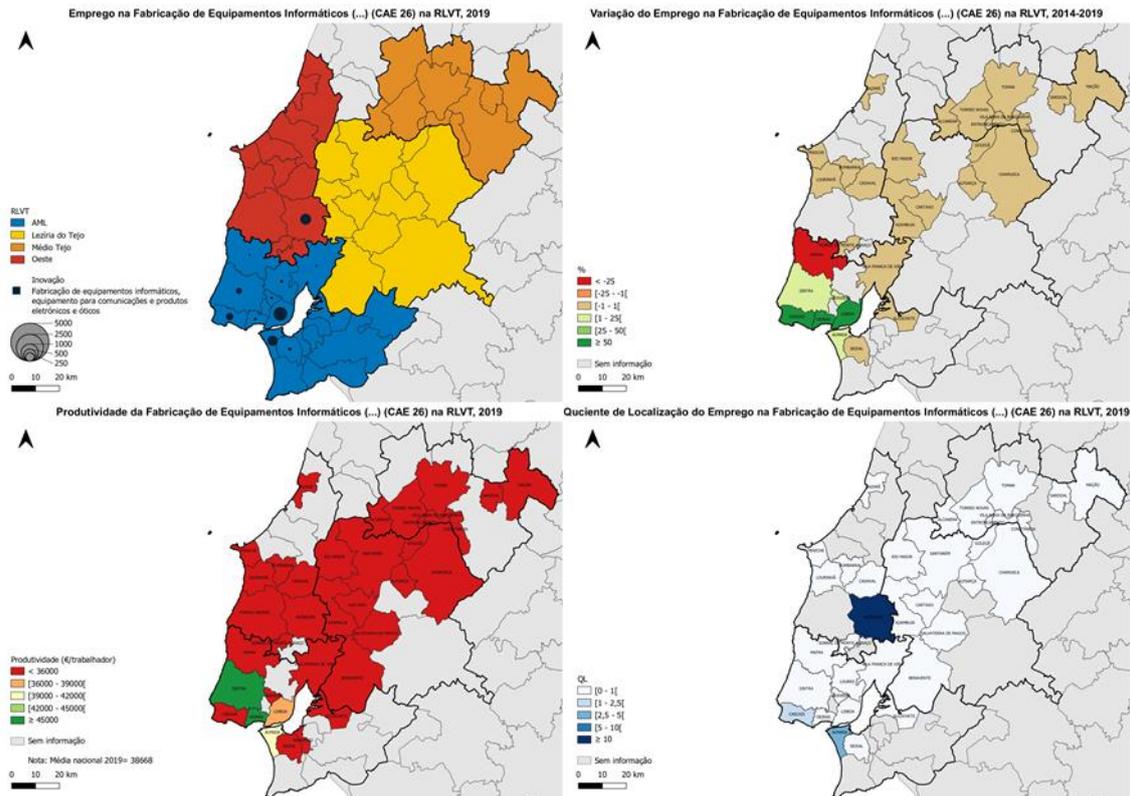
Anexo 1: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Impressão e reprodução (...) (CAE 18) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



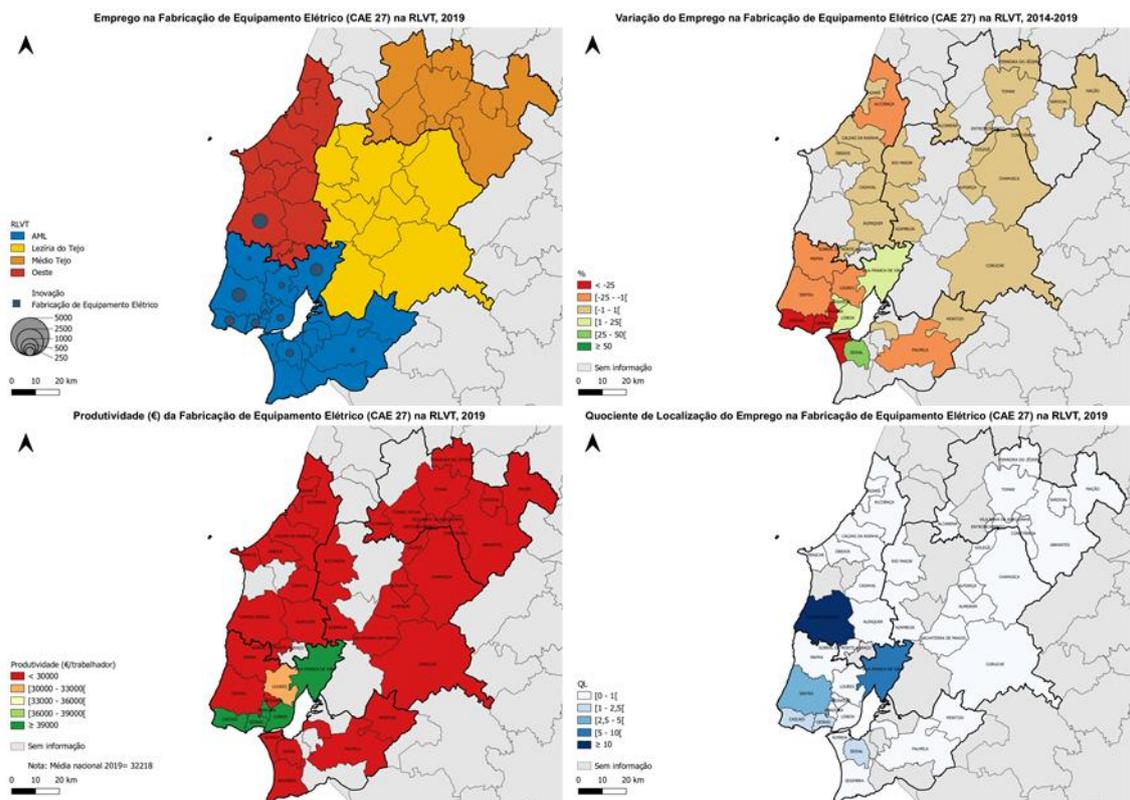
Anexo 2: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de Fabricação de produtos químicos (...) (CAE 20) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



Anexo 3: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de Produtos Farmacêuticos (...) (CAE 21) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

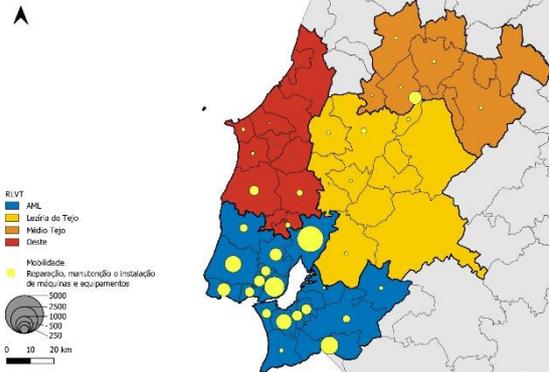


Anexo 4: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de Equipamentos Informáticos (...) (CAE 26) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

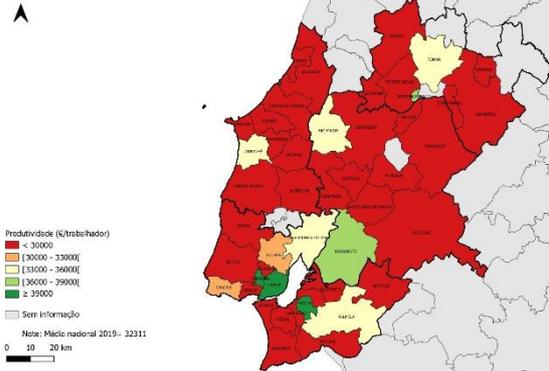


Anexo 5: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Fabricação de Fabricação de Equipamento elétrico (CAE 27) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

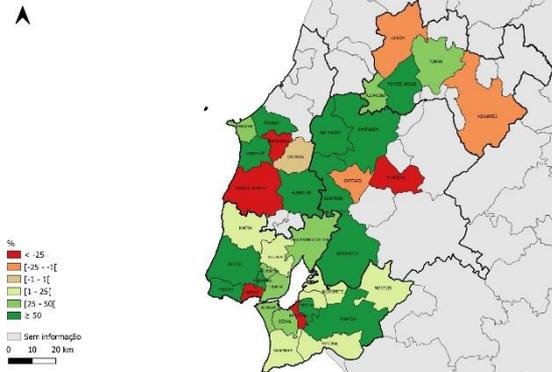
Emprego na Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamentos (CAE 33) na RLVT, 2019



Produtividade (€) da Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamentos (CAE 33) na RLVT, 2019



Variação do Emprego na Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamentos (CAE 33) na RLVT, 2014-2019

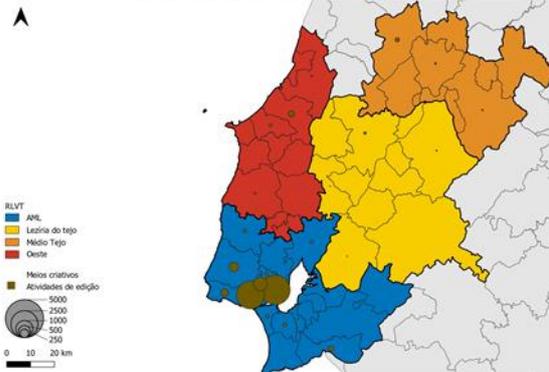


Quociente de Localização do Emprego na Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamentos (CAE 33) na RLVT, 2019

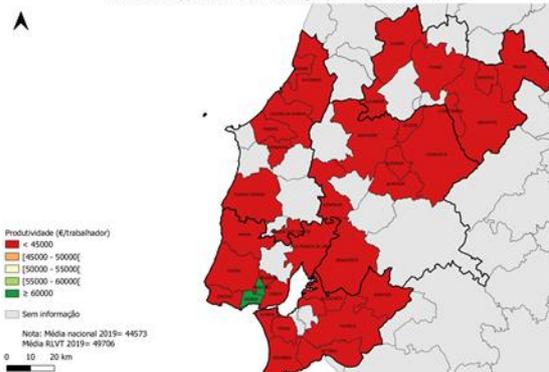


Anexo 6: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT na Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (CAE 33) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

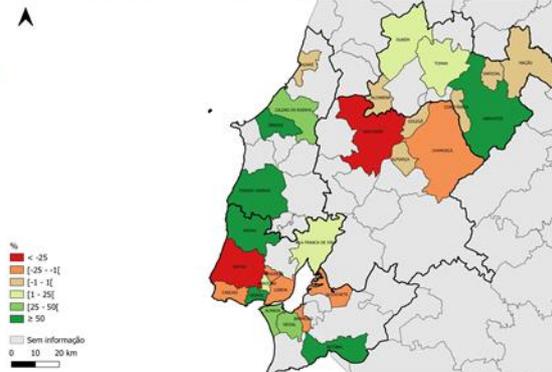
Emprego nas Atividades de Edição (CAE 58) na RLVT, 2019



Produtividade (€) das Atividades de Edição (CAE 58) na RLVT, 2019



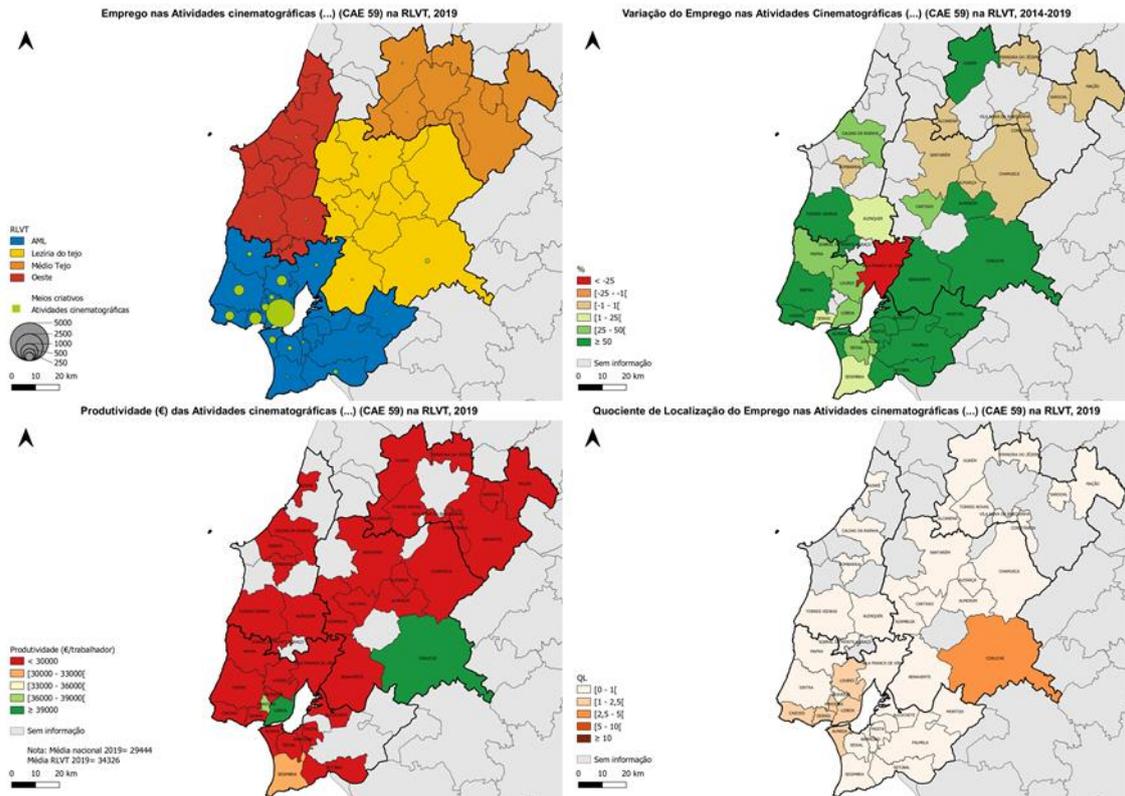
Variação do Emprego nas Atividades de Edição (CAE 58) na RLVT, 2014-2019



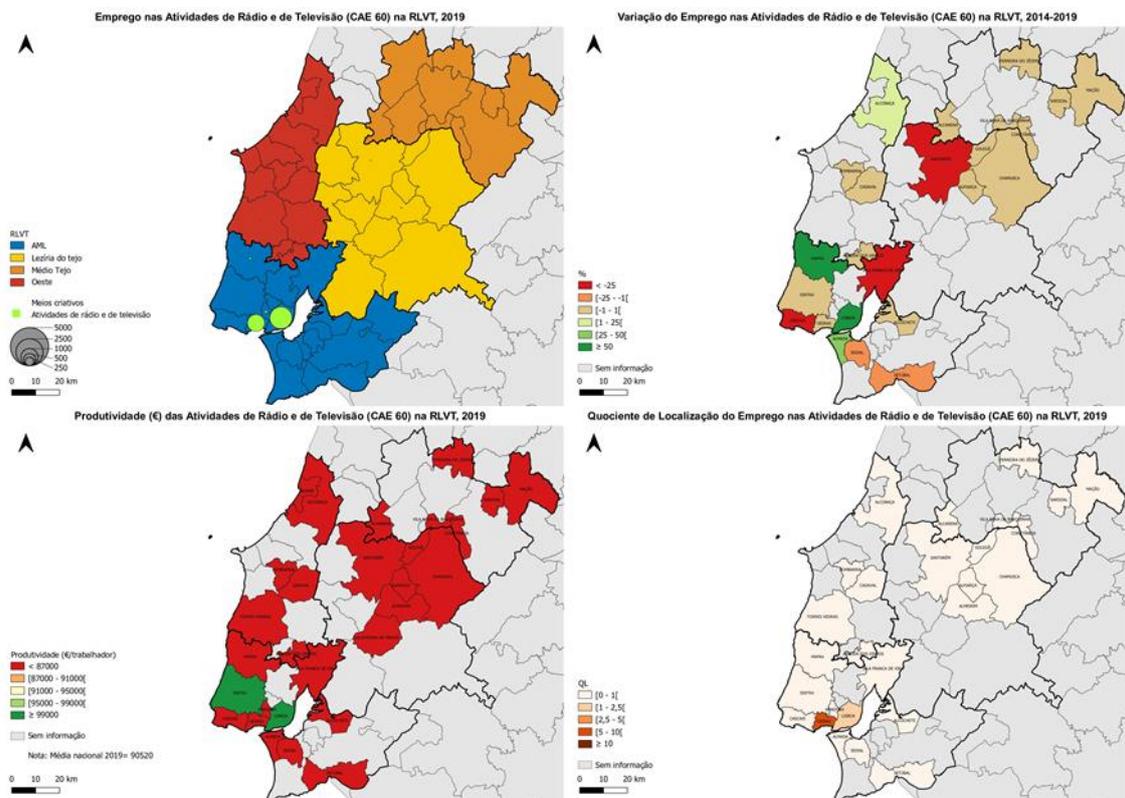
Quociente de Localização do Emprego nas Atividades de Edição (CAE 58) na RLVT, 2019



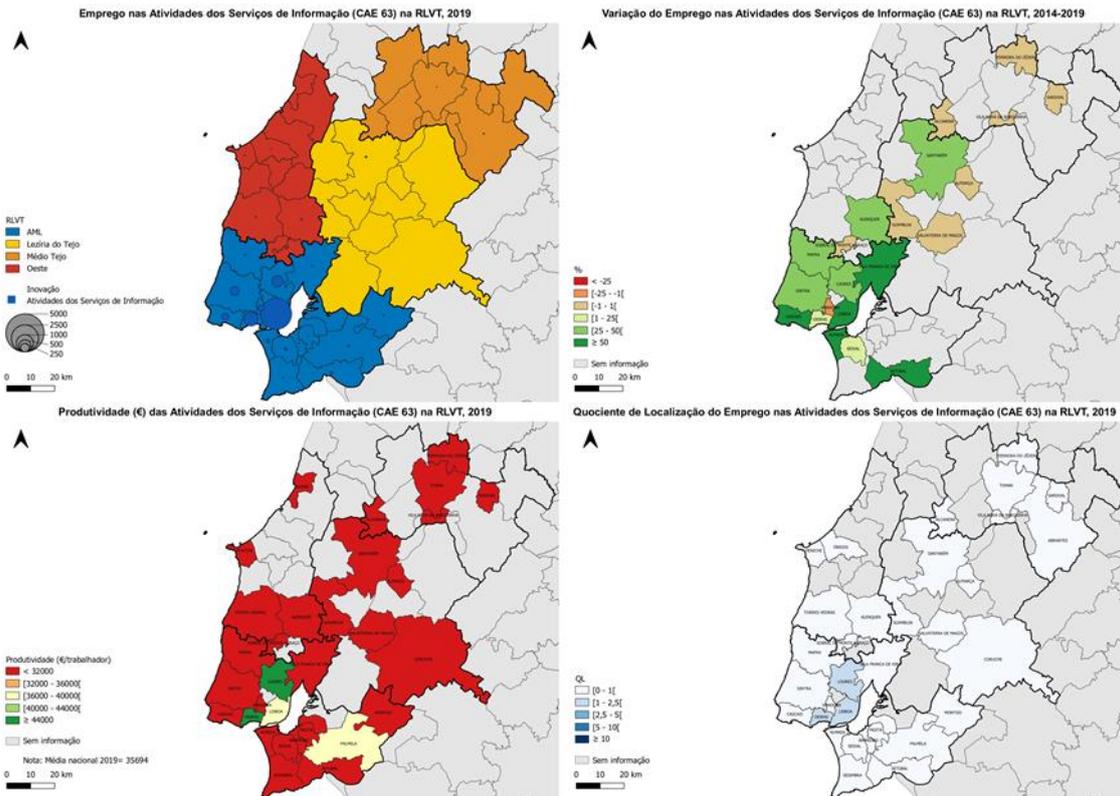
Anexo 7: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de edição (CAE 58) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



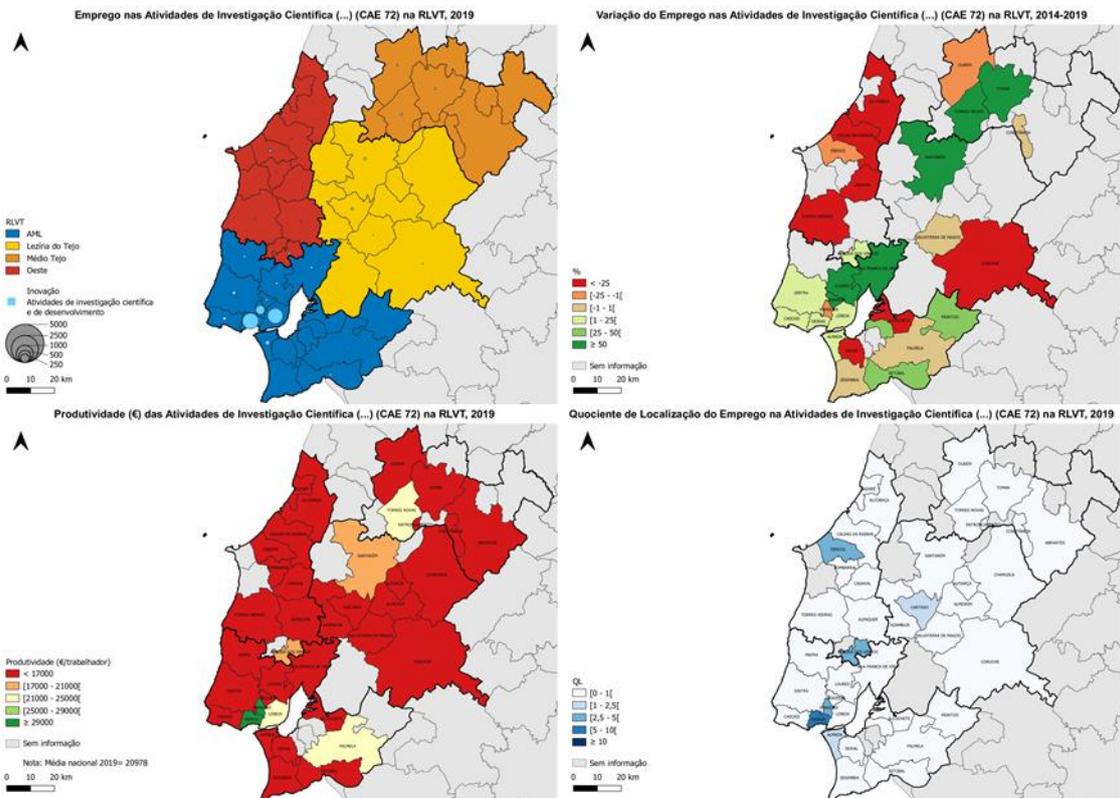
Anexo 8: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades cinematográficas (...) (CAE 59) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



Anexo 9: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de rádio e televisão (CAE 60) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



Anexo 10: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades dos serviços de informação (CAE 63) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria



Anexo 11: Cartografia do emprego, variação do emprego, produtividade e QL do emprego com base na média da RLVT nas Atividades de investigação científica e desenvolvimento (CAE 72) na RLVT. Fonte INE. Elaboração própria

	<b>Manufacturing</b>	R&D as % of GVA <sup>2</sup>	<b>Non-manufacturing</b>	R&D as % of GVA <sup>2</sup>
<b>High R&amp;D intensity industries</b>	303 <sup>1</sup> : Air and spacecraft and related machinery 21: Pharmaceuticals 26: Computer, electronic and optical products	31.69 27.98 24.05	72: Scientific research and development 582 <sup>1</sup> : Software publishing	30.39 28.94
<b>Medium-high R&amp;D intensity industries</b>	252 <sup>1</sup> : Weapons and ammunition 29: Motor vehicles, trailers and semi-trailers 325 <sup>1</sup> : Medical and dental instruments 28: Machinery and equipment n.e.c. 20: Chemicals and chemical products 27: Electrical equipment 30X <sup>1</sup> : Railroad, military vehicles and transport n.e.c. (ISIC 302, 304 and 309)	18.87 15.36 9.29 7.89 6.52 6.22 5.72	62-63: IT and other information services	5.92
<b>Medium R&amp;D intensity industries</b>	22: Rubber and plastic products 301 <sup>1</sup> : Building of ships and boats 32X <sup>1</sup> : Other manufacturing except medical and dental instruments (ISIC 32 less 325) 23: Other non-metallic mineral products 24: Basic metals 33: Repair and installation of machinery and equipment	3.58 2.99 2.85 2.24 2.07 1.93		
<b>Medium-low R&amp;D intensity industries</b>	13: Textiles 15: Leather and related products 17: Paper and paper products 10-12: Food products, beverages and tobacco 14: Wearing apparel 25X <sup>1</sup> : Fabricated metal products except weapons and ammunition (ISIC 25 less 252) 19: Coke and refined petroleum products 31: Furniture 16: Wood and products of wood and cork 18: Printing and reproduction of recorded media	1.73 1.65 1.58 1.44 1.40 1.19 1.17 1.17 0.70 0.67	69-75X: Professional, scientific and technical activities except scientific R&D (ISIC 69 to 75 less 72) 61: Telecommunications 05-09: Mining and quarrying 581 <sup>1</sup> : Publishing of books and periodicals	1.76 1.45 0.80 0.57
<b>Low R&amp;D intensity industries</b>			64-66: Financial and insurance activities 35-39: Electricity, gas and water supply, waste management and remediation 59-60: Audiovisual and broadcasting activities 45-47: Wholesale and retail trade 01-03: Agriculture, forestry and fishing 41-43: Construction 77-82: Administrative and support service activities 90-99: Arts, entertainment, repair of household goods and other services 49-53: Transportation and storage 55-56: Accommodation and food service activities 68: Real estate activities	0.38 0.35 0.32 0.28 0.27 0.21 0.18 0.11 0.08 0.02 0.01

Anexo 12: Proposta da classificação das atividades económicas em cinco grandes grupos. Fonte: OCDE. Elaboração Fernando Galindo-Rueda, Fabien Verger

Sector	Nível de intensidade tecnológica	CAE Rev 2.1/NACE Rev 1.1	Designação
Produção	Alta Tecnologia	244	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
		30	FABRICAÇÃO DE MAQUINAS DE ESCRITORIO E DE EQUIPAMENTO PARA O TRATAMENTO AUTOMATICO DA INFORMAÇÃO
		32	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO E DE APARELHOS DE RADIO, TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO
		33	FABRICAÇÃO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRURGICOS, ORTOPÉDICOS, DE PRECISÃO, DE OPTICA E DE RELOJOARIA
		353	FABRICAÇÃO DE AERONAVES E DE VEICULOS ESPACIAIS
	Média - Alta Tecnologia	24 (excepto 244)	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS
		29	FABRICAÇÃO DE MAQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.
		31	FABRICAÇÃO DE MAQUINAS E APARELHOS ELÉCTRICOS, N.E.
		34	FABRICAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOVEIS, REBOQUES E SEMI-REBOQUES
	Média - Baixa	35 (excepto 353 e 351)	FABRICAÇÃO DE OUTRO MATERIAL DE TRANSPORTE
		23	FABRICAÇÃO DE COQUE, PRODUTOS PETROLIFEROS REFINADOS E TRATAMENTO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR
		25	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLASTICAS
		26	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METALICOS
		27	INDUSTRIAS METALURGICAS DE BASE
		28	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METALICOS, EXCEPTO MAQUINAS E EQUIPAMENTO
	Baixa	351	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL
		15	INDUSTRIAS ALIMENTARES E DAS BEBIDAS
		16	INDUSTRIA DO TABACO
		17	FABRICAÇÃO DE TEXTEIS
		18	INDUSTRIA DO VESTUARIO; PREPARAÇÃO, TINGIMENTO E FABRICAÇÃO DE ARTIGOS E PELES COM PELO
		19	CURTIMENTA E ACABAMENTO DE PELES SEM PELO; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIAGEM, MARROQUINARIA, ARTIGOS DE CORREEIRO, SELEIRO E CALÇADO
		20	INDUSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS, EXCEPTO MOBILIARIO; FABRICAÇÃO DE OBRAS DE CESTARIA E DE ESPARTARIA
		21	FABRICAÇÃO DE PASTA, DE PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS
		22	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE SUPORTES DE INFORMAÇÃO GRAVADOS
		36	FABRICAÇÃO DE MOBILIARIO; OUTRAS INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS, N.E.
		37	RECICLAGEM

Anexo 13: Tabela de equivalência entre a CAE Rev. 2.1. portuguesa e a Nace Rev. 1.1. Fonte: Eurostat 2005 e INE 1993. Elaboração Marques da Costa, E.; Agostinho, R.

Sector	Nível de intensidade tecnológica	CAE Rev 2.1/NACE Rev 1.1	Designação
Serviços	Serviços Intensivos em Conhecimento e Alta Tecnologia	64	CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
		72	ACTIVIDADES INFORMATICAS E CONEXAS
		73	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
	Serviços Intensivos em Conhecimento	61	TRANSPORTES POR AGUA
		62	TRANSPORTES AEREOS
		65	INTERMEDIACÃO FINANCEIRA, EXCEPTO SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES
		66	SEGUROS, FUNDOS DE PENSÕES E DE OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA SOCIAL
		67	ACTIVIDADES AUXILIARES DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA
		70	ACTIVIDADES IMOBILIARIAS
		71	ALUGUER DE MAQUINAS E DE EQUIPAMENTOS SEM PESSOAL E DE BENS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
		74	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS
		80	EDUCAÇÃO
		85	SAUDE E ACÇÃO SOCIAL
		92	ACTIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS
	Serviços Pouco Intensivos em Conhecimento	50	COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOVEIS E MOTOCICLOS; COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS
		51	COMÉRCIO POR GROSSO E AGENTES DO COMÉRCIO, EXCEPTO DE VEICULOS AUTOMOVEIS E DE MOTOCICLOS
		52	COMÉRCIO A RETALHO (EXCEPTO DE VEICULOS AUTOMOVEIS, MOTOCICLOS E COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS); REPARAÇÃO DE BENS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
		55	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)
		60	TRANSPORTES TERRESTRES; TRANSPORTES POR OLEODUTOS OU GASODUTOS (PIPELINES)
		63	ACTIVIDADES ANEXAS E AUXILIARES DOS TRANSPORTES; AGENCIAS DE VIAGEM E DE TURISMO
		75	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATORIA
		90	SANEAMENTO, HIGIENE PUBLICA E ACTIVIDADES SIMILARES
		91	ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS DIVERSAS, N.E.
93		OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS	
95	FAMILIAS COM EMPREGADOS DOMESTICOS		
99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRA-TERRITORIAIS		

Anexo 13 (continuação): Tabela de equivalência entre a CAE Rev. 2.1. portuguesa e a Nace Rev. 1.1. Fonte: Eurostat 2005 e INE 1993. Elaboração Marques da Costa, E.; Agostinho, R.

Domínios de Especialização	RIS3 Lisboa	RIS3 Centro	RIS3 Alentejo
Turismo	Afirmar o destino turístico Lisboa em torno de uma marca e de um produto com posicionamentos sólidos e melhorar a qualidade do serviço da oferta turística instalada, por forma a aumentar o nível de atratividade e de predisposição dos turistas à permanência.	Boa oferta de alojamentos e condições para um crescimento turístico sustentável; Conjunto de recursos muito diversificados e com grande potencial, distribuídos geograficamente de forma equilibrada, com destaque para as redes de espaços patrimoniais relevantes.	A riqueza do património arquitetónico rural e urbano assente na sua diversidade e quantidade, é um fator estruturante da identidade regional, constituindo-se como um dos pontos fortes de atração do Alentejo. É necessário destacar: castelos, igrejas, conventos, museus, torres, ermidas, campos arqueológicos, vestígios de antigas civilizações, que podem ser vistos e descobertos no Alentejo. Este vasto e rico cenário constitui o património arquitetónico, histórico e cultural da Região. Património histórico, Património de arte sacra, Património etnográfico e de arte popular e Património natural, aos quais se pode acrescentar o cavalo lusitano, a tauromaquia e os produtos e sabores mediterrânicos, constituem uma mais-valia relevante para a estruturação de atividades económicas relacionadas e de suporte e para a atração de novas gerações de turistas que procuram destinos com identidade.
Meios Criativos e Indústrias culturais	Fortalecer os elementos de articulação da cadeia de valor das atividades que compõem o domínio dos meios criativos e indústrias culturais, robustecendo a capacidade de atuação nas etapas ligadas à experimentação, ganhando maior capacidade de orientação para a produção de conteúdos mercantilizáveis e valorizando mecanismos de atuação estruturados a partir de plataformas colaborativas		
Saúde e bem estar	Sustentar a excelência da formação na saúde em Portugal, aprofundar a sua orientação aplicada para a produção, através do apoio à investigação aplicada e dirigida ao mercado e à eficiência industrial, e promover a dinamização de serviços	A região Centro procura desenvolver a produzir conhecimento, consolidando-a como espaço de Envelhecimento Ativo e Saudável. Existe uma elevada concentração de equipamentos de saúde de referência; Espaços com características excelentes para proporcionar qualidade de vida no envelhecimento.	Existe grande potencial de cruzamento com a área digital, nomeadamente, ao nível da prestação de cuidados de saúde à distância, da monitorização remota de pacientes, na construção de sistemas de business intelligence que maximizem a eficiência operacional e logística. Atratividade da qualidade de vida do Alentejo que, através de novos imigrantes seniores ou do turismo de saúde e bem-estar pode contribuir para a geração de riqueza e emprego.
Investigação e tecnologias	de saúde e da capacidade de internacionalização do setor. Necessidades de formação em áreas específicas, como por exemplo, técnicos para manutenção dos veículos elétricos; É necessário explorar, de forma mais insensa, a ligação dos centros de investigação com as unidades de cuidados de saúde, constituindo uma mais valia para a região; Promover a articulação entre a indústria e os centros de conhecimento.	A Região Centro dispõe de recursos de reconhecida competência na área das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica; Existência na região de 3 universidades, 6 politécnicos e 12 centros de I&D; Disponibilidade de recursos humanos de reconhecida competência; Capacidade de evolução autónoma na investigação e na exploração de novos horizontes nos vários domínios; Atividade empresarial com registos de significativo desenvolvimento nas áreas e Mobilidade, e-Health, e-Learning, cloud computing e near shore; Presença de empresas com competências nos vários domínios das TICE.	Promoção de uma diversificação inteligente da região do Alentejo através da difusão e consolidação de atividades económicas mais intensivas em tecnologia. Ao nível da gestão de redes e sistemas e da segurança é um dos pontos fortes da base de competências científicas instaladas na região; Estes sistemas apresentam uma margem de progressão no que se refere ao desenvolvimento de áreas associadas a redes e sistemas de computadores, sistemas biométricos, computação ubíqua, segurança informática ou sistemas interativos. O desenvolvimento de soluções de mobilidade inteligente constitui uma oportunidade para criar sistemas e equipamentos que aumentem a eficiência dos processos de mobilidade e logística e a sua sustentabilidade ambiental. A energia é um domínio emergente em que o Alentejo tem uma economia consolidada no âmbito de combustíveis e fontes de energia
Mobilidade	Afirmar Lisboa como polo de desenvolvimento e região piloto de implementação de projetos demonstradores na área da mobilidade suave e eficiência energética; Indústria naval; Seamless Mobility; Mobilidade elétrica; Aeronáutica, espaço e defesa.		
Energia			

Anexo 14: Tabela do descritivo dos domínios temáticos das RIS3 Lisboa, Centro e Alentejo. Fonte: RIS3 Lisboa, RIS3 Centro, RIS3 Alentejo. Elaboração própria

Agricultura		A região Centro concentra 34% das explorações agrícolas e 26% das explorações agrícolas de elevada dimensão económica de Portugal. A agricultura assenta em fatores distintivos e em fundamentos diferenciadores, como a atividade pecuária, o vinho, o azeite, a horticultura e a fruticultura e a indústria agroalimentar	O primeiro recurso em que a região do Alentejo é intensiva é o próprio território, que, em conjugação com condições edafoclimáticas favoráveis e disponibilidade de água em infraestruturas de regadio, potenciam a atratividade, a continuação e expansão da produção tradicional, das atividades pecuárias e florestais, mas também a evolução para culturas de maior valor acrescentado; Importa também desenvolver I&I que promova a competitividade das empresas através da melhoria de processos e produtos, do aumento do domínio das cadeias de valor nas atividades competitivas da “Alimentação e Floresta”, e na sua articulação com produtos de elevado valor acrescentado, com competências científicas e tecnológicas e empresariais.
Floresta		A floresta assume grande importância, uma vez que tem uma ampla expressão territorial e apresenta uma grande diversidade de produções; As empresas da indústria transformadora de madeira, pasta e papel da região contribuem com 38% do VAB nacional das indústrias deste ramo; Revela-se primordial para o mercado do carbono e da biodiversidade e potencia a diminuição da dependência energética do exterior; Por último, a floresta apresenta capacitação técnica, organizacional e de investigação e inovação, que permite que a Região Centro assumam um papel de liderança para a inovação e a especialização, determinantes para o futuro desta atividade;	
Biotecnologia	Especialização numa economia do mar inovadora e internacionalizada, que abra ainda mais esta região ao mundo e que explore e tire partido das suas condições únicas: as suas bacias hidrográficas, a sua orla costeira e a massa crítica de conhecimento especializado que detém nos domínios ligados à economia do mar. No domínio da biotecnologia marinha, Promover a articulação entre a indústria e os centros de conhecimento, para que as empresas invistam na investigação, e assegurar que a investigação é feita em áreas de interesse para a indústria. Constituindo uma área ainda “embrionária” em Portugal.	É uma atividade económica em expansão, de carácter transversal e multidisciplinar, com aplicações em áreas tão diversas como a saúde, a agricultura, a floresta e o mar, a energia e o ambiente. O conhecimento está também fortemente associado ao desenvolvimento de serviços inovadores, com particular expressão nas áreas do diagnóstico molecular, das terapias avançadas e da gestão de informação;	
Mar		A Região Centro apresenta excelentes condições naturais (com 279 km de faixa litoral atlântica, correspondendo a 23% da linha de costa de Portugal Continental); O mar representa na Região Centro um espaço privilegiado de conhecimento e investigação, de que são exemplo o estudo de energias renováveis marinhas, a presença de Centros de investigação ligados ao Mar, a emergência de novas infraestruturas científicas e tecnológicas, ou ainda a existência de um cluster centrado neste tema; Mais de metade da riqueza nacional é criada na indústria transformadora de pesca e aquicultura. A Região Centro possui também infraestruturas físicas e condições relevantes como portos e estaleiros, na perspetiva de usos múltiplos, ou condições excecionais para práticas desportivas.	O Alentejo possui consideráveis reservas de rochas ornamentais, rochas para fins industriais e de minerais metálicos são potenciadoras de atividades de valorização direta e de promoção da emergência de novas indústrias e serviços de suporte; no Alentejo, existem algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo, a par de habitats de relevância mundial, nomeadamente algumas zonas húmidas e paisagens culturais marcantes, que contribuem para a notoriedade da região a uma escala internacional. A extensa frente marítima da fachada atlântica do território alentejano detém um elevado potencial de desenvolvimento, através das tradicionais atividades pesqueira e turística, ou de atividades emergentes mais intensivas em conhecimento. Atividades económicas associadas ao desenvolvimento de tecnologias e de serviços de gestão e de valorização do património natural, onde se destaca a captação e tratamento de águas como a principal atividade económica.
Recursos minerais, naturais e ambientais		Os Materiais representam 16% do Valor Acrescentado Bruto na Região Centro, que possui um forte tecido industrial, capacidades produtivas e exportadoras assinaláveis e/ou relevantes potencialidades em: cerâmica; rochas e minerais; madeira; cortiça; couro; plásticos ou outros materiais poliméricos; metais e ligas; vidro; papel; compósitos; fibras naturais e sintéticas; materiais avançados (nanomateriais, eletrónica, biomateriais, ...)	
Materiais			

Anexo 14 (continuação): Tabela do descritivo dos domínios temáticos das RIS3 Lisboa, Centro e Alentejo. Fonte: RIS3 Lisboa, RIS3 Centro, RIS3 Alentejo. Elaboração própria

Class OCDE	CAE Rev. 3	Atividade Económica
Alta Tecnologia	21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
	26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos
Média_Alta Tecnologia	20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos
	27	Fabricação de equipamento elétrico
	28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
	29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis
	30	Fabricação de outro equipamento de transporte
	58	Atividades de edição
	62	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas
Média Tecnologia	63	Atividades dos serviços de informação
	22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	24	Indústrias metalúrgicas de base
	32	Outras indústrias transformadoras
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	
Média-Baixa Tecnologia	5	Extração de hulha e lenhite
	6	Extração de petróleo bruto e gás natural
	7	Extração e preparação de minérios metálicos
	8	Outras indústrias extrativas
	9	Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas
	10	Indústrias alimentares
	11	Indústria das bebidas
	12	Indústria do tabaco
	13	Fabricação de têxteis
	14	Indústria do vestuário
	15	Indústria do couro e dos produtos do couro
	16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
	17	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
	18	Impressão e reprodução de suportes gravados
	19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
	25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
	31	Fabrico de mobiliário e de colchões
	61	Telecomunicações
	69	Atividades jurídicas e de contabilidade
	70	Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão
	71	Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas
	72	Atividades de investigação científica e de desenvolvimento
	73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	
75	Atividades veterinárias	

Anexo 15: Cruzamento da classificação da intensidade tecnológica das atividades económicas da OCDE com a classificação CAE Rev. 3. Fonte OCDE, INE. Elaboração própria

Baixa Tecnologia	1	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
	2	Silvicultura e exploração florestal
	3	Pesca e aquicultura
	35	Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
	36	Captação, tratamento e distribuição de água
	37	Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
	38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais
	39	Descontaminação e atividades similares
	41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios
	42	Engenharia civil
	43	Atividades especializadas de construção
	45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos
	46	Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos
	47	Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
	49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
	50	Transportes por água
	51	Transportes aéreos
	52	Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes(inclui manuseamento)
	53	Atividades postais e de courier
	55	Alojamento
	56	Restauração e similares
	59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música
	60	Atividades de rádio e de televisão
	68	Atividades imobiliárias
	77	Atividades de aluguer
	78	Atividades de emprego
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	
80	Atividades de investigação e segurança	
81	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	
82	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	
90	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	
92	Lotarias e outros jogos de aposta	
93	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	
94	Atividades das organizações associativas	
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	
96	Outras atividades de serviços pessoais	
Sem Classificação	85	Educação
	86	Atividades de saúde humana
	87	Atividades de apoio social com alojamento
	88	Atividades de apoio social sem alojamento

*Anexo 15 (continuação): Cruzamento da classificação da intensidade tecnológica das atividades económicas da OCDE com a classificação CAE Rev. 3. Fonte OCDE, INE. Elaboração própria*